

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMÁRIO

<i>Calvino Filho</i> — Notas para o estudo do fomento da produção agrícola e liquidação dos latifúndios..	1
<i>A. Liápin</i> — Sôbre a transição gradual do socialismo para o comunismo	11
O socialismo conservador ou burguês	30
<i>Barbosa de Oliveira</i> — Porque é necessária uma nova reforma agrária no Brasil	31
<i>Ocherov</i> — União Soviética, novo tipo de federação estatal	42
<i>Prestes</i> — A situação política e o PCB	45
<i>Angrand</i> — A filosofia ao alcance de todos	49
Os materialistas franceses do século XVIII	54
<i>Surrarevski</i> — A reconstrução socialista dentro do novo Plano Quinquenal	55
Questões de economia política	81
<i>Lénin</i> — Vicissitudes históricas da doutrina de Marx	78
Um "ersatz" de reforma agrária	87
<i>Andreiev</i> — "Visitantes ilustres" na Austria	89
<i>Leonidas de Resende</i> — A ciência, novo dogma	94
<i>Stálin</i> — Teoria da "estabilidade" da pequena economia camponesa	97
<i>Hook</i> — Ditadura e democracia	101
Negócios internos e externos	121
<i>Prenant</i> — Biologia e marxismo	123

ANO II

10 FEVEREIRO 1947

N.º 15

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal

Sai aos dias 10 e 25 de cada mês

Direção de

Calvino Filho

e

S. O. Hersen

Redação e Administração

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro — Brasil

*

Número em circulação... Cr\$ 7,00

Número atrasado Cr\$ 10,00

*

ASSINATURAS

Para o Brasil:

Anual (24 números) .. Cr\$ 140,00

Semestral (12 números) Cr\$ 70,00

Trimestral (6 números) Cr\$ 35,00

Para o Exterior:

Anual — 7 dólares americanos.

*

As assinaturas começam da data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sob registro.

Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro

*

Foi publicado no número 13 de *Divulgação Marxista*:

Calvino Filho, E' a URSS uma potência imperialista?; Taiguin, O desenvolvimento da democracia nos países da Europa oriental; O que está certo e o que está errado; Sa-bença, A indústria siderúrgica; Sínteses; O pensamento de Stálin; Les-nik, As liberdades políticas na União

Soviética; Lênin, Marxismo e revisionismo; Ditadura do capital escravizador; Ignorância e reacionarismo; Stálin, Como se dividiu o mundo; Angrand, A filosofia ao alcance de todos; Prestes, 27 de Novembro de 1935; Segal, A vitória do socialismo; Questões de economia política; O pensamento de Lênin; Perguntas e respostas; Hook, Para compreender e interpretar Marx; Marx, Os camponeses na Alemanha; Prenant, Biologia e Marxismo; Pequeno Dicionário Marxista, Etc., etc..

•

Foi publicado no número 14 de *Divulgação Marxista*:

Calvino, A situação brasileira e a posição do PCB; Káutski, Estudemos o marxismo; Kolbanóvskii, Sobre a moral comunista; Hook, Para compreender e interpretar Marx; Ronin, O Socialismo e a igualdade; Perguntas e respostas; Kolachnikov, A instrução pública em 20 anos de poder soviético; Perevertailo, Sobre a situação na China; Plerránov, Dialética e lógica; Sínteses; Dobrúchin, O comércio dos EE.UU. e da Grã Bretanha com os países da América Latina durante a Segunda Guerra Mundial; Questões de economia política; O pensamento de Marx; Lênin, As três fontes e as três partes integrantes do marxismo; O pensamento de Stálin; Prenant, Biologia e marxismo; Angrand, A filosofia ao alcance de todos, etc. etc..

*

LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA DE GRAÇA

Faça com que 10 pessoas das suas relações, por seu intermédio, assinem esta revista e conquiste, como prêmio, uma assinatura gratuita.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano II

Diretores: Calvino Filho e S. O. Hersen

N.º 15

NOTAS PARA O ESTUDO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E LIQUIDAÇÃO DOS LATIFUNDIOS

CALVINO FILHO.

1 — “O único indício seguro da grandeza de uma exploração agrícola é a importância da sua produção”. (Lênin).

2 — Existem grandes, médias e pequenas explorações agrícolas. Estas últimas, na maioria das vezes, são de caráter individual ou familiar. Outras, ainda dêste tipo, admitem operários agrícolas assalariados em número pequeno. Todas as pequenas explorações, porém, produzem pouco, dados os métodos atrasados de sua exploração, sendo que, na maior parte das vezes, não dão rendimento suficiente nem para o sustento adequado dos que nelas trabalham.

3 — Número reduzido dos que trabalham essas pequenas explorações agrícolas são proprietários das terras lavradas. Muitas vezes, os trabalhadores rurais instalam-se em porções de terras de latifundiários, por eles cedidas gratuitamente ou arrendadas, sob várias formas, ou, ainda, em terras do Estado, aos quais nada pagam seja em espécie ou em dinheiro.

4 — Os instrumentos de produção são sempre primitivos e as relações de produção, na maior parte das vezes, ainda feudais ou semi-feudais. Isso determina uma forma de produção anacrônica só defendida pelos latifundiários e burguesia conservadora, reacionária e seu aliados.

5 — Em torno da exploração agrícola e do desenvolvimento do campo à base “homem livre sobre terra livre” encontramos no livro *A Questão Agrária*, de Lênin, edição brasileira de 1945, numerosas referências, que exprimem todo um acervo de larga experiência histórica e revolucionária.

Divulgação Marxista, n.º 15 — Rio, 10-2-1947

— 1

6 — Agora, que é colocado na ordem do dia o problema agrário, convém evitarmos todos os erros verificados no desenvolvimento do campo nos países capitalistas e nos valhamos da experiência revolucionária soviética, que teve como herança múltiplas formas de relações feudais e capitalistas de produção.

7 — Prestes disse que, na situação atual do mundo, a marcha para o socialismo já é uma fatalidade histórica. Isto porque, na atualidade, as contradições do imperialismo, capitalismo moribundo, se aguçam ao extremo, maximé pela presença do novo, a URSS, que precipita cataliticamente essas contradições. Desta forma, a correlação de forças mundiais tende rápida e inelutavelmente para a predominância do proletariado mundial. Nestas condições, todo nosso pensamento e ação devem dirigir-se para a frente, para a futura e vívida sociedade socialista, e não para trás, para o feudalismo, ou para o presente, para o moribundo, para o capitalismo, com tôdas as suas anacrônicas e contraditórias formas de produção e distribuição.

8 — Se não temos, desde já, condições para estabelecer, ao menos, as premissas do socialismo entre nós, quando lutamos por qualquer problema político ou econômico, cabe-nos, contudo, lutar pelas formas de solução mais avançadas, que permitam mais facilmente romper com o passado, a fim de preparar as condições mais fáceis à marcha para o socialismo.

9 — Assim, no atual estudo da questão agrária, devemos lembrar-nos de que Lênin disse:

...“com a pequena economia não é possível libertarmos-nos da miséria”. (Lênin, t. XXIV, pág. 540, *Sobre o trabalho no campo*).

...“sòmente com o auxílio do trabalho coletivo, cooperativo, em forma de “artel”, é possível sairmos do pantanal em que nos enterrou a guerra imperialista”. (Lênin, t. XXIV, pág. 537, *Sobre o trabalho no campo*).

...“é necessário passar à cultura em comum da terra em grandes explorações-modêlo; sem isto, não é possível evitarmos êsse desastre, essa situação simplesmente desesperadora em que se encontra a Rússia”. (Lênin, t. XX, pág. 418, *Sobre o problema agrário*).

10 — “Não devemos ocultar aos camponeses, e, com menos razão, aos proletários e semi-proletários do campo, que a pequena exploração é incapaz, dentro do regime de produção de mercadorias e do sistema capitalista, de libertar a humanidade da pobreza das massas... (Lênin — *A Questão Agrária*, pág. 155 — Edit. Calvino, 1945).

11 — Nós afirmamos que a propriedade privada da terra é a base da opressão que esmaga os camponeses e os mantém atrasados. O importante não está no facto de os camponeses terem ou não pouca terra. Abaixo a servidão da gleba! eis o modo de colocar o problema do ponto de vista da luta revolucionária de classes e não conforme o ponto de vista dos funcionários, para quem só existe a preocupação de saber de quanta terra dispõem e de acôrdo com que normas deverã distribuí-la. (Lênin — *A Questão Agrária*, pág. 160 — Edit. Calvino, 1945).

12 — A nacionalização do solo, que, em si mesma, nada mais é do que uma medida burguesa, traz consigo a mais ampla liberdade que se

possa conceber para a luta de classes na sociedade capitalista e redime o desfrute da terra de todos os vestígios dos sistemas não-burgueses. De outra parte, a nacionalização do solo, ao abolir a propriedade privada sôbre êste, assestará, na prática, golpe tão forte contra a propriedade privada sôbre todos os meios de produção em geral, que o partido do proletariado deveria apoiar com tôdas as forças essa transformação.” (Lênin — *A Questão Agrária*, pág. 165 — Edit. Calvino, 1945).

13 — “... se a terra pertencer ao Estado e puder tomá-la quem a quizer cultivar, não bastará querer cultivá-la para poder fazê-lo, nem bastará tão pouco saber para fazer. Qualquer jornaleiro agrícola sabe trabalhar a terra, mas não tem gado, instrumentos, capital, e é por isso que, não obstante possais tomar bonitas decisões e pronunciar belas palavras, não estabelecereis assim o trabalho livre sôbre a terra livre. (Lênin — *A Questão Agrária*, pág. 185 — Edit. Calvino, 1945).

14 — “O Partido propõe-se lutar incessantemente, em todos os casos e qualquer que seja o estado da reforma agrária democrática, por uma independente organização de classe do proletariado agrícola, fazendo vêr o antagonismo irreconciliável existente entre seus interesses e os da burguesia camponesa e precavê-lo para que não se deixe seduzir pelo sistema das pequenas explorações, que, subsistindo o regime de produção de mercadorias, jamais poria fim à miséria das massas... (Tese vencedora do Congresso de Estocolmo, abril de 1906 — Lênin — *A Questão Agrária*, pág. 192 — Edit. Calvino, 1945).

15 — Afirmamos: a cultura de lotes fragmentados — se fôsse assim o trabalho livre sôbre a terra livre — não é solução para a terrível crise e devastação geral, e muito menos a salvação. (Lênin — *A Questão Agrária*, pág. 189 — Edit. Calvino, 1945).

16 — Partindo do que ficou dito acima, Lênin chegou à seguinte conclusão fundamental:

“Sòmente se se conseguir fazer vêr praticamente aos camponeses as vantagens da cultura agrícola social, coletiva, em forma de cooperativas e artéis; sòmente se se conseguir auxiliar o camponês através do regime cooperativo, do artel, só então a classe operária, que tem nas mãos o Poder do Estado, demonstrará realmente ao camponês que tem razão e atrairá realmente para o seu lado, de maneira sólida e autêntica, a massa de milhões e milhões de camponeses”. (Lênin, t. XXIV, pág. 579, *discurso pronunciado no I Congresso das comunas rurais e artéis agrícolas*).

17 — No Brasil, entretanto, o Poder do Estado está nas mãos da burguesia, objetarão, logo, a conclusão acima, de Lênin, apesar de baseada em factos incontestes, em nada nos auxilia na solução do nosso atual problema agrário. E’ verdade, mas, se não podemos resolver êsse problema desde já, dentro de quadros socialistas, poderemos, contudo, encaminhar, desde já, dentro da ordem democrático-burguesa, sua solução futura, resolvendo ao mesmo tempo premente e angustiante problema atual, agora que a fome já nos bate às portas.

18 — E por que a fome já nos ameaça tão assustadoramente? Pelo atrazo do nosso campo. Há, portanto, extrema necessidade de que façamos o campo romper com todos os entraves feudais e semi-feudais que impedem seu desenvolvimento.

19 — E “Essa extrema necessidade consiste em que as empresas agrícolas não podem ser exploradas com os antigos métodos. Se nos confinarmos, como antes, em pequenas empresas, tornando-nos cidadãos livres sobre terra livre, não será menor a ameaça de perecermos infalivelmente e a catástrofe se aproximará de dia para dia, de minuto para minuto. Tudo a anuncia; é um facto que não depende da má vontade de alguns, mas da guerra de conquista, da guerra mundial do capitalismo.” (Lénin — *A Questão Agrária*, pág. 188 — Edit. Calvino, 1945).

20 — Por consequência, se as forças progressistas do Brasil, dentro das suas reduzidas possibilidades parlamentares, são obrigadas a tomar a iniciativa de apresentar solução para o substancial problema agrário, nas condições de um Estado burguês, com grandes sobrevivências semi-feudais, deverão fazê-lo, ainda assim, inspiradas no socialismo e não no capitalismo.

21 — Mesmo dentro de Estados capitalistas, os socialistas e burgueses progressistas podem lutar por um encaminhamento do problema agrário por trilhos socialistas.

22 — De que forma? Lutando pela organização agrícola à base de grandes explorações; pela abolição da propriedade privada da terra, indirectamente, com sua exploração sob forma cooperativista; com a entrega gratuita das terras aos lavradores cooperados em uso-fruto; usando os processos mais adiantados e mecânicos; e financiamento à custa principalmente dos latifundiários.

23 — Admitir e estimular a exploração parcelaria e reivindicar a propriedade privada para os trabalhadores rurais pobres, operários agrícolas, será um grave erro, pois é falsear a solução do problema e reforçar os reformistas. E’ transformar um aliado natural do proletariado — trabalhador rural desapaosado — em aliado decidido da burguesia — pequeno proprietário rural.

24 — Lembremo-nos de “que o modo como os homens desenvolvem suas forças de produção, isto é, o modo segundo vivem, determina suas relações sociais, e que o carácter destas relações deve mudar necessariamente com a variação e o crescimento que adquirem as forças produtivas”. (Da carta de Marx a Annenkov, em 28-12-1846).

25 — Todos sabem, que em todos os países capitalistas os proprietários de terras continuarão exigindo sua participação na mais-valia produzida pelo trabalho de diaristas, camponeses, trabalhadores e artesãos. Lénin esclareceu que esse tributo, que recebem os proprietários de terras, equivale a uma exploração monopolista, que oprime a todas as classes trabalhadoras, tanto da terra como da indústria. Tem retardado de modo definitivo o desenvolvimento técnico da agricultura. Ademais, os problemas que se apresentam envolvidos pela propriedade da terra tendem a obscurecer os outros problemas da pobreza campesina sob o capitalismo.

26 — A propriedade privada arranca a renda absoluta dos que usam as terras menos produtivas, menos acessíveis, menos desejáveis. Com isso, também aumenta a renda que exigem os latifundiários pelas melhores terras, mais produtivas. A renda absoluta eleva o custo da produção agrícola, e, nas condições “normais” do mercado, reflete-se nos preços dos produtos agrícolas e no custo de vida dos trabalhadores” (Ana

Rochester — *Lénin y el problema agrario*, pág. 171 — Edit. Páginas, 1944).

27 — No Brasil, da população rural ativa, mais de 7 milhões não possui a menor parcela de terra.

28 — A área total das propriedades agrícolas é de 197.626.914 hectares e a cultivada de 12.921.000 hectares. Logo, embora de propriedade privada, localizada nas melhores regiões do país, do ponto de vista econômico, atual, temos 184.705.914 hectares ao abandono.

29 — No Brasil, são os lavradores sem terra, na sua maioria, miseráveis, com a psicologia do pária, sem a menor tradição de amor e de posse da terra.

30 — Historicamente, não existe entre a massa lavradora brasileira o sentimento de fixação e posse da terra, por isso que ela jamais lhe pertenceu: escravo, servo ou colono, desapossados e expoliados, sempre se constituíram em nomades, à mercê das marchas e migrações consequentes das transformações das nossas explorações da terra: agrícolas ou extrativas.

31 — A aspiração primária do nosso trabalhador rural, na atualidade, provavelmente, é a de ter possibilidades de trabalhar em terras das quais não possa ser expulso; e, secundária, a de possuí-las como proprietário.

32 — Nosso trabalhador rural, por força da desastrosa experiência acumulada pelos seus antepassados, prefere ser assalariado a rendeiro ou meeiro, independentes, sujeito aos azares da produção e circulação anárquicas da ordem capitalista.

33 — E’ muito importante *atender-se* às condições econômicas e psicológicas do nosso trabalhador rural, que de seu só possui a força de trabalho, que vende, sob diversas formas, ao latifundiário ou grande proprietário territorial, e por isso constitui a classe que serve de apoio direto, social, econômico e político, ao proletariado industrial, na sua luta contra o capitalismo; e *evitar-se* que passe a ser, inda que precário, pequeno proprietário, portanto com um interesse de preservar em maior ou menor grau os direitos de propriedade inerentes à ordem capitalista. E’ preciso evitar-se, pois, transformar o nosso trabalhador rural de aliado natural do proletariado em aliado da burguesia, da qual tenhamos que o afastar no futuro.

34 — Sob o capitalismo, a pequena propriedade atraz a desenvolvimento das forças produtivas ao ligar o trabalhador a uma pequena parcela de terra, ao consagrar a rotina como técnica, e constitui-se como base do apoio da grande burguesia reacionária no campo, pelo interesse comum da propriedade.

35 — E’ consagrado, entre os marxistas, que a preparação das condições para a revolução socialista se adiantará mais rapidamente onde a terra for libertada de toda forma de propriedade privada.

36 — “A nacionalização (da terra) significa a abolição da renda absoluta, a diminuição do preço (dos produtos agrícolas), garantia da máxima liberdade de concorrência e liberdade para a entrada maior do capital na agricultura” (Lénin — *A dissolução da Duma e as tarefas do proletariado*).

37 — Se, ao invés de transferir a terra, sob forma parcelária, ao trabalhador rural, outorgando-lhe a propriedade, gratuitamente ou não, a terra fôr cedida ao trabalhador em usufruto, teremos evitado que de desapossado passe o nosso trabalhador rural a pequeno proprietário, cuja consciência passará a refletir tôdas as consequências psicológicas de quem se prende à propriedade. Objetiva e subjetivamente, nosso trabalhador rural afastar-se-á do nosso proletariado, desde que entre no rol dos pequenos proprietários.

38 — Ao invés de loteamento de grandes áreas, entre os trabalhadores, melhor seria organisá-las em núcleos de trabalho agrícola ou de pecuária, sob forma cooperativista, tendo em vista o futuro artel agrícola.

39 — Fracionar-se a terra em lotes e entregá-los a famílias rurais para que os trabalhem, sem assistência social, material, técnica e de crédito, significa não dar um passo para a maior produção e robustecer nas massas rurais a convicção de que é impotente para criar algo e de que os capitalistas lhes são superiores, individualmente e como classe, e, pois, capazes de tornarem vitoriosas as explorações agrícolas ou pastoris, de sua propriedade. Se, ao contrário, o poder público lhe quizer dar tôda assistência social, material, científica e de crédito, isto só podera ser efetivado em regiões que abranjam um mínimo de área cultivável, que reúna e concentre uma população rural bastante para essa assistência economicamente viável. Da mesma forma, as plantações deverão ser planejadas para evitar a anarquia da cega, embora livre, iniciativa individual e exigido o trabalho a executar pelos colonos, para que o conjunto do plano não seja prejudicado pelas deficiências particulares. Só assim o trato mecanizado da terra poderá ser executado, sob a direção de técnicos e de acôrdo com as necessidades do conjunto do núcleo colonial, livre da anarquia das iniciativas individuais. E tal trabalho, com tôdas suas exigências, só poderá ser realizado, se não houver a propriedade privada da terra por parte dos trabalhadores rurais, mas apenas se lhes conceder o usufruto, em troca do qual se obrigará a executar sua parte no conjunto do trabalho geral. Para administrar tal organização de trabalho em conjunto, de possuidores em usufruto do solo, certamente que se impõe um órgão como a cooperativa de tipo mixto, a qual promoverá o mais rapidamente possível a educação dos trabalhadores nos princípios do cooperativismo, até que eles mesmos possam, paulatinamente, por si sós, dirigir a própria cooperativa e substituir os operários qualificados da secção de maquinário, e de seu seio saíam os futuros agrônomos.

40 — Organizando desde logo êsses núcleos de trabalho no campo à base de cooperativas de produção, consumo, venda e crédito, cria-se no trabalhador a psicologia cooperativista, negação da individualista. Orienta-se, pois, o trabalhador do campo pela senda do cooperativismo, germe da forma socialista de produção.

41 — Até aqui, entre nós, as cooperativas têm sido dominadas e controladas pela pequena, média e alta burguesia dos campos, apoiados pela burocracia oficial, em prejuizo dos cooperados pobres. E' preciso que as cooperativas dos núcleos coloniais sejam constituídas exclusivamente pelos colonos e assistidos pela burocracia, até que senhores da organização cooperativa possam por si sós dirigí-las.

42 — O comércio cooperativista facilita a fusão, a organização de milhões de pessoas e mais tarde de tôda a população; e isto, por sua vez, é um grande progresso do ponto de vista da transição subsequente do estado capitalista para o socialismo. (Lénin — *O impôsto em espécie*.)

43 — Produzindo e colhendo os frutos de seu trabalho a coberto da exploração dos intermediários e, tanto quanto possível, das oscilações do mercado promovidas pelos monopolistas, nosso trabalhador rural disporá imediatamente de meios de compra, com que movimentará nosso parque industrial, constituindo-se em grande e rico mercado interno.

44 — A cooperação é uma imensa herança cultural que devemos entezourar e utilizar (Lénin — *O impôsto em espécie*, informe ao X Congresso do Partido, 15-3-1921).

45 — Fomentar nos nossos trabalhadores rurais, através da prática cooperativista, o hábito de cada um trabalhar, de ser útil, de criar sem explorar a outros, sem desapossar a outros, deve constituir a suprema aspiração de educação por parte das fôrças de vanguarda do nosso progresso, visto que tal forma de produção é o caminho mais curto para o estabelecimento da forma socialista de produção.

46 — A medida inicial, portanto, é dividir os latifúndios, após prévia indenização, como exige a atual Constituição, que se encontram em zonas econômicas, entre os lavradores pobres, sob forma de usufruto *ad perpetuam*, amparados por crédito e assistência técnicas reais, para, através de cooperativas de produção, de consumo, de venda e de crédito, poderem viver e trabalhar, num estilo novo de vida.

47 — Por êsse usufruto, pessoal, intransferível e *ad perpetuam*, que só se extinguirá ou se anulará pelo abandono do trato da terra, nada se cobrará, a qualquer título.

48 — Os latifúndios a dividir deverão estar, inicialmente, situados em zonas econômicas inexploradas ou mal exploradas, para não prejudicar as grandes explorações agrícolas capitalistas em atividade, e, para êsses novos núcleos de exploração agrícola cooperativa, deverão ser trazidos os trabalhadores e suas famílias que se encontrem em regiões de pauperismo.

49 — Essas aglomerações permitirão oferecer-se ao trabalhador e sua família instrução geral, assistência médica e cultura técnica.

50 — Os recursos para o financiamento crescente das explorações agrícolas cooperativas serão obtidos à custa de um impôsto progressivo sôbre as terras não trabalhadas e não edificadas, à base de aumento de tantos por cento ao ano, a fixar-se, e revisão dos impostos atuais, que passarão a ser cobrados à base da atual valorização das terras, embora se conservem para as terras trabalhadas os mesmos cobrados até agora.

51 — A revisão dos impostos territoriais e a taxação alta e progressiva da terra não trabalhada ou edificada determinarão:

1) Imediata e maior oferta à venda, de onde as terras baixarem seus preços.

2) Edificação acelerada, facilitando assim a solução do problema da escassez de habitação.

3) Exploração imediata do campo, de onde maior produção imediata.

4) Encaminhamento maior do capital para o campo.

5) A possibilidade de se coletarem os recursos necessários para o financiamento dos novos núcleos de produção cooperativistas, agrícolas e pecuários.

6) Muitos dos que se atrazarem nos impostos acabarão sendo obrigados a entregar as terras ao Estado, para cobrir, dessa forma, os débitos de impostos, as quais serão entregues gratuitamente aos núcleos coloniais.

7) Muitos latifundiários, a fim de preservarem suas terras e se porem a coberto da taxação progressiva, cuidarão imediatamente de utilizar suas terras em explorações agrícolas ou pecuárias, canalizando, dessa maneira, o capital para o campo, seja sob a forma de empréstimos bancários ou de sociedades comerciais.

52 — Estabelecido o impôsto progressivo, cujo montante poderá ser calculado aproximadamente (lembremo-nos de que há mais de 184 milhões de hectares de terras inexploradas à espera de valorização para serem vendidas) permitirá ao Governô operações de crédito para a formação do primeiro capital do Banco Nacional de Crédito Rural, que também poderá ser reorganizado sob forma cooperativista, no futuro. (Está sendo criado como destaque do BB.) Esse Banco, ou organização equivalente, anualmente recolherá e incorporará ao seu capital o produto dos impostos progressivos cobrados sôbre as terras não trabalhadas.

53 — Esse Banco financiará tôdas as cooperativas de produção, consumo e venda, através das quais serão assistidos os trabalhadores rurais.

54 — Tôda inversão de capitais pelo Banco Nacional de Crédito Rural estará garantida pela produção, meios de trabalho e benfeitorias das terras entregues aos trabalhadores rurais, sob forma cooperativista.

55 — Esse Banco destinará 40 % do seu capital e disponibilidades para financiar as explorações agrícolas e pecuárias em geral, além de, pelos seus órgãos técnicos, dar-lhes tôda assistência. Isto significa que os latifúndios, com o tempo, terão que desaparecer, seja pela própria iniciativa dos seus proprietários, que os tornarão propriedades produtivas, e para tanto, serão amparados pelo BNCR, com a utilização de métodos racionais e modernos de exploração mecânica, ou porque, onerados pelos impostos sempre crescentes, passarão a constituir um pêso morto para os latifundiários, que os entregarão ao Estado em pagamento dos débitos atrazados. Com isso, ganhará tôda a coletividade brasileira, pela mobilização para a produção útil de milhões de brasileiros, que terão milhões de hectares das melhores terras para trabalhar. Isto determinará fatalmente abundância de produtos e, portanto, barateamento da vida para tôdas as classes sociais. Nossa burguesia progressista e nosso capitalismo em geral lucrarão imensamente, por isso que disporão de terra a baixo preço, tal será a oferta de venda dos latifundiários, a desafiar-lhes todo o espirito de iniciativa produtiva. E' claro que os especuladores gritarão contra por perderem essa fonte magnífica de especulação que é a terra.

56 — Em última análise, o impôsto progressivo sôbre os latifúndios fornecerá os recursos financeiros necessários para a transformação dos próprios latifúndios em propriedades produtivas.

57 — Eliminados os latifúndios, desenvolvida a produção, criados os núcleos de colonização em forma de cooperativas, tôdas as relações de produção feudais e semi-feudais existentes no campo irão cedendo lugar às relações capitalistas de produção, com o que teremos dado gigantesco passo à frente para o progresso do país em todos os seus sectores.

58 — Na luta contra o latifúndio, o grande inimigo do progresso brasileiro, podem ser mobilizados não só os trabalhadores dos campos e das cidades, pequena, média e alta burguesia capitalistas, porque todos serão beneficiados com sua extinção e tôdas as relações de produção que o latifúndio determina, anacrônicas, retardadoras e pauperizadoras, desaparecerão.

59 — Elevando a produção de produtos agrícolas, alimentícios e industriais, pelos métodos modernos, teremos seu barateamento e maior consumo, com que todos se beneficiarão, produtores agrícolas, consumidores e industriais. Para êstes, então, se abrirá imenso e poderoso mercado interno, com a elevação de padrão de vida do nosso trabalhador rural, o que permitirá um desenvolvimento amplo do nosso capitalismo industrial.

60 — Com o desenvolvimento dos núcleos de exploração agrícolas e pastoris, nosso trabalhador rural se fixará à terra e desaparecerão as causas do nomadismo, com os fluxos acentuados e refluxos atenuados dos trabalhadores dos campos para as cidades e vice-versa.

QUE E' PRIMÁRIO? — ... se a natureza, a existência, o mundo material são o primário e se a consciência, o pensamento são o secundário, o derivado; se o mundo material constitui a realidade objetiva, que existe independentemente da consciência do homem, e, se a consciência é a imagem refletida dessa realidade objetiva, conclui-se que a vida material da sociedade, sua existência, é também o primário, e sua vida espiritual, o secundário, o derivado, como se conclui ainda que a vida material da sociedade é a realidade objetiva, que existe independentemente da vontade dos homens, e a vida espiritual da sociedade o reflexo dessa realidade objetiva, o reflexo do sêr.

Isso quer dizer que a fonte que origina a vida espiritual da sociedade, a fonte de que emanam as idéias e as teorias sociais, as concepções e instituições políticas, se encontram não nessas mesmas idéias, teorias, concepções e instituições políticas, mas nas condições da vida material da sociedade, na existência social, de que são reflexos essas idéias, teorias, concepções, etc. (Stálin — *Sôbre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — in *Sôbre os fundamentos do leninismo*, pág. 280 — Edit. Calvino Ltd. — 1945).

Perguntas e Respostas

PERGUNTA — A vitória da ditadura do proletariado significa o esmagamento da burguesia, a destruição da máquina do Estado burguês, a substituição da democracia burguesa pela democracia proletária. Isto é óbvio. Mas com a ajuda de que organizações se poderá levar a termo esta gigantesca tarefa? Não cremos que possam haver dúvidas de que as velhas formas de organização do proletariado, que surgiram na base do parlamentarismo burguês, não servem para um trabalho dessa natureza. Quais são, pois, as novas formas de organização do proletariado, aptas a desempenhar o papel de coveiras da máquina do Estado burguês, aptas não só a destruir esta máquina e substituir a democracia burguesa pela democracia proletária, como também a se converterem na base do Poder estatal do proletariado? (Stálin — *Sobre os fundamentos do leninismo*, págs. 66-67 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

RESPOSTA — Esta nova forma de organização do proletariado são os Soviets.

Em que consiste a força dos Soviets, em comparação com as velhas forças de organização?

Em que os Soviets são as *mais vastas* organizações de massas do proletariado, pois só eles, os Soviets, podem enquadrar todos os operários, sem exceção.

Em que os Soviets são as *únicas* organizações de massas que conglobam todos os oprimidos e explorados, operários e camponeses, soldados e marinheiros, e em que, como consequência disto, permitem levar a cabo a direção política da luta de massas pela vanguarda destas massas, pelo proletariado, da maneira mais fácil e completa.

Em que os Soviets são os *órgãos mais poderosos* da luta revolucionária de massas, das ações políticas de massas, da insurreição de massas, órgãos capazes de destruir a onipotência do capital financeiro e seus apêndices políticos.

Em que os Soviets são organizações *diretas* das próprias massas, isto é, as organizações *mais democráticas* e, portanto, com maior autoridade entre as massas; facilitam ao máximo a participação destas na organização do novo Estado e em seu governo e desdobram ao mais alto grau a energia revolucionária, a iniciativa, a capacidade criadora das massas na luta pela destruição da antiga ordem de coisas, na luta por uma ordem de coisas nova, por uma ordem de coisas proletária. (Stálin — *Sobre os fundamentos do leninismo*, págs. 67-68 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

SOBRE A TRANSIÇÃO GRADUAL DO SOCIALISMO PARA O COMUNISMO

A. LIÁPIN.

Conferência realizada no Palácio dos Sindicatos, em Moscou, por incumbência do Bureau Pan-soviético de Conferências, que funciona junto ao Ministério da Instrução Pública Superior da URSS.

Terminada vitoriosamente a Grande Guerra Patriótica, entrou a União Soviética numa nova fase do seu desenvolvimento histórico, — na fase da construção pacífica da sua economia e cultura.

A lei, aprovada pelo Supremo Soviet da URSS, sobre o plano quinquenal de restauração e desenvolvimento da economia nacional da União Soviética para os anos 1946-1950, abre diante do nosso país novas perspectivas para o subsequente crescimento das forças produtivas, para o erguimento do nível material e cultural da vida do povo e para o crescimento do poderio econômico e militar do Estado Soviético.

A execução deste novo plano quinquenal representará, portanto, grande avanço realizado no caminho da conclusão da construção da sociedade socialista, bem como no da transição gradual do socialismo para o comunismo.

Estado Soviético — Realização da primeira etapa do comunismo

O fim visado pelo Partido Comunista e pelo povo soviético é a construção do comunismo integral no nosso país. Este fim ainda não foi conseguido, mas pode e deve sê-lo num futuro não distante. O camarada Stálin, ao fundamentar a possibilidade da construção do comunismo no nosso país, nas atuais condições de cerco capitalista, indicou os caminhos concretos da transição gradual do socialismo para o comunismo. Esses ensinamentos do camarada Stálin sobre a possibilidade da construção do comunismo na URSS constituem relevante contribuição à ciência marxista-leninista sobre a sociedade.

Ensina o camarada Stálin, que a questão da vitória do socialismo e do comunismo, em nosso país, possui dois lados diferentes, abrangendo um deles a esfera das relações internas, enquanto o outro representa a das relações exteriores.

Do ponto de vista das relações internas, existem na União Soviética todas as condições requeridas, bem como as possibilidades para a construção da sociedade comunista integral. Nos anos correspondentes aos planos quinquenais stalinianos, foi criada, na URSS, uma grande e moderníssima indústria de máquinas — como base material do socialismo; foi

concluída a obra da colectivização da agricultura, bem como foram liquidadas as classes exploradoras; foi construída, em suma, nos seus elementos básicos, a sociedade socialista. E esta vitória do socialismo abriu diante do nosso país o caminho para a fase superior, que é a do comunismo.

Mas o problema da vitória do comunismo em nosso país possui, além do factor constituído pelas relações internas, um outro aspecto, também, abrangendo êste a esfera das relações exteriores, internacionais. A União Soviética, que vem construindo o comunismo nas atuais condições de um cerco capitalista, não está livre do perigo de um súbito ataque militar do exterior, bem como de outras tentativas de restauração do capitalismo. Eloquente prova disso constituiu a guerra de 1941-1945, a nos imposta pelos invasores germano-fascistas. Terminou esta guerra numa derrota completa tanto da Alemanha hitlerista, como também do Japão imperialista, isto é, dos dois rapinantes imperialistas mais fortes e, ao mesmo tempo, mais chegados às nossas fronteiras. Durante esta guerra elevou-se, mais do que em quaisquer outros anos, o prestígio, a autoridade internacional da URSS e alargaram-se suas relações exteriores, criando-se, em resultado de tudo isso, condições novas, propícias para a construção pacífica do socialismo, tarefa que, em nosso país, será realizada neste período subsequente à guerra. Precisamos, todavia, manter viva a lembrança de que, enquanto existir o mundo capitalista, nunca ficarão completamente eliminadas as possibilidades de novas guerras e de novos ataques traiçoeiros de hordas de bandidos superiormente armados contra a União Soviética.

Ao desenvolver a construção pacífica do socialismo, devemos permanecer extremamente vigilantes, não esquecendo, por um instante sequer, os esforços sucessivos da reação internacional na preocupação dos planos e na provocação de uma nova guerra. E é por isso que se torna tão necessário, no processo da subsequente construção socialista e da transição gradual para o comunismo, consolidar, por todos os meios, o Estado socialista, elevar o poderio econômico e militar do país e zelar continuamente pela capacidade das forças armadas da URSS.

O problema da construção do comunismo em nosso país reveste-se de grande importância para toda a história mundial. Durante séculos, sonhava a humanidade, através dos cérebros dos expoentes máximos de cada geração, com uma futura sociedade comunista. Marx e Engels foram os criadores da teoria científica do comunismo. E foram Lênin e Stálin que, já em novas condições históricas, na luta titânica pela construção do socialismo no nosso país, desenvolveram essa teoria e conseguiram aplicá-la na prática. No país dos Soviets — e pela primeira vez na história da humanidade — converteram-se em realidade os ideais do comunismo científico. Nos seus elementos básicos, já foi realizada, na URSS, a primeira fase do comunismo, sendo que a transição gradual para a sua segunda fase, a mais alta, representa atualmente uma simples tarefa prática.

Os êxitos já conseguidos na construção da sociedade comunista armam espiritualmente os homens soviéticos, movem-nos sempre para a frente, aumentam ainda mais sua fé nas próprias forças e mobilizam-nos para a consecução de novas vitórias do comunismo.

Primeira e segunda etapas do comunismo

A descrição científica da evolução para a sociedade comunista é-nos apresentada nas obras de Marx, Engels, Lênin e Stálin. O marxismo-leninismo ensina que a sociedade comunista passa, no seu desenvolvimento, por duas etapas, a primeira das quais representa o socialismo, correspondendo a segunda, a mais alta, ao comunismo. Essas etapas não constituem, portanto, duas formações econômico-sociais diferentes, mas representam apenas duas etapas do desenvolvimento da mesma sociedade comunista.

O que há de comum entre o socialismo e o comunismo é o facto de que, tanto no regime socialista, como no comunista integral, os meios da produção deixam de constituir propriedade privada, passando a ser propriedade social; a economia nacional do respectivo país passa a ser dirigida segundo um plano único; ficou aniquilada a exploração do homem pelo homem, bem como desaparecem a concorrência comercial, a anarquia da produção, as crises e a falta de trabalho.

A existência desta base, comum a ambos os sistemas, indica que o socialismo não representa outra coisa sinão um degrau ou uma etapa no desenvolvimento da sociedade comunista. Caracterizando a primeira etapa do comunismo — o socialismo — escreveu Lênin as seguintes palavras: "Tanto quanto se refere aos meios de produção — que passam a constituir propriedade social — pode, aqui também, ser empregada a palavra "comunismo", contanto que não se esqueça que não representa ainda o comunismo integral" (*Obras Compl.*, T. XXI, pág. 438).

O socialismo e o comunismo — representando, embora, duas etapas sucessivas da sociedade comunista — distinguem-se, todavia, um do outro por uma série de peculiaridades.

No socialismo, nota-se que as forças produtivas ainda não chegaram, no seu desenvolvimento, a um grau tão alto, para poder assegurar a abundância de todos os artigos de consumo. O trabalho não chegou ainda a tornar-se a principal necessidade vital do homem, devendo, por isso, ser exercido pela sociedade o mais vigoroso controle, tanto sobre a medida do trabalho, como sobre a do consumo. A distribuição dos artigos de consumo é feita obedecendo ao princípio: "De cada um de acordo com o seu trabalho". A propriedade social existe em suas duas formas: a estatal e a cooperativa-kolhoziana, o que ainda encontra sua expressão nas diferenças de classe entre os operários, de um lado, e os camponeses, do outro; conservam-se ainda certas sobrevivências do capitalismo na economia e na consciência das pessoas; ainda não foram totalmente liquidadas as oposições entre a cidade e o campo, bem como entre o trabalho intelectual e o trabalho físico; conservam-se ainda remanescentes da antiga divisão social do trabalho, etc.

Na etapa superior do comunismo, já as forças produtivas atingem um tal grau de florescimento, que os produtos e todos os artigos de consumo se encontram em grande abundância. O trabalho passa a ser a principal necessidade vital do homem. Na distribuição dos artigos de

consumo já se aplica o princípio: "De cada um segundo a sua capacidade; a cada um de acordo com as suas necessidades". A propriedade social existe numa única forma — na de propriedade comunista sobre os meios de produção; os remanescentes das diferenças de classe, assim como as sobrevivências do capitalismo na consciência das pessoas, já foram completamente vencidos e esquecidos; deixou definitivamente de existir qualquer oposição entre a cidade e o campo, bem como entre o trabalho intelectual e o trabalho físico; desapareceram os restos da antiga divisão social do trabalho, etc.

A transição da primeira etapa do comunismo para a sua etapa superior realiza-se de modo gradual, representando uma autêntica fase histórica de evolução.

Sabemos que, na transição do capitalismo para o socialismo, tem lugar a substituição de um sistema de produção por outro, radicalmente oposto. Eis porque tal transição não se realiza sinão por uma revolução.

Bem diferente é o caso da transição do socialismo para o comunismo. Esta não representa a substituição de uma formação econômico-social por outra, mas realiza-se dentro da mesmíssima formação econômico-social, baseada na propriedade social sobre os meios de produção. No regime socialista, já foram liquidadas as classes exploradoras e a própria exploração do homem pelo homem. Nas condições atuais — construída na URSS, nos seus elementos básicos, a sociedade socialista, e o sistema socialista dominando indivisivelmente em toda a economia nacional — o subsequente desenvolvimento do socialismo, bem como a transição deste para o comunismo, efetuar-se-ão na sua própria base. A segunda, a suprema etapa da sociedade comunista surgirá e desenvolver-se-á da sua etapa anterior — do socialismo. Em virtude disso, terá a transição do socialismo para o comunismo o caráter de um desenvolvimento gradual.

A transição gradual do socialismo para o comunismo não quer dizer, todavia, que o desenvolvimento correrá em ritmo moderado. Antes pelo contrário — este período de transição do socialismo para o comunismo caracterizar-se-á por um desenvolvimento acelerado das forças produtivas, por um crescimento rápido da riqueza nacional e por uma elevação sem precedentes do nível material e cultural da vida do povo.

A transição gradual do socialismo para o comunismo não exclui a possibilidade de ocorrerem saltos no processo do desenvolvimento da sociedade socialista. Assim, por exemplo, não pode ser realizada — simultaneamente em relação a todos os artigos de consumo — a transição para o princípio comunista da distribuição, — isso efetuar-se-á gradualmente, à medida que forem crescendo as forças produtivas e criada a almejada abundância; mas a própria transição do princípio socialista da distribuição — de acordo com o trabalho de cada um — para o princípio comunista da distribuição — de acordo com as necessidades de cada um — já constitui um salto para um novo estado das coisas.

O mesmo pode ser dito também sobre o progresso técnico. O desenvolvimento técnico, na transição do socialismo para o comunismo, distinguir-se-á por grandes inovações técnicas em diversos sectores da economia nacional. O aproveitamento das mais importantes descobertas conseguidas no campo da ciência e da técnica significará um novo avanço

efetuado no desenvolvimento das forças produtivas e no aumento do domínio do homem sobre a natureza.

Seria muito ingênuo pressupor que a evolução social, no período da transição gradual para o comunismo, prosseguirá sem quaisquer lutas, dispensando grandes esforços; que ela correrá espontaneamente e sem perturbações. No seu relatório apresentado ao XVII Congresso do Partido Comunista, pôs o camarada Stálin em ridículo as pessoas que julgam que "bem se pode ensarilhar as armas e ir deitar-se — para dormir — aguardando o advento da sociedade sem classes" (*Questões do Leninismo*, XI ed., pág. 467). A transição para o comunismo significa um grande desenvolvimento, sem precedentes, das forças produtivas. Só isto exige dos homens soviéticos um novo incremento da respectiva atividade, um aumento dos seus esforços na construção da nova sociedade. A construção do comunismo representa, ao mesmo tempo, uma luta esforçada contra a inércia e a rotina, contra toda ordem de sobrevivências da sociedade capitalista. Demonstrou o camarada Stálin que a sociedade sem classes não virá ao nosso encontro com a espontaneidade das águas de um rio, mas que precisamos conquistá-la numa grande luta e construí-la com os esforços conjugados de todos os trabalhadores, numa luta contra os inimigos do socialismo.

Seria, outrossim, incorreto afigurar a evolução social neste período como dividida em duas etapas: concluída, primeiro, a construção da sociedade socialista, é então somente que começaria a transição para o comunismo. Essa evolução, porém, não se efetua por dois processos consecutivos, sinão por um processo único. Junto com a consolidação e o subsequente desenvolvimento do método socialista de produção, junto com a conclusão da construção da sociedade socialista, realizar-se-á, simultaneamente também, o processo da transição gradual do socialismo para o comunismo.

Para a transição para o comunismo é necessário levar a efeito, por todos os meios ao alcance, a consolidação e o desenvolvimento dos alicerces, dos princípios do socialismo e das correlações socialistas da produção. A transição para a distribuição comunista ("de acordo com as necessidades de cada um") — realizar-se-á por meio da consolidação e do desenvolvimento do princípio socialista da distribuição ("de acordo com o trabalho de cada um"), bem como através da consolidação do sistema monetário, do desenvolvimento geral do comércio soviético, etc.

Que é preciso fazer durante o período de transição do socialismo para o comunismo?

A transição da primeira etapa do comunismo para a segunda, a suprema etapa, requer o crescimento contínuo e o florescimento das forças produtivas e a criação de uma abundância de todos os artigos de consumo.

Tais são as vantagens do sistema econômico socialista, que, aplicando-o, conseguiu a URSS, num prazo — historicamente considerado — mínimo, transformar-se, de um país atrasado que era, numa potência

industrial e koloziana de primeiro plano. Mas, na primeira etapa do comunismo o desenvolvimento das forças produtivas não chegou ainda a atingir um nível tão alto, que possa assegurar a abundância de todos os artigos de consumo. Estes ainda não podem, portanto, ser distribuídos segundo as necessidades de cada membro da sociedade, mas sim — de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho por ele executado em benefício da sociedade.

No processo do subsequente desenvolvimento, e em resultado do gigantesco crescimento das forças produtivas, tal abundância dos artigos de consumo ficará assegurada, e a sociedade terá, então, a possibilidade de passar gradualmente do princípio socialista da distribuição (“de acordo com o trabalho executado”) — para o comunista (“de acordo com as necessidades de cada um”). E o caminho para chegar a isso já está indicado: o subsequente vigoroso erguimento de todos os sectores da economia nacional, o crescimento da nossa indústria, da agricultura e dos transportes.

A condição essencial para a transição da primeira etapa do comunismo para a segunda consiste na realização da tarefa básica da economia da URSS, que é a de igualar e, em seguida, superar os principais países capitalistas no que diz respeito ao volume médio da produção industrial por habitante. A União Soviética ultrapassou todos os países capitalistas no que se refere à rapidez do desenvolvimento da economia e à técnica da produção, tendo também superado os países capitalistas da Europa continental, no que diz respeito ao erguimento geral da produção industrial. Em relação, contudo, ao índice da produção industrial por habitante, fica ainda a União Soviética atrás da Inglaterra e dos Estados Unidos.

O volume da produção industrial por habitante constitui o critério básico para referência ao poderio econômico do respectivo país. Por isso é que a tarefa em questão — a de alcançar um nível de produção tão alto, que as normas do consumo por habitante, existentes nos principais países capitalistas, possam ser superadas — deve ser considerada a tarefa básica da economia da URSS, a condição decisiva para a transição do socialismo para o comunismo.

Este problema, de magnitude histórica, foi levantado pelo camarada Stálin no XVIII Congresso do Partido Comunista. “Somente no caso — disse ele — de ultrapassarmos, no campo econômico, os principais países capitalistas, poderemos ver o nosso país completamente saturado com os artigos de consumo, teremos a almejada abundância de produtos e obteremos, enfim, a possibilidade de realizar a transição da primeira etapa do comunismo para a segunda”.

A guerra com a Alemanha hitlerista veio interromper a execução da tarefa básica da economia da URSS, causando enormes danos à nossa economia nacional. No novo plano quinquenal são previstas: a reconstrução completa das regiões que sofreram destruições, a recuperação, na indústria e na agricultura, do respectivo nível registrado antes da guerra, bem como a subsequente elevação deste em proporções consideráveis. Constituiu, assim, o novo plano quinquenal um passo para a frente na solução do problema básico da economia da URSS.

No seu histórico discurso, pronunciado, em 9 de fevereiro de 1946, na assembléia dos eleitores da circunscrição eleitoral “Stálin”, da cidade de Moscou, traçou o camarada Stálin o grandioso programa do novo e vigoroso erguimento da economia nacional da URSS, que dara ao nosso país a possibilidade de elevar seu nível industrial para o triplo, aproximadamente, em relação ao ano de 1940. O camarada Stálin propôs a seguinte tarefa: elevar a produção anual de ferro gusa para 50 milhões de toneladas, do aço para 60 milhões, do carvão para 500 milhões e do petróleo para 60 milhões de toneladas. “Uma vez conseguido tudo isso — disse ele — só então poderemos considerar nossa Pátria resguardada em quaisquer emergências. Tal programa requererá ainda três novos planos quinquenais, talvez, ou mais até. Mas esta tarefa *pode ser executada e temos que executá-la*”.

O novo plano quinquenal de reconstrução e desenvolvimento da economia nacional da URSS faz parte desse grandioso programa do erguimento econômico e cultural do nosso país. Prevê este novo plano um subsequente crescimento de todos os ramos da economia nacional, dedicando-se atenção especial ao progresso técnico e ao erguimento do nível material e cultural da vida dos trabalhadores. Em 1950 já terá sido superada, em 1,5 vezes, a produção industrial de 1940. A produção da indústria siderúrgica terá, ao término do quinquênio, um aumento de 35 %, em comparação com a de antes da guerra, a extração da hulha será aumentada em 51 %, a produção da energia elétrica em 70 %. A construção de máquinas será elevada ao dôbro, ao passo que a produção agrícola de 1950 será em 27 % maior, comparada com a do ano 1940. Na base do crescimento ininterrupto da produtividade do trabalho, serão consideravelmente aumentados tanto a renda nacional, como, também, o consumo popular.

Para a execução da tarefa básica da economia da URSS são da mais decisiva importância o subsequente crescimento da nossa indústria, o desenvolvimento em larga escala da construção de novas empresas e o subsequente progresso técnico em todos os sectores da economia nacional. O novo plano quinquenal traça a execução de uma imensa obra em edificações novas e em reedificações: dentro de um quinquênio, deverão entrar em funcionamento 5.900 empresas, entre restauradas e totalmente novas. Para custeio dessa série de edificações foi destinada, para o quinquênio, a soma de 157,5 bilhões de rublos. A edificação, em larga escala, traçada no novo plano quinquenal, representa a condição básica para o rápido crescimento da produção industrial.

Ao término do novo quinquênio, terá ultrapassado a URSS, pelo volume da produção industrial média por habitante, o nível registrado, antes da guerra, pela França, e estará alcançando o da Inglaterra. Mas a tarefa de igualar e em seguida de superar os Estados Unidos, no volume da produção industrial média por habitante, será concluída num período mais longo.

Para a solução do problema básico da economia da URSS, requerem-se: o subsequente aumento da produtividade do trabalho, o melhoramento da própria organização do trabalho e a constante elevação qualificacional dos operários e dos quadros do pessoal da categoria dos engen-

nheiros e técnicos. "E quanto mais alta estiver, em nosso país, a produtividade do trabalho, quanto mais estiver sendo aperfeiçoada entre nós a técnica da produção, tanto menos tempo teremos que gastar na execução desta importantíssima tarefa econômica, tanto menores serão os prazos para podermos ver concluída esta tarefa", — disse o camarada Stálin, no XVIII Congresso do Partido.

No decurso dos dois primeiros planos quinquenais stalinianos — como resultado da reconstrução técnica da economia nacional, do crescimento do potencial da energia motriz e da mecanização do trabalho, bem como devido ao incremento da emulação socialista e ao movimento starránovista — foi conseguido um aumento de duas vezes e meia na produtividade do trabalho. A União Soviética obteve enormes sucessos não somente no que diz respeito aos ritmos acelerados do crescimento, como também em relação à produtividade do trabalho, quer na indústria, quer nos demais sectores da economia.

O crescimento da produtividade do trabalho, aumentando, por um lado, a produção das emprêsas ora em funcionamento, constitui, por outro lado, fonte permanente para a acumulação socialista, necessária para a construção de novas fábricas e usinas.

Na luta pela alta produtividade do trabalho, vem desempenhando enorme papel a emulação socialista e, particularmente, sua expressão mais alta — o movimento starránovista. O movimento starránovista, no dizer do camarada Stálin, "abre para nós o caminho, no qual o que podemos conseguir são justamente aqueles índices máximos da produtividade do trabalho, tão necessários para a transição do socialismo para o comunismo..." (*Questões do Leninismo*, XI ed., pág. 496).

O plano quinquenal estabelece, para o ano 1950, em 36 % o aumento da produtividade do trabalho, em relação ao índice de antes da guerra. Nos anos abrangidos pelo novo plano quinquenal, cerca de 70 % do acréscimo total na produção industrial serão devidos ao aumento da produtividade do trabalho. A luta, pois, pelo aumento da produtividade do trabalho, pelo incremento da emulação socialista, é a própria luta pelo novo e vigoroso desenvolvimento das forças produtivas. Um novo e mais alto nível da produtividade do trabalho pressupõe um novo e mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas — quer dos meios de produção, quer da força produtiva básica, representada pelo próprio homem.

A transição do socialismo para o comunismo requer a criação de uma técnica nova, de mais alto teor. E' sabido que a URSS, no que diz respeito à técnica da produção e à aplicação total na produção industrial dos mais modernos processos técnicos, ocupa o primeiro lugar no mundo. Tomando na devida consideração o alcance das últimas realizações da técnica mundial, vem o Estado soviético aplicando-as em todos os ramos da economia nacional. Diferentemente do que sucede nos países capitalistas — onde o desenvolvimento da técnica se acha em contradição com o regime político-social — na URSS, em virtude das vantagens da economia socialista planificada, consegue a técnica desenvolver-se sem obstáculos e em ritmos acelerados.

Durante o processo da transição do socialismo para o comunismo estará sendo criada qualitativamente uma técnica nova, de teor inconce-

bível e inacessível para o mundo capitalista. Essa nova técnica — a técnica criada pelo socialismo — assegurará as condições para um crescimento de proporções inéditas das forças produtivas, para uma transformação das características do trabalho e para um total desaparecimento da oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico.

Compreende-se por isso a enorme importância que, no período de transição do socialismo para o comunismo, adquirirem o progresso técnico e a evolução da ciência. Os cientistas soviéticos, estudando com muita atenção as mais recentes realizações da ciência e da técnica no mundo inteiro e aplicando tudo isso na prática, devem, ao mesmo tempo, esforçar-se para ir além, adiantar-se ainda mais nos diversos ramos da ciência e da técnica e colocar nosso país na vanguarda do progresso técnico mundial. O camarada Stálin pôs diante dos cientistas soviéticos uma grande tarefa — a de não apenas igualar, mas também superar, num futuro próximo, as maiores realizações conseguidas por cientistas de outros países.

O novo plano quinquenal traça o subsequente progresso técnico em todos os sectores da economia nacional e prevê ampla mecanização e eletrificação da produção. Referindo-se à indústria toda da URSS, o equipamento técnico dos operários terá neste quinquênio um aumento de aproximadamente 1,5 vezes, em relação ao ano 1940. No ramo da construção de máquinas, nas indústrias metalúrgica e química e em muitos outros sectores da economia nacional, efetuar-se-ão grandes transformações técnicas. Ao mesmo tempo, estabelece ainda o plano quinquenal uma série de tarefas a serem executadas no sentido da criação e do subsequente desenvolvimento de novos ramos técnicos e de produção.

A transição para a segunda etapa do comunismo pressupõe o desenvolvimento, em todos os sentidos, da principal das forças produtivas de que a sociedade dispõe — o homem. Ensina o camarada Stálin, que o elemento humano, pondo a funcionar o aparelhamento para a produção, possuindo tanto a necessária experiência para a produção, como também o hábito de trabalhar esforçadamente, constitui a principal força produtora da sociedade, sua força básica. E o comunismo significa um novo e mais alto grau do desenvolvimento desta força produtora.

Engels escreveu ainda que, para a elevação da produção industrial e agrícola ao nível que corresponde ao comunismo, não basta tratar dos meros meios de produção, pois necessário é, também, o desenvolvimento das aptidões humanas, do elemento que utiliza aqueles meios. "... A direção geral da produção por forças conjugadas da sociedade inteira e o consequente novo desenvolvimento da produção requererão a presença de gente com características completamente novas e produzi-la-ão" (Marx e Engels, *Obras Compl.* T. V., pág. 478).

O socialismo não somente acelera o desenvolvimento dos meios de produção, mas faculta, também, aos que trabalham, o respectivo desenvolvimento geral e a aplicação das aptidões de cada indivíduo. Na URSS, o homem passou por uma transformação radical, enriqueceu imensamente sua experiência na produção e os hábitos em relação ao trabalho, elevaram-se seu nível cultural e a compreensão das coisas. Uma autêntica revolução na consciência dos camponeses foi causada pelo regime sovié-

tico, transportando-os para o caminho do trabalho social, coletivo. A transição para o comunismo cria imensas tarefas novas na esfera cultural.

No relatório lido no XVIII Congresso do Partido Comunista, declarou o camarada Stálin: "Queremos transformar todos os operários e todos os camponeses em pessoas cultas, instruídas, e temos de fazê-lo com o tempo".

O comunismo requer gente criteriosamente preparada, intelectualmente desenvolvida e com boa cultura geral. Para conseguir isto, torna-se necessário vigoroso erguimento do nível técnico e cultural dos operários e dos kolrozianos, torna-se inadiável a elevação qualificacional e da cultura geral dos trabalhadores na produção socialista, a educação deles no pensamento comunista.

O novo plano quinquenal estabelece formidáveis tarefas também na esfera da construção cultural. A execução deste plano constitui, pois, mais um passo para a frente também no problema da elevação do nível técnico e cultural dos operários e dos kolrozianos.

Propriedade e classes no período de transição

A conclusão da construção da sociedade socialista e a transição para o comunismo requerem a consolidação e o subsequente desenvolvimento da propriedade socialista e das relações socialistas de produção. Para construir a sociedade comunista é preciso, pôr todos os meios ao alcance, fortalecer e resguardar a propriedade socialista — a base econômica do nosso regime soviético, a fonte da riqueza e do poderio do nosso país.

No socialismo, coexistem duas formas de propriedade socialista: a estatal e a cooperativista-kolroziana; nelas refletem-se as peculiaridades dos caminhos do desenvolvimento para o comunismo, que deviam seguir a classe operária, por um lado, e os camponeses, por outro. As duas formas de propriedade social, no entanto, são de um tipo único, existindo, todavia, diferenças entre elas, o que encontra sua expressão no diferente nível da socialização dos meios de produção, no caráter e na organização do trabalho social, na administração, bem como nas formas da distribuição da respectiva renda nas empresas estatais e nos kolrózes.

No comunismo, existirá uma única forma de propriedade sobre os meios de produção — a propriedade comunista. A transição para essa única forma de propriedade social sobre os meios de produção efetuar-se-á na base da consolidação a todo custo e do subsequente desenvolvimento das duas formas de propriedade socialista na URSS, destacando-se o papel diretor que cabe à propriedade estatal, que é a forma mais alta da propriedade socialista. A forma cooperativista-kolroziana da propriedade social desenvolver-se-á por meio da consolidação da economia social dos kolrózes.

Esse desenvolvimento geral dos kolrózes e a consolidação da sua economia social representa justamente o caminho pelo qual se há de efetuar a transformação, por crescimento acentuado, do "artel" agrícola em comuna. No XVII Congresso do Partido Comunista, disse o camarada Stálin:

"A futura comuna agrícola surgirá quando, nos campos cultivados e nas fazendas de criação de gado do "artel", houver plena abundância de cereais, de gado, de aves, de legumes de toda sorte de outros produtos; quando, junto ao "artel", forem instaladas lavandarias mecânicas, as modernas cozinhas-refeitórios, usinas panificadoras, etc.; quando o kolroziiano se convencer de que lhe fica mais em conta receber a carne e o leite da fazenda, do que tratar de uma vaca própria e criar outros animais de corte para as necessidades da sua família; quando a kolroziana se convencer de que é muito mais prático jantar no refeitório social, receber o pão da usina panificadora e ter sua roupa lavada na lavanderia social, do que dedicar-se ela própria a fazer todo aquele respectivo trabalho. A futura comuna surgirá à base de uma técnica mais adiantada e de um "artel" mais desenvolvido, à base de completa abundância de todos produtos" (*Questões do Leninismo*, pág. 469).

O processo da transição, por crescimento acentuado, do "artel" para a comuna, realizar-se-á gradualmente, à medida do crescimento das forças produtivas, à medida que todos os kolroziianos se convencerem da necessidade da transição do "artel" para a comuna. Nas condições atuais, constitui o "artel" agrícola a única forma apropriada do movimento kolroziiano, pois ele combina acertadamente os interesses privados, a índole e os hábitos dos kolroziianos com seus interesses sociais, adaptando os primeiros a estes últimos. Torna-se, por isso, necessário desenvolver, por todos os meios, a economia kolroziana. A transição do "artel" para a comuna não é realizável sinão fortalecendo o primeiro, esgotando até o fundo todas as possibilidades que ele encerra em si.

A transição para o comunismo está ligada de modo inseparável à liquidação da antiga divisão social do trabalho e da dos restos das diferenças de classe. Já nos dias que correm estão desaparecendo aos poucos as distinções entre a classe operária e os camponeses, assim como entre estas classes e os intelectuais. Mas, no socialismo, permanecem, todavia, restos das distinções entre operários e camponeses.

Na segunda etapa do comunismo não haverá mais classes, nem mesmo restos das antigas distinções entre estas. Os caminhos para a liquidação completa das distinções entre as classes operária e camponesa já foram indicadas por Lênin. "... Para a liquidação completa das classes — escreveu ele — é necessário não somente derrubar os exploradores, os latifundiários e os capitalistas, não somente privá-los dos seus direitos à respectiva propriedade, mas também anular todos os direitos de pessoas privadas sobre os meios de produção, bem como liquidar as distinções existentes, quer entre a cidade e o campo, quer entre os que se dedicam ao trabalho intelectual e os que executam o trabalho físico" (*Obras Compl.* T. XXIV, pág. 337).

A transição para a etapa suprema do comunismo requer sejam vencidas as sobrevivências do capitalismo, quer na economia, quer na consciência das pessoas. Tais sobrevivências têm sua expressão no comportamento anti-socialista em relação ao trabalho ou à propriedade social, na oposição dos respectivos interesses privados aos interesses sociais, no igualitarismo de salários pleiteado pelos que possuem a mentalidade de pequenos burgueses, em procurar dar quanto menos ao Estado, tirando

quanto mais em seu próprio benefício, etc. Essas sobrevivências não podem desaparecer espontaneamente, no simples correr natural das coisas. Contra elas é preciso lutar, educando continuamente os povos da URSS na consideração socialista para com o trabalho e para com a propriedade social. A transição para o comunismo requer, pois, a completa extinção daquelas sobrevivências.

Consciência comunista

No ano 1917, escreveu Lênin que a etapa suprema do comunismo "pressupõe a existência tanto de uma produtividade do trabalho diferente da atual, como também do homem médio, *diferente do atual*, pois este é capaz de destruir à toa as maiores acumulações de riqueza social, tendo ainda por hábito andar exigindo o impossível" (*Obras Compl.*, T. XXI, pág. 437).

No período da transição gradual do socialismo para o comunismo, enorme importância adquire a questão da educação comunista das massas trabalhadoras.

Para extirpar os velhos preconceitos, assim como para acabar com os maus hábitos, é necessária uma luta sistemática e contínua contra a sobrevivência do capitalismo na consciência das pessoas, requerendo-se, ao mesmo tempo, uma ação de crítica aguda, sistematicamente conduzida, contra as ideologias anti-leninistas, uma propaganda incansável do leninismo e uma elevação geral do nível cultural e ideológico da população da União Soviética.

O comunismo constrói-se de maneira consciente e não como uma explosão das forças naturais; ele é construído diretamente pelas massas, lideradas pelo Partido Comunista. O crescimento da consciência comunista das massas trabalhadoras constitui o factor mais importante da evolução da sociedade socialista para o comunismo. A educação comunista é o principal meio que devemos empregar para vencermos nessa luta pela extirpação das sobrevivências do capitalismo na consciência das pessoas e pelo desenvolvimento da dedicação comunista ao trabalho, do respeito de cada um à propriedade social. Ajuda a educação comunista a fortalecer as relações de auxílio mútuo socialista entre as classes trabalhadoras e da colaboração fraternal entre os povos da URSS. Ela educa o povo no sentimento do patriotismo soviético e na disposição para lutar até o fim pela vitória do comunismo no nosso país.

A medida que prosseguir o avanço para o comunismo, continuará a crescer ininterruptamente o grau da participação das massas na atividade governamental e social, elevar-se-á ainda mais a iniciativa social, bem como a ação independente. Desenvolver-se-ão de modo mais amplo as forças criadoras, as aptidões e os talentos do povo.

Nas condições do regime socialista, não chegou ainda o trabalho a tornar-se a primeira necessidade vital do homem. Tal é o nível das forças produtivas na sociedade socialista, que o trabalho tem ainda que representar uma medida do consumo.

Na etapa mais alta do comunismo, quando as forças produtivas tiverem atingido o pleno florescimento e não mais existir a antiga divisão do trabalho, este tornar-se-á a principal necessidade vital do homem. Este estará habituado a desempenhar, sem coação, as funções sociais, e o trabalho não remunerado, voluntariamente feito em benefício de todos, constituirá, como já o disse Lênin, um hábito generalizado.

Distribuição no socialismo e no comunismo

Uma das distinções básicas existentes entre o socialismo e o comunismo é constituída pela diferença do respectivo método da distribuição do produto social. O princípio diretor do socialismo é este: "De cada um, de acôrdo com a sua capacidade; a cada um, de acôrdo com o seu trabalho". "O princípio do socialismo indica que, na sociedade socialista, cada um trabalha de acôrdo com sua capacidade, mas recebe os meios de consumo não segundo as suas necessidades, sinão de acôrdo com o trabalho por ele executado para a sociedade" (J. Stálin. *Questões do Leninismo*, pág. 495).

Já na sociedade comunista, quando as forças produtivas tiverem alcançado o mais alto grau de desenvolvimento, o princípio a ser aplicado é este outro: "De cada um, de acôrdo com a sua capacidade; a cada um, de acôrdo com as suas necessidades". "O princípio do comunismo consiste em que, na sociedade comunista, cada um trabalha segundo as respectivas aptidões e recebe os meios de consumo não mais de acôrdo com o trabalho por ele executado, sinão segundo as necessidades que o mesmo, na sua qualidade de pessoa de grande cultura, possa ter" (*Questões do Leninismo*, pág. 495).

Referindo-se à igualdade no regime socialista, indicou o camarada Stálin que o marxismo-leninismo não a compreende no sentido do igualitarismo em relação às necessidades privadas e ao modo de viver, sinão como sendo a libertação igual, de todos os trabalhadores, da exploração; como a uma abolição, igual para todos, da propriedade privada sobre os meios da produção; como a uma obrigação, igual para todos, de trabalhar à medida da capacidade de cada um, e a um direito igual de ser remunerado de acôrdo com esse respectivo trabalho.

A concepção marxista-leninista da igualdade na sociedade comunista pressupõe o dever, igual para todos, de trabalhar segundo as respectivas aptidões, e o direito, também igual para todos os que trabalham, de receber por isso segundo as necessidades de cada um. Mas, na sociedade comunista integral, não serão iguais entre si as necessidades dos indivíduos. "... O marxismo parte do conceito de que os gostos e as necessidades das pessoas não são, nem podem ser, idênticos no sentido qualitativo ou iguais no sentido quantitativo, — nem no período socialista, nem no comunista" (*Questões do Leninismo*, pág. 470).

O princípio socialista da distribuição vai desempenhar importantíssimo papel no subseqüente desenvolvimento da sociedade socialista e representará poderosa força motriz da sociedade socialista. Ele assegura um ajustamento muito acertado entre os interesses particulares e sociais

dos trabalhadores, cria um interesse material de cada trabalhador nos resultados do seu trabalho, estimula a elevação da qualificação dos trabalhadores; acelera o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade; e fortalece a economia socialista.

Eis porque tão necessário se torna — passo a passo, e até o fim — realizar o princípio socialista da distribuição segundo a quantidade e a qualidade do trabalho executado, assim como extirpar, decididamente, o igualitarismo na remuneração do trabalho. Quanto melhor e mais completa fôr a realização deste princípio, com tanto maior êxito se desenvolverá a economia socialista em direção ao comunismo.

O novo plano quinquenal, visando criar maiores estímulos para os trabalhadores, estabelece uma série de medidas importantíssimas a serem tomadas no sentido de um melhoramento da remuneração do trabalho. Tais medidas são: uma ampla aplicação da remuneração progressiva por tarefa; o aumento da parte que, no ganho dos operários e funcionários, cabe aos prêmios pela boa conclusão ou pela execução crescente das tarefas na produção; o fortalecimento e a elevação do papel do trabalho por jornada, na distribuição da renda dos kolrózes; a ampliação do sistema de acórdos, individuais e coletivos, por tarefa, nos kolrózes, bem como a ampla aplicação do sistema de remuneração complementar pelas melhorias verificadas nas safras e pelo aumento da produtividade nas fazendas de criação de gado. Todas essas medidas visam a subsequente consolidação do princípio socialista da distribuição ("de acôrdo com o trabalho executado"), considerando-o a condição principal para a transição do socialismo para o comunismo.

O princípio socialista da distribuição ("de acôrdo com o trabalho executado") significa que, nas relações entre a sociedade e seus membros, a medida é constituída pelo trabalho; mas este não pode ser considerado como expresso diretamente em horas-trabalho, pois ainda se conservam, na primeira etapa do comunismo, as diferenças entre o trabalho do operário e o do kolroziiano, entre o intelectual e o físico, entre o trabalho qualificado e o não-qualificado. O cômputo do trabalho, nas condições vigentes no socialismo, só é possível em forma monetária, na base da lei-do-valor. O Estado soviético conscientemente aproveitará a lei-do-valor numa forma adequada aos interesses do fortalecimento e do desenvolvimento da produção socialista.

Na sociedade comunista, quando as forças produtivas já tiverem atingido o grau máximo de florescimento e fôr realizado o princípio comunista da distribuição, terá desaparecido a necessidade de determinar o consumo individual pela quantidade e qualidade do trabalho executado. Ao mesmo tempo, terá desaparecido também a remuneração monetária do trabalho. O princípio comunista da distribuição: "De cada um, de acôrdo com a sua capacidade; e cada um, de acôrdo com as suas necessidades" — pressupõe a transição do sistema de computar, quer o trabalho, quer o produto deste, na base monetária-mercantil do valor, para a medida natural, que é a do tempo gasto na execução do trabalho. A distribuição comunista vem, por outro lado, excluir a existência do intercâmbio comercial e a transformação dos produtos em objetos de comércio, dando-se a estes um valor monetário.

Mas até a época em que a etapa suprema do comunismo já tiver sido por nós atingida, tanto o custo, como o dinheiro, o comércio e o salário continuarão a constituir coisas imprescindíveis, pois são instrumentos importantíssimos da economia socialista planificada. O comércio soviético, bem como nosso sistema monetário deverão ser a tal ponto fortalecidos, que se torne possível a transição para a troca direta dos produtos.

No ano 1934, fazendo, durante o XVII Congresso do Partido Comunista, a crítica das pessoas que vêm prégando as teorias ultra-esquerdistas da abolição do dinheiro, assim como do comércio soviético, disse o camarada Stálin:

"Essa gente, que se acha tão distante do marxismo, como o é o céu em relação à terra, não compreende, ao que parece, que o dinheiro ha de permanecer entre nós por muito tempo ainda, até que se realize a própria conclusão da primeira etapa do comunismo — da fase socialista da sua evolução. Eles não compreendem que o dinheiro constitui aquele instrumento da economia burguesa que o regime soviético veio tomar nas suas próprias mãos e adaptar aos interesses do socialismo para desenvolver, em toda sua força, o comércio soviético, preparando, justamente com isto, as condições requeridas para uma transição para o sistema de troca direta dos produtos. Não compreendem eles, que a troca direta dos produtos — coisa de que nem chegamos atualmente a cogitar e que, por muito tempo ainda, não poderá ser realizada — só pode advir em substituição e em resultado de um comércio soviético idealmente organizado" (*Questões do Leninismo*, págs. 462-463).

A lei sobre o novo plano quinquenal exige a consolidação da circulação monetária e das relações de crédito na economia nacional, a elevação da importância do lucro e do cálculo de conveniência econômica, como constituindo um estímulo complementar para o crescimento da produção e a elevação, por meio de redução do custo próprio, do respectivo rendimento em lucro em todos os sectores da produção.

Liquidação da oposição entre a cidade e o campo

A transição do socialismo para o comunismo significa a liquidação da oposição entre a cidade e o campo, assim como a da existente entre o trabalho intelectual e o trabalho físico.

Na sociedade socialista, já está abalada em sua base a oposição entre a cidade e o campo. Isto foi conseguido como resultado da transformação socialista da nossa sociedade, como resultado da realização da industrialização socialista do nosso país e a coletivização da sua agricultura. Subsistem, contudo, ainda, no regime socialista, restos da antiga divisão do trabalho e a oposição entre a cidade e o campo ainda não fôr completamente liquidada. Somente na fase mais alta da sociedade socialista será definitivamente liquidado aquêl antagonismo entre a cidade e o campo, isto é, entre o trabalho industrial e o da lavoura.

O factor mais importante da liquidação do antagonismo entre a cidade e o campo é constituído pela vitória nesta do regime kolroziiano.

No seu discurso pronunciado na convenção dos agrários-marxistas, observou o camarada Stálin que “a questão toda das relações entre a cidade e o campo passou agora para um terreno novo, e a oposição entre ambos será eliminada num ritmo acelerado”. Compreende-se, por isso, que o fortalecimento e o subsequente desenvolvimento da economia social dos kolhozianos constituirão uma das condições básicas para a liquidação total da oposição entre a cidade e o campo.

O método da eliminação desta oposição pressupõe a mais ampla mecanização e eletrificação dos processos da produção empregados na agricultura e a transformação do trabalho agrícola em mera variedade do trabalho industrial.

E’ previsto pelo novo plano quinquenal o aparelhamento da nossa agricultura pelos recursos da técnica mais adiantada. Num período de cinco anos, receberá a aldeia kolhoziana nada menos de 325 mil novos tratores, além de centenas de milhares de outras máquinas agrícolas. Isso permitirá elevar a mecanização do trabalho de aração a 90 % do total e o da colheita a 55 %. E com este enorme crescimento da mecanização dos trabalhos da lavoura criar-se-ão as condições requeridas para a transformação do trabalho agrícola em variedade do trabalho industrial.

E’ de grande importância, para a liquidação da oposição entre a cidade e o campo, o desenvolvimento, em todos os sentidos, dos transportes e dos meios da comunicação. E não menos importância, para a realização daquêle fim, adquire a distribuição equilibrada das forças produtivas pelo país.

A eliminação do antagonismo entre o trabalho intelectual e o trabalho físico

A transição do socialismo para o comunismo está relacionada também com a eliminação do antagonismo entre o trabalho intelectual e o trabalho físico.

No nosso país, já foram libertados da exploração o trabalho do operário e o do camponês; foi criada uma nova técnica, que é das mais adiantadas; cresceram novos contingentes, que se apoderaram dessa nova técnica para formar os quadros do pessoal qualificado; e foi instituído de facto o direito de todos à instrução. Conservam-se ainda no regime socialista, contudo, alguns restos da antiga divisão do trabalho e ainda não foi liquidado, por compêlto, o antagonismo entre o trabalho intelectual e o trabalho físico. Esse antagonismo será definitivamente eliminado somente no comunismo integral.

Para a liquidação desta oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, é necessária uma elevação do nível da instrução e da cultura geral de todos os que trabalham na produção socialista, é necessário um erguimento técnico-cultural da classe operária e dos camponeses.

No seu discurso, pronunciado na primeira convenção pan-soviética dos starránovistas, indicou o camarada Stálin que a liquidação da oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico só pode ser conseguida

com a elevação do nível técnico-cultural dos trabalhadores comuns, até o grau que caracteriza os técnicos e os engenheiros. Somente um erguimento técnico-cultural de tais proporções — disse o camarada Stálin — é capaz de cortar pela raiz a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, bem como assegurar uma alta produtividade do trabalho e a abundância dos artigos de consumo tão necessários para a transição do socialismo para o comunismo.

Nessa questão da elevação do nível técnico e cultural das massas trabalhadoras, assume importância toda especial o movimento starránovista, o qual — no dizer do camarada Stálin — já contém em si os elementos primários do erguimento técnico-cultural tão necessário para a eliminação do antagonismo existente entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, assim como para a transição do socialismo para o comunismo.

Uma das condições mais importantes da liquidação da oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico é constituída pelo crescimento e o aperfeiçoamento contínuo da técnica da produção. A liquidação dessa antiga divisão do trabalho será conseguida através da mecanização geral e da automatização dos processos da produção, através da eletrificação largamente estendida, bem como por meio do melhoramento geral do equipamento técnico do trabalho.

Fases e etapas do Estado Soviético

O Estado soviético constitui o instrumento principal e decisivo da transformação socialista da nossa sociedade. Seu subsequente fortalecimento representa, portanto, a condição principal para a transição do socialismo para o comunismo. Na primeira fase do seu desenvolvimento — naquela que se estendeu desde a Revolução de Outubro até a liquidação das classes exploradoras — desempenhava o Estado soviético as funções de repressão dentro do país, da resistência das classes exploradoras, as da defesa do país contra os ataques vindos do exterior, assim como as da restauração da economia e de preparação das condições requeridas para levar a efeito a liquidação total dos elementos exploradores.

Na segunda fase do desenvolvimento do Estado soviético — na que se estendeu desde a liquidação dos elementos capitalistas da cidade e do campo, até a vitória completa do sistema socialista na economia e à promulgação da nova Constituição — a tarefa básica do regime consistia na organização da economia socialista em todo o país, na realização da revolução cultural e na organização completa de um Exército moderno para a defesa do país.

“A tarefa básica atual do nosso Estado, a ser executada dentro do país, — diz o camarada Stálin — consiste num trabalho pacífico no campo da organização econômica e no da educação e cultura. No que se refere ao nosso Exército, aos órgãos punitivos e ao serviço secreto de informações, eles não mais dirigem sua ponta aguçada para o interior do país, mas para o exterior, contra os nossos inimigos externos” (*Questões do Leninismo*, pág. 606).

Divulgação Marxista, n.º 15 — Rio, 10-2-1947

— 27

O Estado soviético, dispondo dos meios básicos da produção, está executando um trabalho gigantesco tanto no campo da organização da economia, como, também, no da educação e cultura, abrangendo, assim, os lados principais da vida do país. O Estado soviético dirige tudo que se relaciona com a defesa do país, estabelece os planos do desenvolvimento da economia nacional, assegurando, ao mesmo tempo, a respectiva execução, e organiza o levantamento sistemático e o controle de tudo que se relaciona com a produção e a distribuição dos produtos.

O Estado soviético é, portanto, indispensável no transcurso de toda a fase do socialismo. Ele será indispensável também no comunismo integral se subsistir ainda o cerco capitalista.

O camarada Stálin elaborou melhor e desenvolveu ainda mais a teoria marxista-leninista sobre o Estado nas condições da vitória do socialismo e da transição para o comunismo. Ele deu uma base científica à necessidade do subsequente fortalecimento do Estado soviético, bem como indicou os rumos do seu desenvolvimento e o papel que o Estado soviético terá que desempenhar no comunismo, nas circunstâncias eventuais que podem ser criadas pela continuação do cerco capitalista.

“Marchamos, avançando sempre para a frente, em direção ao comunismo. Subsistirá, ainda, entre nós, o Estado — também no período comunista? — pergunta o camarada Stálin. Sim, há de persistir, se não for liquidado o cerco capitalista, se não for eliminado o perigo de ataques militares vindos do exterior, — compreendendo-se, contudo, que as próprias formas do nosso Estado terão de ser modificadas em conformidade com as alterações que tiverem lugar no ambiente interno ou externo.

Não, o Estado não subsistirá e será extinto, se o cerco capitalista for, por sua vez, também extinto e substituído por um cerco socialista” (*Questões do Leninismo*, pág. 606).

Conclui-se, desta forma, que é necessário fortalecer, por todos os meios, o poderio do Estado soviético. Enquanto nos encontrarmos metidos no sistema dos Estados burgueses, deve nosso país dispor de forças armadas poderosas: de um exército, de uma armada e de uma força aérea moderníssimos. As forças armadas da União Soviética são destinadas a garantir, com sua extrema vigilância, o desenvolvimento do trabalho pacífico criador do povo soviético e a constituir o apoio seguro dos interesses da URSS.

“Não devemos esquecer as recomendações do grande Lênin, no sentido de que, embora passando já para o trabalho de construção pacífica, devemos ainda estar sempre alertas e cuidar, como da pupila do próprio olho, das nossas forças armadas e da capacidade defensiva do nosso país” (Stálin).

O Partido Comunista (b) da URSS e sua função

O líder e o organizador do povo soviético, na sua luta pelo comunismo, é o grande Partido de Lênin e Stálin. O Partido Comunista representa

a grande força que se bate na vanguarda das massas trabalhadoras, em sua luta pelo fortalecimento e desenvolvimento do regime socialista. Ele constitui o núcleo diretor de todas as organizações dos trabalhadores, quer das de caráter social, quer das que desempenham funções estatais. Baseando-se no conhecimento das leis que regem a evolução social, traça o Partido Comunista cientificamente os caminhos do avanço do nosso país para o comunismo e vem mobilizando e organizando as massas para a construção da sociedade comunista integral.

O Partido Comunista, armado pelo conhecimento das leis da evolução social, pela teoria revolucionária desenvolvida por Marx, Engels, Lênin e Stálin, continua a solucionar, como já o vinha fazendo com grande sucesso anteriormente, todos os problemas que a marcha da construção socialista vem apresentando ao nosso país. Sob a liderança do Partido Comunista, foi criado um Estado socialista multinacional, construíram-se e consolidaram-se as forças motrizes da sociedade socialista: a fraternidade dos povos que a compõem, a unidade político-moral dos homens soviéticos e o vitalizante patriotismo soviético. Sob a liderança do Partido de Lênin e Stálin, conseguiu todo o povo multinacional soviético — os operários, camponeses e intelectuais da URSS — reformar radicalmente o país inteiro, criar a poderosa indústria socialista e o regime kolrozião, — construir, em essência, a sociedade socialista. Nos anos da Grande Guerra Patriótica, foi o Partido quem levantou o povo inteiro para a luta pela liberdade e pela independência da nossa pátria, conduzindo-o, enfim, à vitória sobre os imperialistas germano-fascistas e japoneses, à vitória que há de ter a mais séria consequência na História da humanidade.

A nova fase do desenvolvimento, na qual entrou a URSS, ao término da Segunda Guerra Mundial, e os novos problemas que se apresentam diante do nosso país, exigem um novo crescimento e fortalecimento das organizações do Partido Comunista, assim como a elevação do nível teórico-ideológico dos seus quadros.

As organizações do Partido devem desenvolver a mais ampla atividade na esfera da educação comunista das massas trabalhadoras, bem como no combate às sobrevivências do capitalismo na consciência das pessoas. E' do trabalho organizador e político-educativo das organizações do Partido, da incansável atividade destas na luta pela execução das diretrizes apresentadas pelo Partido e pelo Governo, da sua capacidade na mobilização das massas para a vitória sobre todas as dificuldades, que dependerá o sucesso do nosso movimento no sentido da transição do socialismo para o comunismo.

O socialismo, nos seus elementos básicos, já está construído no nosso país. Está fora de dúvida que a tarefa da conclusão da construção da sociedade socialista sem classes, assim como a consequente transição gradual do socialismo para o comunismo, serão, por sua vez, executadas também com todo o sucesso.

Sob a liderança do Partido Comunista e a direção do grande Stálin, o povo soviético marcha sempre para a frente para um novo florescimento da nossa pátria soviética, para a vitória total do comunismo no nosso país.

(Traduzido diretamente de *Bolchevik*, n. 11-12, de junho de 1946.)

O SOCIALISMO CONSERVADOR OU BURGUESES

Parte da burguesia pretende remediar os males sociais a fim de assegurar a existência da sociedade burguesa.

Nesse número estão os economistas, os filantropos, os humanitários, todos os que se ocupam em melhorar a sorte das classes operárias, em organizar a beneficência, criar sociedades protetoras dos animais, fundar sociedades de temperança, numa palavra, toda a espécie de reformadores de gabinete. Chegaram até a elaborar esse socialismo burguês em sistemas completos.

Citemos, como exemplo, a *Filosofia da Miséria*, de Prodhon.

Os socialistas burgueses querem as condições de existência da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que necessariamente daí decorrem. Querem a sociedade atual depois da eliminação dos elementos que a revolucionam e desagregam. Querem a burguesia sem o proletariado. A burguesia imagina, naturalmente, que o mundo em que ela possui a supremacia é o melhor dos mundos. O socialismo burguês faz dessa concepção otimista um semi-sistema ou um sistema completo. Quando convida o proletariado a realizar seus sistemas e a entrar na Nova Jerusalém, não lhe pede, no fundo, senão que permaneça na sociedade atual, renunciando, porém, à idéia odiosa que essa sociedade lhe inspira.

Outra forma desse socialismo, menos sistemática e mais prática, esforça-se por indispor a classe operária com todo movimento revolucionário, demonstrando-lhe que só lhe poderia aproveitar, não esta ou aquela modificação política, mas unicamente uma modificação das condições materiais de existência das condições econômicas. Mas, por modificação das condições materiais de existência, esse socialismo não entende, de nenhum modo, a abolição das condições burguesas da produção, abolição que só é realizável por meios revolucionários, mas reformas administrativas que se realizem no quadro dessas condições de produção, que não modificam, portanto, em nada, as relações entre o capital e o trabalho assalariado, mas põem as coisas em melhor situação, diminuem para a burguesia as despesas do governo e simplificam a administração econômica.

O socialismo burguês só encontra sua expressão adequada quando se torna uma simples figura de retórica.

Liberdade de comércio no interesse da classe operária; tarifas protecionistas no interesse da classe operária; prisões celulares, no interesse da classe operária; eis a última palavra, a única coisa séria do socialismo burguês.

O socialismo da burguesia consiste precisamente na afirmação de que os burgueses são burgueses — no interesse da classe operária.

(Marx e Engels — *Manifesto Comunista*, págs. 121/2 — Edit. Calvino Ltda., 1945).

PORQUE É NECESSÁRIA UMA NOVA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL

AMÉRICO BARBOSA DE OLIVEIRA

Enquanto tanta gente sustenta de boa-fé que não existe problema agrário no Brasil, que não há latifúndios, que a reforma agrária é uma cópia de problemas estrangeiros, que a definição de latifúndio é muita gente e pouca terra e que no Brasil existe muita terra e pouca gente, sendo, portanto, nosso problema de povoamento apenas, parece-nos de bom aviso esclarecer alguns dados da questão antes de voltar à discussão de como realizar reformas em nossa economia agrícola.

Urge, preliminarmente, demonstrar a necessidade de introduzir modificações na atual organização rural da sociedade brasileira.

E' oportuno observar que, mesmo negando a existência no país de problemas decorrentes da "ordem latifundiária", haveria sempre muito que reformar em nossa triste situação rural, pois a falta de uma política realista de utilização da terra e a deficiência de técnicos são actos que ninguém pode esconder.

Mas, afinal, em que consiste o sistema latifundiário? Que terá êle de tão imponderável a ponto de uns negarem sumariamente sua existência no Brasil como problema social, enquanto outros lhe atribuem vasta responsabilidade nas tristes condições econômicas do país?

Precisamos, para esclarecer satisfatoriamente o assunto, examinar com maior minúcia as diferentes técnicas de aproveitamento da terra adotadas nos países novos surgidos depois das grandes expansões marítimas do século XVI.

Impõe-se também distinguir latifúndio da "grande empresa" rural. Uma coisa é essa "indústria no campo", super-mecanizada, existente nos países mais adiantados, outra é a grande propriedade rotineira, onde há enorme desperdício de mão de obra. No Brasil, como não existe o primeiro tipo de exploração, salvo honrosíssimas exceções, podemos definir latifúndio como sinônimo de grande propriedade rural, seja esta, mais ou menos, produtiva.

OS IMPERATIVOS GEO-ECONÔMICOS E OS CARACTERÍSTICOS DO SISTEMA LATIFUNDIÁRIO DE UTILIZAÇÃO DA TERRA

Tomemos para termo de comparação os dois modelos mais afastados: o povoamento democrático executado na América do Norte, na Austrália, na Nova Zelândia e o sistema empreendido pelos povos ibéricos na América.

A comparação não pode ser feita de modo algum em termos exclusivos de características culturais dos colonizadores, pois a posição geográfica dos territórios introduziu seríssimos imperativos geoeconômicos. Uma colônia tropical tinha de ter uma economia de exportação mais acentuada

do que uma colônia situada em zonas temperadas, pois tôdas as metrópoles estavam em zonas temperadas e o incentivo maior ao comércio é a diversidade de climas e produtos.

A lavoura de exportação não era possível em pequena escala nem a cana de açúcar, nem o fumo, nem o algodão, nem mesmo o café, podiam ser explorados em tempos remotos a não ser em grande escala, e esta exigia organização latifundiária e uma grande massa trabalhadora disciplinada por um regime agrário retrógrado, cuja forma mais aguda foi a escravidão.

Esse tipo de lavoura é conhecido pelos povos de língua inglesa como *plantation system*. O Brasil não constituiu exceção entre as colônias tropicais. O empreendedor no *plantation system* é antes um especulador do que um agricultor. Como o seu capital é o escravo e não o solo e a abundância de terras favorecia sua utilização extensiva, generalizou-se entre nós o uso irracional, anti-econômico, da terra, que até hoje perturba a organização de nossa vida rural com reflexo direto sobre o nível de vida das populações e a capacidade do nosso mercado interno.

A atração para as grandes lavouras de exportação é fortíssima. Assim, desde que condições geoeconômicas sugerem sua implantação, o colono dos climas sub-tropicais a elas também se atrai. Isso sucedeu no sul dos Estados Unidos, onde os anglo-saxões tiveram de adotar os mesmos métodos dos espanhóis e portugueses para levar a termo a lavoura de artigos de exportação. Essa lavoura de organização escravagista destoa do tipo geral da agricultura das restantes colônias inglesas no continente norte-americano, tendo seu advento criado lá problemas rurais parecidos com os nossos e ainda não solucionados por completo, pois a influência retardadora do *plantation system* sobre o progresso de uma sociedade é facto indiscutível.

Na América do Norte, desde que o algodão principiou a ter boa cotação nos mercados europeus, seu cultivo alastrou-se pelos Estados do sudeste. Era um tipo de lavoura que requeria larga disponibilidade de mão de obra, em condições de trabalho a que o colono europeu não se submetia. Daí a substituição paulatina dos pequenos proprietários (*farmers*) pela aristocracia algodoeira, que lhes ia comprando as terras por bom preço, ao mesmo tempo que fazia vir negros da África para o trabalho. Em pouco tempo estavam no regime de monocultura e importavam os gêneros de subsistência do Norte e do Meio Oeste pelos rios Missouri e Mississippi. (H. U. Faulkner — *American Economic History*, Nova York, 1943).

A monocultura sulista apresentava o mesmo tipo das outras tôdas; extração máxima de lucros, concentração dos mesmos em poucas mãos, esbanjamento em extravagância, o que, como aqui, não só impedia a acumulação do capital como introduziu a rotina, o pauperrismo, a tapera, etc. (Faulkner, *opus cit.*).

Ao Norte do país trabalhava-se febrilmente nas lavouras de subsistência, e os pioneiros e sitiantes, sem contar com escravos ou empregados, que não os havia, tratavam de racionalizar sua produção. Contornavam suas dificuldades exercitando sua inteligência e seu espírito cooperativo, procurando inventar máquinas agrícolas de toda sorte. (Em 1790 foi introduzido o arado de ferro. Em 1831 foi generalizado o uso de sega-

deiras e debulhadoras que economizavam 2/3 do trabalho. Só em Massachusetts havia 73 fábricas de máquinas agrícolas em 1845).

A terra respondia generosamente ao esforço do braço e da inteligência. O capital foi se acumulando. A existência de mercados consumidores crescentes devido à concentração urbana na Europa e na própria América garantiu a estabilidade e o incentivo dessa agricultura adiantada, século após século.

Nos trópicos, não seria possível facilmente o progresso desse tipo de colonização individualista pela difusão da pequena propriedade, pois os artigos a serem produzidos exigiam uma técnica inteiramente diferente da que se praticava na agricultura européia, e sua lavoura tinha inúmeros obstáculos naturais a vencer.

Além disso, as condições climáticas aqui eram mais penosas para o trabalho rural e, o que é mais sério, durante séculos circularam os mais convincentes preconceitos sobre os efeitos devastadores do clima tropical para a raça branca. Isso resultou numa seleção do tipo de colono que vinha para os trópicos arrostando esses riscos. As atitudes e os objetivos destes eram inteiramente diferentes dos que vinham plantar trigo, cevada, centeio ou milho na América temperada.

A organização econômica da produção forçou a generalização em todo o mundo tropical desse sistema extensivo de *plantation* visando garantir o máximo de lucros para os empreendedores europeus.

A terra era o que menos pesava entre os factores do custo de produção. Vastos territórios desocupados pediam colonos nas Américas e, nos continentes africano e asiático, onde isso não sucedia com tanta amplitude, fácil foi grangear uma situação de equilíbrio pelas armas ou pelo interesse comercial. Na super-povoada ilha de Java, por exemplo, os nativos viviam ansiosos para vender suas terras aos plantadores estrangeiros e ir trabalhar como empregados nas grandes lavouras tropicais abertas por estes. Situação ideal, pois o preço pago pelas terras nada tinha de elevado e com sua compra resolvia o produtor europeu dois problemas, o da terra e o do braço. Este último, na América, não podia ser resolvido satisfatoriamente sem a importação onerosa do escravo africano, cujo trabalho era conduzido por meios compulsórios.

De tal modo avultam, nas regiões tropicais e sub-tropicais, as grandes lavouras latifundiárias, que surgiu mesmo uma espécie de teoria climática do latifúndio, tendendo a admitir distinção essencial entre o sistema da colonização temperada pela pequena propriedade, *farm system* e o tropical, *plantation system* (A. G. Keller — *Colonization, A Study of the Founding of New Societies*, Boston, 1908).

Mais recentemente ficou demonstrado (Leo Waibel) que essa generalização deve-se ao facto de exigirem as produções tropicais processos de beneficiamento ou industrialização local, e também ao facto de existir nessas regiões mão de obra barata em razão das pequenas necessidades quanto à casa, roupa e alimentação.

Caio Prado Júnior, tratando do assunto esclarece-nos: "durante séculos, até os tempos contemporâneos, é só nos trópicos que se encontra esta forma de produção agrária. Hoje, ela aparece também na zona temperada, particularmente na produção cerealífera, como nos Estados Uni-

dos, na Rússia Soviética, na Argentina. Mas aí ela resulta de progressos técnicos e mecânicos notáveis, e veio depois que êstes progressos conseguiram contrabalançar, em parte pelo menos, os inconvenientes do sistema”.

Pelo exposto, parece que temos de aceitar a tese de João Ribeiro de que a recrudescência do feudalismo na América tropical, com a implantação da lavoura latifundiária e escravagista, era um determinismo inelutável.

Aqueles imperativos invencíveis, que conduziram ao sistema latifundiário, não mais existem, graças ao progresso da ciência, à radicação do homem branco nos trópicos, ao domínio de quantidades crescentes de energia da natureza e à nossa libertação progressiva da tirania do mercado externo.

O problema atual é nos libertarmos dos vícios deixados pelo regime em nossos costumes e em nossa economia.

Entre os vícios, podemos citar o desgaste físico e psicológico das massas trabalhadoras nacionais, que estudaremos em título especial; o desgaste do solo em vastas áreas das lavouras tropicais, consequência do cultivo extensivo; o império da rotina, do pauperismo (e suas consequências), do coronelismo, da politicagem cega; a concentração da propriedade fundiária em poucas mãos; a deformação educacional das elites cultas, mantendo-as inteiramente alheias aos problemas da terra, do homem e da economia nacional; o valor elevadíssimo a que atingem as terras mesmo quando improdutivas e de má qualidade.

A concentração da propriedade fundiária pode ser expressa com algarismos do último censo: 1 % dos habitantes do campo possui 2/3 da área total das propriedades agrícolas recenseadas. É interessante, entretanto, salientar que ainda há vastíssimas extensões de terras devolutas nas regiões mais longínquas do país, totalizando 77 % da área do Brasil!

Esse facto, o de existir tão grande área do país sem dono, não invalida o assêto de que existe grande e ruínosa concentração da propriedade fundiária, pois esta área devoluta é destituída de valor econômico (do ponto de vista da produção), como é fácil de compreender. Já nas áreas mais acessíveis, isto é, naquelas onde é possível escoar a produção para mercados de consumo, ou, seja, onde seria possível aos pequenos proprietários o desenvolvimento de uma sólida economia rural, as terras, pelo seu valor elevadíssimo, só em casos especiais comportam utilização em bases econômicas, pois elas valem como um bem de inversão e não como instrumento de produção.

Esse característico é típico de tôdas as sociedades latifundiárias. As terras do México, por exemplo, embora improdutivas, sempre valeram mais do que as da ubérrima *cornbelt* americana — as mais rendosas do mundo. São factos desconcertantes, mas que se reproduzem em todos os países de formação latifundiária, onde a classe dos proprietários rurais, por uma série de circunstâncias obscuras e interessantes (entre as quais a isenção ou o falseamento da tributação territorial), consegue manter o valor da terra muito acima do seu “valor pela capacidade de produção”.

Não se pense, entretanto, que essa concentração da propriedade é generalizada em todo o Brasil. Por todos os Estados praticamente encon-

tramos zonas onde predominam as pequenas propriedades e regiões de grandes domínios fundiários. Não é raro encontrarmos também no Brasil zonas de parvifúndios, isto é, regiões em que as propriedades são extremamente pequenas, tornando-se, por isso, unidades anti-econômicas.

Observa-se, entretanto, que a pequena propriedade no Brasil só surgiu em terras marginais. Terras que, pela má qualidade ou pela má situação topográfica ou pelas más condições de salubridade, ficaram livres das cogitações dos candidatos a sesmarias e esquecidas pelos chicanistas dos “acrescidos”, de triste memória.

Aliás, no mundo inteiro, observa-se a mesma lei. Embora a situação mais equitativa fôsse a existência de propriedades maiores, nas terras de pior qualidade, e de menores, nos solos mais ricos, é estritamente o contrário que costuma acontecer. Só a adoção de uma política objetiva de utilização da terra pode conduzir a resultados de máxima conveniência para a coletividade.

No Brasil, nas terras boas das regiões de climas melhores, predomina a organização latifundiária; nas terras piores, seja pela posição topográfica, seja pelo clima, seja pela qualidade do solo, está disseminada a pequena propriedade. Fazem exceção as zonas coloniais dos nossos três Estados sulinos, onde uma inteligente política governamental de colonização tem sido posta em prática.

Assim, quem quiser demonstrar que no Brasil existe concentração da propriedade territorial em poucas mãos, encontra dados estatísticos, mas quem quiser demonstrar o contrário também encontra; é questão de escolher a zona para a coleta de dados. Quem quiser demonstrar que o progresso do Brasil é devido à grande propriedade demonstra-o pela estatística. Quem quiser demonstrar que a pequena propriedade fracassou, também pode demonstrá-lo, escolhendo dados estatísticos das áreas marginais em que êsse sistema se generalizou; entretanto, essas conclusões só terão algum valor quando examinadas mais de perto e, sobretudo, quando considerarmos as características geoeconômicas de cada região examinada. Sem êsse zoneamento cairemos no terreno dos debates estéreis.

Os valores numéricos do censo que apresentei servem apenas como um índice médio da situação do Brasil, cujas condições fundiárias variam extremamente de zona para zona. Atentemos, entretanto, que, apesar da existência de centenas de milhares de parvifundiários em todo o país, nossa situação era esta (1940): 95 % da população rural não tem propriedades fundiárias.

Mas se ponderarmos que, simultaneamente, possuímos extensões amplíssimas de terras devolutas, será sensata a atitude de negar a existência de um problema agrário no Brasil?

Poderemos sintetizar nossa situação, afirmando que aqui existe muita terra e pouca gente e propor como solução que êsses 95 % tratem de seguir no rumo do Oeste?

Com o prosseguimento desta massante exposição ficará claro o êrro dêsse raciocínio simpista e perceberemos que o problema agrário brasileiro, ou, melhor, o gravíssimo problema econômico do Brasil é de recons-

trução da agricultura em novas bases e não o de extensão a novas áreas dos mesmos métodos frustrados da utilização da terra.

Veremos daqui a pouco os efeitos da privação da propriedade da terra sobre a herança cultural dos cidadãos e sobre o desenvolvimento dos valores humanos de qualquer país.

Bem examinadas as coisas, veremos que não há como atribuir os programas de reforma agrária à qualquer influência exótica. Recordemos que Rui na campanha abolicionista considerava a abolição como medida inicial, devendo ser acompanhada pela *desenfeudação da propriedade* para que a grande reforma social surtisse efeito.

O fato, entretanto, é que a enfeudação da terra continua até nossos dias e que terras suscetíveis de imediata e lucrativa utilização por milhões de brasileiros estão mal aproveitadas, quando não abandonadas e permanecem fora do seu alcance devido ao valor especulativo a que atingiram.

O sistema de distribuição de sesmarias parecia indicado para promover o desbravamento do Brasil em época recuada, quando só a organização latifundiária podia vingar, mas os factos vieram demonstrar que o sistema conduziu a uma absurda concentração da propriedade fundiária justamente nas áreas de maior valor agrícola do país.

O mal, entretanto, não está tanto e somente na concentração, está na má utilização que vem sendo feita da terra, está na rotina, está na falta de técnica, está na falta de conservação do solo, está no conluio tácito do sistema latifundiário com certos interesses que veremos mais adiante.

O DESGASTE DO POTENCIAL HUMANO

Não nos basta inventariar os esforços abortivos da organização latifundiária brasileira sobre o desenvolvimento dos nossos valores humanos, importa observar que efeitos ruinosos foram causados também pela ausência de política objetiva de ocupação útil do nosso imenso território.

Essa lacuna, isto é, essa incapacidade para compreender, prever e organizar, das nossas elites, é a responsável pela má situação em que se acham alguns milhões de brasileiros, os quais, mesmo sem sofrer diretamente o influxo depressivo da organização latifundiária, caíram também a um nível ínfimo de capacidade produtora, de saúde, de cultura, etc. As causas dessa triste regressão social são o isolamento de determinados grupos humanos em meio à vastidão do país e a má situação de outros grupos em relação ao meio social e ao meio geográfico.

Examinaremos esses três processos de desgaste do nosso material humano — o latifúndio, o isolamento e a pequena propriedade mal situada e desamparada no livre jogo das forças econômicas e sociais.

Pelas condições naturais impuseram a organização latifundiária nos primeiros séculos da nossa colonização, tanto os recursos naturais do país como os lucros pertenciam a uma minoria mais culta, conhecedora da técnica de produção, possuidora do capital, senhora das exigências do mercado consumidor, e que se sujeitava a atravessar oceanos para explorar o negócio.

Havia, portanto, necessidade de dispôr o empreendedor de mão de obra dócil e que tivesse suas necessidades limitadas a nível ínfimo, de modo a conformar-se com remuneração igualmente ínfima pelo seu trabalho. Não existindo na América esse tipo de trabalhador, o remédio foi importá-lo da África.

No Brasil, a aplicação desse "sistema" produziu, em quatro séculos, numerosíssima população habituada aos maiores assombros de renúncia. O pauperismo, a doença, a ignorância e a ociosidade, são meros corolários do sistema.

Essa população marginal descende da massa enorme de escravos africanos, de índios e de brancos decaídos devido ao isolamento, às doenças, às crises de ordem econômica, às crises climáticas ou às investidas do fisco.

Em oposição a tudo isto, a concentração da propriedade fundiária em poucas mãos e a redução das massas rurais e trabalhadoras sem terra, não só impede o desenvolvimento das capacidades individuais, como faz regredir implacavelmente os descendentes dos emigrantes que perdem as habilidades e atitudes capitalistas de seu país. (Ver *Brazil, People and Institutions* do sociólogo norte-americano Lynn Smith professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil).

Essa estrutura latifundiária só pode assegurar aos países que a adotem um "padrão de vida médio" muito baixo, embora as elites proprietárias das terras e as classes correlatas possam viver num luxo asiático. Há, forçosamente, pequena possibilidade de ascensão social a fortes privilégios de casta (o pistolão é uma das modalidades derivadas). Não existe a preocupação de economizar trabalho pela utilização de máquinas ou pela instrução profissional e tecnológica, implantando-se uma rotina de pedra século após século.

As grandes massas rurais privadas dos meios para o treinamento continuado nas atividades de administração de seus negócios, vêm atrofiar de geração em geração todos os característicos do homem civilizado e, por fim, sua herança cultural se resume na execução de meia dúzia de tarefas rotineiras.

No tocante à inteligência média regista-se na sociedade latifundiária o mesmo nível baixo que mostramos para o padrão de vida. De um lado, a massa em processo de embrutecimento crescente, de outro, uma elite educada para a vida amável dos salões, para o sucesso na rabulice, para a burocracia ou para as carreiras militares, mas inteiramente divorciada dos problemas "plebeus" da produção, ou do aperfeiçoamento tecnológico e científico.

No caso do Brasil, essa tendência se transformou numa gravíssima deformação. A literatice e o latinório emprestam grande brilho à erudição ociosa dos nossos expoentes, mas a pompa oratória não pode mais disfarçar as noções práticas primaríssimas, dos quais está armada a elite racional, para fazer frente aos problemas do Brasil num mundo supertécnico.

Foi meditando diante desse quadro, provavelmente, que Lord Bryce escreveu: "no mundo, houve alguns países onde uma elite governamental, explorando o trabalho dos inferiores, conseguiu sucessos brilhantes

no cultivo das artes, das letras... mas, no Brasil, — u'a massa de ignorantes oprimiu o país como a geleira enregela o ar do vale". (*South America*. N. Y., 1921).

O paralelo entre a evolução social sob o regime da grande propriedade e sob o da pequena propriedade não é assunto pouco versado. Nos países latino-americanos muito se tem escrito nesse sentido. Para o grande Sarmiento, "o erro fatal da colonização espanhola na América do Sul e a causa profunda do seu atraso vêm da maneira de distribuir a terra".

As investigações dos norte-americanos nesse terreno da sociologia e da economia rural, a experiência histórica de Roma, do feudalismo e da Revolução Francesa trazem também muita luz sobre o assunto.

Vejamos, agora, o segundo processo de desgaste do homem no Brasil — o isolamento. Este factor é capaz de frustrar o progresso continuado que o sistema de pequena propriedade costuma proporcionar. Atuou em vasta escala durante os séculos de desbravamento do Brasil e ainda atua em inúmeros grupamentos humanos por todo o nosso território.

Os exemplos mais elucidativos podem ser encontrados no sul do Brasil após o estabelecimento de algumas colônias. Casos houve de alemães, que, com pouco tempo de permanência no Brasil, se tornavam vadios e ébrios, sendo a causa do desajustamento à falta de mercado para a produção da colônia. Sem poder vender seus produtos, vinha por terra todo o padrão cultural do colono que logo na segunda safra adquiria os caracteres de qualquer Jeca Tatú (Ver Williams, *Revista de Imigração*).

Nos êrmos do Brasil Central o fenômeno foi o mesmo. O isolamento, a falta de intercâmbio é o principal factor da decadência da herança cultural das populações e não mais a estrutura latifundiária.

Examinando, agora, o terceiro processo, o decorrente ao insucesso da pequena propriedade, precisamos acentuar que não nos referimos aqui às colônias planejadas nos três Estados do sul do país e sim aos agrupamentos rurais que surgiram durante a colonização do Brasil, nas grimpas das serras, no meio de brejos ou noutros tipos de terras marginais.

Essa classe de colonos, não podendo cuidar dos artigos de exportação por falta de capital, dedicava-se aos produtos de consumo no mercado interno. Cuidava, pois, das lavouras de subsistência, sujeitas às tremendas vicissitudes já estudadas pelos nossos escritores. Tudo conjurava contra a pequena propriedade entre nós, o preço vil da produção, a falta de transporte, a extrema vulnerabilidade dos solos tropicais, os repetidos surtos de inflação, a atitude do fisco, do comércio, dos governos e dos grandes proprietários.

O pequeno proprietário só pode se estabelecer nas terras cansadas ou nas zonas marginais desprezadas pela aristocracia rural monocultora, portanto, em terrenos de má qualidade ou inconvenientemente situados quanto à topografia, às condições de transporte, à salubridade ou à qualquer outro factor. Ademais, como não produzia para o mercado externo, não podia proteger-se dos efeitos da contínua desvalorização da moeda, daí sua triste decadência.

E' a constatação estatística desse facto que tem servido a alguns para demonstrar numericamente que o sistema latifundiário é superior

ao da pequena propriedade. Esquecem-se, entretanto, que essa comparação não pode ser feita pelo facto das últimas só se terem estabelecido em condições de inferioridade quanto à qualidade das terras, quanto a instrumentos e técnica de produção, quanto à organização comercial, quanto à topografia, quanto à assistência governamental.

Grande parte das desvantagens que vem impedindo o progresso técnico e econômico da pequena propriedade decorre da sua coexistência com a grande ou então da sua sucessão por desmembramento após o esgotamento das terras.

Sobre a coexistência com a grande propriedade, vale a pena citar o depoimento de Herbert Smith, naturalista americano, que nos visitou, em 1878: "são numerosas as fazendas pequenas, mas muitas deias grandemente individadas e de problemáticos lucros, grande parte dos resultados da cultura é absorvida pelos grandes proprietários, que, senhores de 200 ou 300 escravos, podem, com facilidade, desbancar os vizinhos mais pobres. O atual sistema tributário do Brasil encoraja os fazendeiros ricos e desanima os pobres. Não há imposto territorial, as melhores terras cafejeiras estão em poder de capitalistas que não as exploram, aguardam a extensão das comunicações internas e maior procura de terras novas para conseguirem lucros enormes" (Taunay, *Jornal do Comércio*).

Um bom exemplo do segundo caso é o alto vale do Paraíba, em que a grande maioria das propriedades, hoje, varia de 1 a 5 alqueires, devido ao desmembramento ocorrido após o colapso da lavoura cafejeira no histórico vale. Outro exemplo é a proliferação dos sítios de Jecas existentes no litoral paulista, outrora sede de ricas monoculturas (de 15.383 propriedades existentes em 1927, mais de 12.000 tinham área inferior a 25 alqueires).

Os factos têm demonstrado que a simples subdivisão das grandes propriedades nas zonas de terras cansadas só excepcionalmente tem trazido progresso satisfatório.

O problema a ser resolvido é a introdução nas pequenas propriedades da técnica da agricultura intensiva (agricultura permanente) e não a continuação dos mesmos métodos extensivos.

A subdivisão espontânea da terra, que para alguns está resolvendo o problema do latifúndio no Brasil, não faz essa transformação. Só a reforma agrária nos moldes que expus (ver *Jornal de Debates* n. 1) pode realizá-la recuperando para a nação imenso potencial humano e grandes tratos de terra.

De passagem, impõe-se esclarecer que a marcha da divisão exponencial da terra nas zonas latifundiárias é extremamente lenta: é muito mais lenta do que nas zonas de parvifúndio, onde os herdeiros estão em dependência mais estreita da terra para viver. Tenho aqui à mão dados numéricos para o Estado de São Paulo, isto é, dados que totalizam o movimento nas zonas de pequena e de grande propriedade, bem como nas zonas novas do noroeste do Estado. Entre 1930 e 1940, o número de propriedades rurais passou de 163.765 para 170.472. Temos, pois, que, com acréscimo tão insignificante, passariam alguns séculos antes que uma parte razoável da população rural paulista de hoje obtivesse a posse de um terreno para lavrar por sua conta e risco.

Enquanto tantos precalços se opuseram ao progresso do homem comum no Brasil, nas colônias americanas de clima temperado, cada família constituiu desde o início uma unidade econômica produtora que, com o rodar dos séculos, cresceu prodigiosamente em eficiência e cultura.

Num estudo sobre o desenvolvimento dos colonos sulistas americanos emigrados para o Estado de São Paulo após o desfecho da Guerra de Secessão, anota um geógrafo americano que o ambiente dos Estados Unidos do século passado transformava rudes campônios europeus em grandes homens de negócio, ao passo que, no meio brasileiro, havia uma transformação nítida também, mas de sinal contrário. Sua conclusão assentava na observação do declínio econômico e cultural dos seus patricios no meio rural paulista. Ray Nash, referindo-se ao mesmo assunto, diz que esses norte-americanos não deixaram sinais no Brasil, mas o Brasil carimbou-os com sua marca. (*A Conquista do Brasil.*)

Cabe aqui um parêntesis, a fim de ressaltar que nenhuma influência climática deve ser aceita como causa predominante da decadência de tantos grupamentos humanos nos trópicos e sub-trópicos. Inquéritos especiais procedidos pela American Geographical Society, sobre os *poor-whites* do sul dos Estados Unidos, da África do Sul, da Austrália e da América Central, bem como os estudos da Carnegie Commission na África do Sul concluem que a degradação física, intelectual e moral dos milhares de indolentes camponeses brancos observados deve ser atribuída a falhas na organização do povoamento, permitindo que o isolamento e a má estruturação social fizessem a sua ceifa.

As referências feitas a portugueses e espanhóis nos estudos da American Geographical Society, revelam sempre a convicção de que tais povos são mais adaptáveis ao *habitat* tropical do que os do norte da Europa.

No caso do Brasil, é oportuno recordar o conceito de Saint-Hilaire de que só uma raça de gigantes resistiria a tantos tropiços como os que enfrentaram os povos primitivos da nacionalidade.

Examinando a questão agrária, é de todo interesse dizer algo sobre sua posição entre os grandes problemas nacionais.

Devemos ressaltar novamente que a estrutura latifundiária de utilização da terra não é a causa única do pauperismo nacional. Há factores geoeconômicos dignos também de estudo; houve e há deficiências técnicas acentuadíssimas, bem como pressões esmagadoras dos grupos do comércio e da finança internacional, que monopolizam nossas transações com o exterior. Estes interferem, às vezes, com sutileza, às vezes, com desassombro, mas sempre com energia, nos rumos da nossa política econômica, contribuindo para mantê-la sempre voltada para o exterior e sempre hipnotizada pela "necessidade" de capitais estrangeiros.

Se o comércio exportador dos nossos produtos é estrangeiro, não é difícil compreender o interesse deste em escorar, em facilitar as transfusões de sangue ou as doses de óleo canforado, que permitam continuar vivo o seu fornecedor nativo — o rotineiro e histórico plantador latifundiário. Aí está, pois, um dos grandes factores da permanência daquela velha organização rural inconvêniente ao homem e daqueles métodos de

trabalho agrícola inadequados aos característicos geográficos do país. Continuamos minando lentamente os dois maiores patrimônios de qualquer nação — o solo e a população.

E' evidente que, nessas bases, as classes beneficiárias dêsse processo secular de "mineração" não podem levar muito longe sua prosperidade e muito menos a do país. Daí a situação de crise crônica em que vivemos.

Registemos, entretanto, que, embora várias crises tenham nos açoitado violentamente, nenhuma levou à falência o sistema agrário instituído no século XVI. Houve sempre um recurso infalível — o Governo.

Este, sendo constituído por aquela elite de homens eruditos, solenes, palavrosos, típica das sociedades latifundiárias, facilmente "compreende" a "justiça" do amparo "aos ameaçados". E como para tais finalidades, créditos estrangeiros são copiosamente oferecidos... arranja-se facilmente um "reajustamento econômico". Prolonga-se, então, a agonia da máquina colonial. Adia-se o início da reconstrução. Continua a erosão da terra. Continua a erosão do homem.

Factos dessa natureza podem ajudar a entender o "equilibrismo" de certas instituições brasileiras, a insolvência do Tesouro Nacional, o pauperismo do povo e o simbolismo da observação de Moacir Teixeira da Silva, recordando que, nos Estados Unidos, as companhias de colonização faliram no século XVII, mas os colonos e as finanças públicas puderam prosperar...

(Do *Jornal de Debates*, de 6-9-1946.)



CAPITAL FINANCEIRO — O capital financeiro, instrumento do imperialismo, é o mais expoliador de todos, porque, parasitário, também explora os capitalismo nacionais, levando-os às últimas conseqüências na exploração do homem.

E o capital financeiro de um país é inimigo do de outro.



STÁLIN E A LUTA DE CLASSES — ... "O que é preciso fazer-se não é dissimular as contradições do regime capitalista, não pô-las a descoberto e desenrolá-las em toda sua extensão, não é amortecer a luta de classes, não levá-la ao seu termo, conseqüentemente." (Stálin — *História do PC(b) da URSS*, pág. 128, ELE, 1943).



POLÍTICA DE CLASSE — ... "para não se equivocar, é necessário manter uma política proletária, de classe, intransigente, e não política reformista de harmonia de interesses entre o proletariado e a burguesia, uma política oportunista de "evolução pacífica" do capitalismo para o socialismo." (Stálin — *História do PC(b) da URSS*, pág. 128 — ELE, 1943).

Divulgação Marxista, n.º 15 — Rio, 10-2-1947

UNIÃO SOVIÉTICA, NOVO TIPO DE FEDERAÇÃO ESTATAL

por O. OCHERÓV.

A União Soviética é um Estado multinacional, constituído na base da união voluntária de Repúblicas federadas socialistas soviéticas, independentes e iguais em seus direitos. A União Soviética compõe-se de dezessete Repúblicas federadas, a saber: República Socialista Federativa dos Soviets da Rússia, República Socialista Soviética da Ucrânia, República Socialista Soviética da Bielorrússia, República Socialista Soviética do Azerbaijão, República Socialista Soviética da Geórgia, República Socialista Soviética do Tadjiquistão, República Socialista Soviética da Armênia, República Socialista Soviética do Turcomenistão, República Socialista Soviética do Uzbequistão, República Socialista Soviética do Kazarrstão, República Socialista Soviética da Quirguízia, República Socialista Soviética Carelo-finlandesa, República Socialista Soviética da Moldávia, República Socialista Soviética da Lituânia, República Socialista Soviética da Letônia e República Socialista Soviética da Estônia.

Por sua forma de organização estatal, a União Soviética é um Estado federativo, que se distingue por mais de uma peculiaridade, jamais vista em qualquer outra federação existente ou do passado. Uma dessas peculiaridades essenciais da federação soviética é o princípio nacional sobre o qual repousa. A federação soviética está estruturada sobre o princípio da autodeterminação das nacionalidades e de sua união voluntária. A auto determinação das nações — na acepção soviética do termo — significa que cada nação tem o direito de traçar independentemente seu rumo, inclusive o direito de se separar do Estado do qual era parte integrante e constituir novo Estado autônomo. A política nacional leninista-staliniana — aplicada conseqüentemente pelo Poder Soviético, desde os albos da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro — resultou na supressão total da desigualdade e da opressão nacionais dominantes na antiga Rússia tsarista. Essa política levou vida nova aos povos outrora atrasados e estabeleceu a igualdade e soberania efetivas de todas as nações que povoam o país.

As Repúblicas soviéticas federadas surgiram e existem presentemente como Repúblicas nacionais, nas quais o povo, cujo nome é o de cada uma delas, constitui maioria cerrada dentro de suas fronteiras.

A federação soviética distingue-se também pela união voluntária das Repúblicas que a integram. O princípio da união voluntária foi sancionado pelas Constituições da União Soviética e de suas Repúblicas. Essa voluntariedade repousa na convivência pacífica e na fraterna colaboração dos povos da União Soviética, bem como na unidade dos interesses dos trabalhadores das diferentes nações que povoam o país. Agrupadas numa união, a fim de se prestarem mútua ajuda econômica, política e militar, as Repúblicas federadas transferiram para o Estado federativo

parte de seu direito e de seus poderes. O Poder da União estabelece o plano único da economia nacional da União Soviética, que determina e orienta toda a vida econômica do Estado Soviético e compreende os planos da economia nacional das Repúblicas federadas; estabelece também o orçamento nacional único da União Soviética, que, por seu turno, abrange os orçamentos nacionais das citadas Repúblicas. Os organismos estatais da União Soviética estabelecem a representação da União, em seu conjunto, nas relações internacionais, e concertam e ratificam os tratados concluídos com outros Estados. São da competência desses órgãos as questões de guerra e de paz, a organização da defesa da União Soviética e o comando de todas as forças armadas do país. O Poder da União exerce também o comércio exterior, na base do monopólio do Estado, dirige os sistemas monetário e de créditos e exerce vários outros direitos estabelecidos por sua Constituição.

A federação nacional da União Soviética baseia-se no princípio da completa igualdade de suas partes federadas e da inexistência do mínimo direito de preferência para qualquer de suas Repúblicas. No processo da edificação socialista na União Soviética, completou-se a igualdade jurídica das Repúblicas federadas pelo estabelecimento de sua igualdade efetiva. A igualdade dos direitos das Repúblicas da União Soviética — foi determinada pela identidade dos interesses fundamentais de todas as Repúblicas para a edificação da sociedade comunista na União Soviética. As Repúblicas federadas e a própria União Soviética são Estados soberanos. Salvo os direitos por elas próprias transferidos para o Poder da União Soviética, e sancionados pela Constituição da União, as Repúblicas federadas exercem independentemente o poder público, conservando todos os seus direitos soberanos.

As Repúblicas federadas têm inúmeras garantias jurídicas e efetivas de sua soberania. Possuem seus órgãos de poder e administração públicos, que exercem os direitos da República em todas as questões de sua competência. Cada República federada possui sua Constituição, de acordo com as peculiaridades nacionais, econômicas e históricas. São as próprias Repúblicas federadas que estabelecem suas Constituições, sem que haja necessidade de serem aprovadas pela União Soviética. Cada República federada conserva o direito de se separar livremente da União Soviética, e tem um território que lhe pertence e não pode ser modificado sem sua aprovação. As Repúblicas federadas também podem, individualmente, entabular relações diretas com Estados estrangeiros, concertar tratados com eles, bem como trocar representantes diplomáticos e consulares.

As Repúblicas federadas dispõem de formações militares próprias. Cada República federada tem o direito de legislar dentro de seu território. Não obstante, os cidadãos das Repúblicas federadas são cidadãos da União Soviética. Está garantida às Repúblicas federadas uma participação verdadeira — e com direitos iguais — nos órgãos superiores do poder público da União Soviética, isto é, no Supremo Soviet, que é constituído de duas câmaras, uma das quais estruturada exclusivamente segundo o princípio da representação nacional. Uma das garantias dos direitos soberanos das Repúblicas, e de seus direitos na União Soviética,

é o direito que assiste a cada República de solicitar a convocatória de reuniões extraordinárias do Supremo Soviet da União Soviética, e o direito de *referendum*.

Outra garantia importante da soberania das Repúblicas federadas é o direito que tem cada uma delas de se separar da União Soviética. O facto de as Repúblicas soviéticas não terem até hoje feito valer praticamente esse direito constitui a prova mais eloquente da enorme força atrativa da União Soviética e mostra o interesse das próprias Repúblicas federadas em continuar na federação, que lhes assegura a independência estatal e proporciona múltiplas e numerosas vantagens.

Ainda mais: o que distingue a comunidade dos povos da União Soviética é o facto de crescerem os vínculos entre as Repúblicas soviéticas e aumentar sua ajuda mútua.

Nenhuma federação burguesa se constitui na base da união voluntária. Bem ao contrário, sempre tiveram de enfrentar a oposição de parte dos Estados federados. Nas federações burguesas, não existe igualdade efetiva das partes componentes, facto que se deve à sua desigualdade econômica e política e à predominância de umas partes da federação sobre outras, que decorre dessa desigualdade.

Além disso, o direito de se separar da União — quer seja na forma ou de facto — não figura em nenhuma federação burguesa. Muito ao contrário: as tentativas, registadas na história, de certos Estados dos Estados Unidos e de alguns Cantões da Suíça, de se separarem da federação foram reprimidos pela força das armas. Assim, pois, em virtude de seu caráter irrevocável, a união formalmente voluntária em federação converte-se em seu oposto: permanência obrigatória na federação.

O novo tipo de federação nasceu, na União Soviética, na base da política nacional leninista-staliniana e da vitória da Revolução Socialista na União Soviética. A teoria da federação soviética foi defendida e estabelecida por Lênin e Stálin, chefes do povo soviético. Essa federação foi-se criando, sob sua direção, no curso da Revolução Socialista, na base da experiência de luta das massas trabalhadoras dos numerosos povos da Rússia. A completa harmonia — conseguida na União Soviética — dos interesses da União e das Repúblicas federadas determinou os grandiosos êxitos do povo soviético, a crescente unidade e o poderio cada vez maior do Estado Soviético.



CÍNICOS OU IMBECIS? — Stálin respondeu a um questionário que lhe fora apresentado por Alexander Werth, correspondente do *Sunday Times*, em Moscou, afirmando não acreditar pudessem os círculos imperialistas desencadear a guerra e tão pouco fôsse a "bomba atômica" decisiva numa guerra. Afirmava, também, estar convencido da possibilidade dos povos viverem em paz. Que fez a "imprensa sadia", em face de tais declarações? Abriu *manchettes*, cujo sentido, em geral, era: Stálin promete a paz, não fará guerra!!! São muito cínicos ou imbecis esses cavalheiros da imprensa sadia...

A SITUAÇÃO POLITICA E O PCB

LUÍS CARLOS PRESTES.

Podemos ainda hoje repetir o que já afirmávamos em julho último, na III Conferência Nacional:

"A união formal de nosso Partido com os da classe dominante é ainda difícil, dada a composição heterogênea desses últimos e devido às posições decisivas que em geral ainda ocupam em seus organismos dirigentes conhecidos reacionários, declaradamente anti-comunistas. E' o que explica, aliás, a posição suicida de tais partidos, incapazes até agora de qualquer posição firme em defesa da democracia contra os arreganhos policiais e fascistas".

Os restos fascistas procuram impedir a aliança do P. C. B. com as outras agrupações políticas nacionais. E' compreensível que agora, as vésperas de eleições, já seja maior o número de políticos de todos os partidos capazes de tomar posição contra a reação e o fascismo, dos que protestam contra as arbitrariedades policiais e as mensagens e projetos inconstitucionais do poder executivo. Aumenta mesmo, à medida que cresce a força de nosso Partido, o número de homens suficientemente esclarecidos e capazes de compreender a necessidade de u'a maior aproximação com o Partido Comunista.

O que é certo, no entanto, é que a velha chantagem fascista de ameaças e da intimidação através da manifestação de um ou outro general fascista que pretende falar em nome das forças armadas da Nação, ainda consegue surtir efeito e impedir a união dos democratas — homens e correntes políticas.

E' mesmo característica da situação que atravessamos a contradição entre o empenho que manifestam tantos políticos e as correntes que representam em contar com o apoio de nosso Partido e o receio quasi sempre declarado de que esse apoio se possa tornar público. E isto se dá, não só devido à pressão dos restos fascistas que ainda ocupam posições importantes no aparelho estatal e à influência e recursos de que ainda dispõe a parte mais racionária do clero católico, como também ao papel decisivo que exercem nos grandes partidos da classe dominante seus elementos mais reacionários e retrógrados, ligados à grande propriedade latifundiária e aos banqueiros estrangeiros.

Ainda há poucos dias eramos procurados por representantes autorizados de importante partido de São Paulo que desejava nosso apoio ao candidato "democrata" que pretendia lançar ao governo paulista e, no entanto, passados poucos dias, liamos declarações formais dos principais dirigentes do mesmo partido contrárias a qualquer aproximação conosco e reeditando, no velho estilo goebeliano, as mais soezes infâmias, mentiras e tolices do conhecido arsenal fascista do anti-comunismo.

Certamente, não pretendemos ignorar essas vacilações nem deixaremos de utilizá-las a serviço do progresso e da democracia, fazendo concessões aos que de nós se aproximam e redobrando nossa luta contra os

que se inclinam para o fascismo e cuja máscara democrática aproveitamos o ensejo para acabar de arrancar.

A CRISE ECONÔMICA AUMENTA AS CONTRADIÇÕES ENTRE AS FORÇAS POLÍTICAS DA CLASSE DOMINANTE

Mas, se a união formal de nosso Partido com outro qualquer que queira defender a democracia não foi ainda possível, é também de assinalar como cresce a divisão e o desentendimento no campo dos partidos das classes dominantes. E' que o aprofundar crescente da crise econômica agrava cada vez mais as tremendas contradições inevitáveis na estrutura semi-feudal e semi-colonial de nossa sociedade.

A luta pelo poder, pelo Tesouro e pelo Banco do Brasil, pelo direito de fazer interventores estaduais e prefeitos municipais torna-se cada dia mais aguda e decisiva. Ter o apoio do govêrno do centro, gozar de suas graças, é factor indispensável para um mais fácil predomínio no Estado e no Município.

Daí as divisões e sub-divisões, as lutas que parecem irreconciliáveis num dia e levam ao acôrdo, à coalizão, ao cambalacho no dia seguinte.

Daí a ridícula dança das letras — UDN, PR, PSD, PTB — que dizem tudo e nada dizem, marcam hoje undenistas que são os melhores pessedistas, ou pessedistas que são trabalhistas e trabalhistas que são pessedistas e republicanos que deixam a UDN pelo PSD e vice-versa.

São tôdas as mesmas agrupações em que há de tudo e que, portanto, se equivalem e só se distinguem por estar no poder ou fora dêle.

Na atualidade brasileira, a confusão ainda mais se agrava em consequência da atitude do Chefe da Nação que oscila entre interêsses contraditórios, sob a pressão dos acontecimentos e o dilema de defender os interêsses nacionais ou ceder aos reclamos e às exigências cada dia mais descabidas, atrevidas e audaciosas dos representantes e agentes do capital financeiro, muito especialmente o imperialismo ianque, no que tem de mais reacionário e agressivo.

OS INTERESSES IMPERIALISTAS DETERMINAM AS POSIÇÕES DOS PARTIDOS DA CLASSE DOMINANTE

Está, sem dúvida, no fundo de tôdas as contradições que hoje dividem os partidos da classe dominante em nossa terra o conflito máximo entre interêsses ianques e inglêses, na luta que sustentam pelo predomínio imperialista e hegemônico em nossa Pátria e no Continente. E' isto que explica porque a qualquer coalizão no govêrno há de sempre corresponder outra coalizão dos que querem uma política oposta a serviço de outro imperialismo. Sentimos aqui em nossa terra o quanto ainda resiste Peron, apoiado sem dúvida pelo imperialismo inglê, à política do Departamento de Estado norte-americano.

Para que lado orientará afinal o general Dutra a política de seu govêrno? Persistirá na tendência pro-Londres, do sr. João Neves da

Fontoura? Cederá às exigências ianques em troca de alguns tanks e canhões com os quais o Departamento de Estado ainda espera nos poder arrastar à desejada guerra contra Peron, isto é, os banqueiros inglêses lá do Prata? A viagem do general Obino aos Estados Unidos neste instante nada tem de tranquilizadora para a Nação, como certamente já compreendeu s. exa., que vem insistindo em declarações pacifistas e democráticas. Para que precisamos de armas neste instante? Por que pactos de defesa? Defesa contra quem, se o único perigo externo que nos ameaça só pode vir justamente do imperialismo ianque?

De outro lado, não é cedendo à Londres, nem aos agentes do imperialismo inglê em nossa terra, que conseguirá o govêrno resistir à pressão ianque, como já o dissemos em tempo, logo após a visita do sr. João Neves a Londres, em nota de 3 de outubro último da Comissão Executiva de nosso Partido.

As forças da classe dominante dividem-se assim em dois bandos principais, quaisquer que sejam os partidos a que pertençam, partidos, que, na verdade, só servem para arrastar por meio de bandeiras e programas mais ou menos demagógicos as massas populares ainda não esclarecidas.

A HETEROGENEIDADE DA BURGUESIA NACIONAL

Mas, dentro de cada partido, com a agravação da crise, aumentam as contradições de classe entre os elementos da pequena burguesia, por exemplo, mais pobres e radicais e os grandes proprietários feudais, grandes comerciantes e industriais ligados aos banqueiros estrangeiros.

Crescem mesmo, e de maneira visível, as contradições entre os elementos progressistas da burguesia nacional e aqueles mais reacionários das classes dominantes que lutam pela conservação do *statu-quo* de opressão, de miséria e ignorância. Particularmente a burguesia industrial que mais prosperou nos últimos anos, burguesia em geral mais avançada, progressista e audaciosa, sente a exploração crescente do capital bancário nacional ou estrangeiro que lhe suga a maior parte de seus lucros e tenta ainda sufocá-la com a concorrência estrangeira, com a falta de energia elétrica, com a complicação tributária, com transportes precários e caros. Essa contradição é visível em todos os partidos da classe dominante, mas de maneira mais clara no seio do PTB — organização política com que o sr. Getulio Vargas pretende defender seu predomínio de classe, isto é, o predomínio dos grandes proprietários latifundiários através de pequenas concessões à burguesia progressista e o ludíbrio do proletariado com a sua legislação trabalhista, que fêz dos sindicatos instrumentos de opressão e perseguição policial, que proclama o salário mínimo para na verdade legalizar salários de fome, que fala em aposentadorias para na prática reduzir à fome e à morte lenta os inválidos e os operários mais velhos que acreditaram nos Institutos e em sua demagogia.

Mas, com o avançar da crise, aprofunda-se a contradição entre os industriais e comerciantes progressistas, de um lado, e os grandes proprietários feudais ligados aos grandes banqueiros nacionais e estrangeiros, de outro, e, isto se traduz na linguagem diferente que falam seus

respectivos porta-vozes. Enquanto Vargas ataca a Constituição e a democracia, insistindo no velho chavão fascista da ineficiência do Palamento e da democracia, o sr. Hugo Borghi, que representa o outro lado, afirma em Jaboticabal, em recente discurso, justamente o contrário: "Não é sufocando, pela violência, os anelos do povo, ou aceitando fórmulas anti-democráticas que tendem a ludibriá-lo, evitando-lhe o pronunciamento, que o govêrno poderá encontrar apoio na opinião pública".

Isto mostra o quanto é heterogênea a burguesia nacional. E' evidente que não pode haver grande entendimento político entre o industrial que entrega 42 % de seus lucros anuais aos Bancos e emprêsas de seguro e os financistas que dirigem estas instituições. Ao proletariado cabe apoiar o lado progressista da burguesia nacional e com ela marchar na luta comum contra o grande senhor latifundiário e seus aliados diretos da finança nacional e estrangeira.

(Do Informe Político apresentado ao Plano do Comitê Nacional, em 6/10-12-1946).

POR QUE FORAM VENCIDOS? — "Durante três anos, as mais ricas potências do mundo fizeram-nos a guerra. As fôrças militares de que dispunham contra nós outros Koltchak, Iudenitch, Denikin e Wrangel, estais disto certos, pois que todos vós haveis participado dessa guerra, eram muito superiores às nossas próprias fôrças. Sabeis que ainda o são. Como, pois, pôde ocorrer que êsses inimigos se hajam proposto vencer o Poder dos Soviets e não o tenham vencido? Como explicá-lo?

De modo simples e categórico. Isto pôde verificar-se porque o proletariado de todos os países capitalistas estava a nosso favor". (Lénin — *O capitalismo de Estado e o impôsto em espécie*, págs. 177 e 178, Leonidas de Rezende — *Pequena História da Revolução Bolchevique*, pág. 63, Edit. Calvino Ltda., 1945).

A DEMOCRACIA SOBREVIVERÁ — A III Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil reafirma a sua convicção de que, com a terminação da guerra, a democracia mundial e as fôrças do progresso social se reforçaram e hoje continua favorável à democracia a correlação de fôrças no mundo inteiro, apesar de tôdas as provocações guerreiras e dos esforços desesperados dos imperialistas e dos restos do fascismo para fazer voltar atrás a marcha dos povos no sentido do progresso. (De *Resoluções da II Conferência Nacional do PCB*).

A Filosofia ao Alcance de Todos por Cécile Augrand

QUINTA LIÇÃO

I

O MATERIALISMO DIALÉTICO DE MARX E ENGELS

Terminando a lição sobre o materialismo de nossos "filósofos do século das luzes", eu vos disse que Marx e Engels eram seus autênticos continuadores. São êles, realmente, dois grandes filósofos. Na França, não estamos habituados a ouvir dizer isso; é uma verdade que não se costuma enunciar na Universidade oficial.

Primeiramente, porque se imagina um filósofo como um homem de gabinete; um homem que só se deve ocupar de trabalhos especulativos. Os franceses consideram que um filósofo, quando desce para a praça pública, deixa de ser um filósofo sério. Se se mistura com a vida da cidade, com a vida de seus concidadãos, com as reivindicações do povo, seu pensamento é como que aviltado.

Marx e Engels foram lutadores. Quando Engels nos fala dos anos de 1845 a 1848, nos quais êle e Marx realizaram novas descobertas científicas, declara que não tinham de nenhum modo a intenção de "confiar os resultados obtidos unicamente aos sábios, por meio de grossos volumes". Em 1844, Marx e Engels tomam parte ativa na vida agitada das revoluções de Paris; em 1845, a pedido do govêrno prussiano, Marx é expulso de Paris como um perigoso revolucionário. Em 1847, Marx e Engels filiam-se a uma sociedade secreta de propaganda — a Liga dos Comunistas — e tomam parte destacada no II Congresso dessa Liga. E, algumas semanas antes da revolução de fevereiro de 1848, publicavam o *Manifesto Comunista*, que deveria servir de guia ao movimento proletário de todos os países.

De 1849 a 1850, Marx e Engels dedicam-se exclusivamente, na Alemanha, à prática revolucionária. Entre 1850 e 1860, a derrota da revolução os obriga a se dedicarem à teoria. Mas quando, depois de 1860, o movimento operário toma novo impulso, Marx volta imediatamente ao trabalho prático e consagra parte de seu tempo e de suas fôrças à Internacional Operária. Pode-se dizer, como o fez Lénin, que Marx foi a alma da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em Londres, no ano de 1864.

Eis o que o ensino oficial não perdoa a Marx: o ter unido a ação à especulação, a prática à teoria.

A teoria de Marx e Engels é uma concepção geral da natureza, síntese de tôdas as descobertas eficazes do pensamento inglês, francês e alemão e das descobertas da ciência atual.

Essa síntese, essa concepção geral da natureza, é o *materialismo dialético*.

Dessa concepção geral decorre uma concepção particular da sociedade, que Marx e Engels desenvolvem, e que é o *materialismo histórico*.

A ação política e prática de Marx e Engels é baseada no materialismo histórico.

Vamos definir hoje o materialismo dialético. Dividiremos a lição em duas partes:

- 1) a posição de Marx e Engels é materialista;
- 2) a posição de Marx e Engels é dialética.

1 — A posição de Marx e Engels é Materialista

Já vimos que ao materialismo e ao racionalismo de Descartes, na segunda metade do século XVII, se seguiu uma imensa sêde metafísica. Do mesmo modo, depois do materialismo dos filósofos ingleses e franceses do século XVIII, produziu-se, no século XIX, uma volta delirante à metafísica e ao idealismo. De 1818 a 1831, Hegel leciona na Universidade de Berlim e exerce, sobre o ensino e o pensamento da Prússia, uma espécie de ditadura. Ora, a filosofia de Hegel é um sistema idealista.

É certo que Hegel não nega a matéria, a natureza, o mundo exterior, mas a matéria é logicamente posterior ao pensamento. O pensamento é o primeiro termo; a matéria — ao contrário do pensamento — é que necessita de seu oposto para desenvolver-se. A idéia pura, chegando a um certo ponto de seu desenvolvimento, cria um objeto contrário: o mundo, privado de consciência. Por outras palavras, o mundo exterior é, segundo Hegel, apenas uma espécie de pretexto necessário ao desenvolvimento da idéia; ele só tem realidade e valor porque serve ao desenvolvimento do pensamento. É o movimento do pensamento que comanda o movimento do mundo. Vejamos o que diz Engels em sua obra *Ludwig Feuerbach*:

“Em Hegel, a Idéia absoluta não somente existe por toda a eternidade — não se sabe onde — como é também a verdadeira alma viva de todo o mundo existente. Ela se desenvolve para voltar a si mesma, mesmo através de todas as fases preliminares... Depois, ela se “desprende”, transformando-se na natureza onde, sem ter consciência de si própria, disfarçada em necessidade natural, passa por um novo desenvolvimento e, afinal, volta à consciência de si própria no homem; esta consciência de si própria se elabora, por sua vez, na história, partindo do elemento bruto até que finalmente a idéia absoluta volte completamente a si mesma na filosofia de Hegel” (1).

Lemos ainda, na mesma obra:

“A natureza, no sistema de Hegel, não é mais do que a “exteriorização” da Idéia absoluta, por assim dizer, uma degradação de Idéia” (2).

(1) Friedrich Engels — *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, pág. 30 — Edit. Sociales, 1945.

(2) *Idem*, pág. 11.

O idealismo de Hegel encantou seus contemporâneos, mas, a partir de 1840, com a ascensão da burguesia radical e a luta contra a reação feudal absolutista, representada por Frederico Guilherme IV, surgem os jovens-hegelianos, que voltam ao materialismo anglo-francês. E aparece Feuerbach, com seu livro *Essência do Cristianismo*.

De um só golpe, reduz ele a pó o idealismo hegeliano, e sustenta o materialismo; afirma que a natureza existe fora do espírito, fora da filosofia de Hegel e de toda a filosofia; proclama que nada há fora da natureza e que essas idéias puras são criadas pela nossa imaginação como um reflexo fantástico de nosso próprio ser.

Estava rompido o encantamento; o idealismo foi assim quebrado e jogado para um canto. Eis o que escreveu Engels a respeito:

“É necessário haver sentido, pessoalmente, a ação libertadora desse livro para se ter uma idéia. O entusiasmo foi geral: todos nós ficamos momentaneamente “feurbachianos”. Pode-se sentir, lendo a *Sagrada Família*, com que entusiasmo Marx saudou a nova maneira de ver e a que ponto — apesar de todas as reservas críticas — foi ele influenciado por esse livro” (3).

A partir de 1845, Marx e Engels afirmam sua posição materialista, declarando impossível o mundo depender do pensamento.

No segundo prefácio d’*O Capital*, Marx chama o sistema hegeliano de “mistificação”. É uma mistificação fazer a idéia criar a realidade. E acrescenta:

“Para mim, o mundo das idéias é apenas o mundo material, transposto e traduzido no espírito humano” (4).

Dizer que o espírito cria a natureza, explica Marx, é como dizer que o filho engendra a mãe, é como dizer que a circulação do sangue deve ser uma consequência da teoria de Harvey. Os homens de bom senso revoltam-se contra essa mistificação; ela se encontra com a ciência moderna, cujos resultados daí em diante estabelecem que o pensamento consciente é um momento da evolução da matéria viva, que recebeu, ela própria, à matéria bruta.

A mistificação do idealismo é fazer a idéia preceder a natureza; o erro da maioria dos filósofos é opor o pensamento ao ser, à natureza, por uma espécie de eterna oposição:

“Então somos necessariamente levados a achar maravilhoso que a consciência e a natureza, o pensamento e o ser, as leis da natureza e as do pensamento concordem tão bem em conjunto” (5).

Somos obrigados a recorrer ao milagre e a procurar causas sobrenaturais nesse acôrdo.

“Mas, se perguntarmos o que é pensamento e consciência, e de onde eles provêm, veremos que são produtos do cérebro humano, e que o próprio homem é um produto da natureza, o qual se desenvolve no e com

(3) *Idem*, pág. 12.

(4) Karl Marx — *Le Capital*, t. I, pág. XCV — Edit. Costes, 1953.

(5) Friedrich Engels — *Anti-Dühring*, t. I, pág. 32 — Edit. Costes, 1931 — Desta obra há uma tradução brasileira.

o seu meio, e, então, subentende-se que os produtos do cérebro humano que, em última análise, são igualmente produtos da natureza, não estão em contradição, mas em correspondência com o resto da natureza em sua conexão" (6).

Materialistas, Marx e Engels o são, decididamente, mas, ao mesmo tempo que se opõem ao idealismo, e, particularmente, ao idealismo contemporâneo de Hegel, se opõem também ao materialismo francês e inglês do século XVIII e ao materialismo alemão da metade do século XIX, o chamado *materialismo mecanicista*.

Em que consiste o *materialismo mecanicista*? Como bem definiu Augusto Comte, seu método consiste em explicar o superior pelo inferior. Consiste em reduzir todos os fenômenos sociais, biológicos, químicos, físicos, aos fenômenos mecânicos.

O tipo fundamental dos fenômenos naturais, para os mecanicistas, é o deslocamento: deslocamento de uma bola de bilhar que foi jogada com a mão é um facto que pode ser descrito geometricamente e de maneira perfeita. Esses fenômenos mecânicos fazem a natureza aparecer como um conjunto de corpos em repouso; corpos inertes que recebem o movimento vindo de fora; fazem aparecer a natureza do ponto de vista da inércia e levam a diferenciar, de um lado, a matéria inerte, sem movimento, sem *processus*, sem desenvolvimento, e, de outro lado, o movimento. Como se comunica o movimento à matéria inerte? E' difícil explicá-lo, e essa dificuldade explica em grande parte o deísmo de certos filósofos do século XVIII como, por exemplo, Voltaire: Deus é o motor do mundo.

Associando todos os fenômenos biológicos e sociais aos factos mecânicos, os materialistas mecanicistas não compreendem a evolução da vida por um *processus* interno, uma espécie de autodinamismo. (Voltaire e suas arremetidas contra as primeiras hipóteses evolucionistas.) Eles se sentem impedidos de compreender a evolução das sociedades. Por exemplo: a Idade Média é considerada como uma simples interrupção da história por dez séculos de barbarie geral. Marx e Engels, superando esse materialismo mecanicista, afirmam que:

... "imaginar um estado da matéria sem movimento é uma das idéias mais disparatadas e vãs que pode haver: um puro "delírio febril" (7).

A coisa é muito simples. O movimento é o modo de existência, a maneira de ser da matéria" (8).

O método do materialismo mecanicista é falso; certo número de seus resultados é falso, particularmente estes, aos quais os materialistas do fim do século XVIII e os do século XIX se apegam:

1.º As leis biológicas reduzem-se a leis físico-químicas.

E' falso, diz Engels, que se reporta sem cessar às recentes descobertas sobre a célula, às leis de sua reprodução, leis propriamente biológicas.

2.º A consciência filosófica é um fenômeno acessório, secundário, um "epifenômeno" das modificações cerebrais.

(6) *Idem*, pág. 32.

(7) *Idem*, pág. 76.

(8) *Idem*, pág. 74.

Cabanis diz:

"O cérebro secreta o pensamento como o fígado secreta a bilis."

E' falso; não se trata de uma secreção; não se trata de ligação de causa e efeito, mas de uma relação de condicionamento e o pensamento não é um fenômeno acessório, pois é capaz de reagir sobre o corpo e o mundo e modificá-los.

3.º O materialismo mecanicista reduz toda a vida social às relações materiais ou econômicas entre os homens. Marx e Engels não aceitam essa redução. Muitas vezes se crê, ainda hoje, que isso é marxismo: reduzir os factos às relações materiais econômicas.

Veremos, em nossa próxima lição, que essa afirmativa é um contrassenso.

UNIÕES, LIGAS, ETC. — A longa história das "Uniãos", "Ligas", etc., mundiais, e seus espetaculares fracassos, inclusive a da última "Liga das Nações", criada logo após a guerra 14-18, mais não fazem do que provar serem essas organizações incrivelmente frágeis, pela razão simples de que elas são inspiradas nos interesses ocasionais das classes dominantes nacionais. E os Estados capitalistas, mais que os outros anteriores na História, têm seus vitais interesses em antagonismo, que os não permite se unirem, sinceramente, sinão para a guerra contra o inimigo comum. Assim mesmo, a fragilidade ainda subsiste, como todos reconhecem, tanto que o inimigo procura romper essas uniões, exasperando os antagonismos fundamentais.

Sobrevindo a paz, deixa de existir o interesse superior que os unia e para logo a desunião se impõe como consequência imediata da acentuação dos antagonísticos interesses capitalistas.

Os compromissos burgueses, portanto, num período de paz, são por demais precários. Não resistem mais que as "rosas de Malherbe"... E, mesmo os de guerra, a todo momento, são violados, cnicamente.

POSIÇÃO DO PCB — A III Conferência Nacional reafirma a posição assumida pelo PCB em face ao govêrno, de apoio franco e decidido aos seus atos democráticos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais — contra qualquer retrocesso. Para isso, o mais importante é saber desmascarar a camarilha fascista enquistada no govêrno, mobilizando grandes massas no sentido de exigir sua retirada dos cargos que ainda ocupam. Sabemos que o govêrno no seu todo não é composto de reacionários. Mas a reação explora as posições que detêm no aparelho estatal, visando cada vez mais separar o govêrno do povo. Não se justificam, assim, ataques em bloco ao govêrno, porque tal não poderia ser a posição de quem, como nós, luta, de facto, pela união nacional. (De Resoluções da III Conferência Nacional do PCB, item 6).

OS MATERIALISTAS FRANCESES DO SECULO XVIII

“Engels recomendou, desde há muito, aos dirigentes do proletariado contemporâneo, que traduzissem, para difundir na massa do povo, a literatura militante até ao fim do século XVIII. Para nossa vergonha, nada fizemos até o presente (uma das múltiplas provas do facto de que é muito mais fácil conquistar o poder numa época revolucionária do que saber usar com justeza desse poder). Justifica-se algumas vezes nossa moleza, nossa inação e nossa falta de tacto por toda espécie de considerações de “ordem superior”: por exemplo, parece que a velha literatura até ao século XVIII é caduca, não científica, pueril, etc. Não há nada pior que tais sofismas pseudo-científicos, que mascaram seja o pedantismo, seja uma incompreensão completa do marxismo. Sem dúvida, encontraremos muitas coisas não científicas e pueris nas obras atéas dos revolucionários do século XVIII. Mas nada impede aos editores dessas obras de abreviá-las e de muni-las de curtas notas indicando os progressos realizados na crítica científica da religião pela humanidade desde o fim do século XVIII, mencionando as obras mais recentes que a elas dizem respeito, etc. O maior e o pior dos erros que pode cometer um marxista é crer que as massas populares, formadas de numerosos milhões de seres humanos (e principalmente as massas camponesas e os artesãos) jogados por toda a sociedade moderna nas trevas, na ignorância e nos preconceitos, não podem sair dessas trevas senão pelo caminho directo de uma instrução puramente marxista. E’ indispensável dar a essas massas os materiais mais variados de propaganda atéa, de fazer-lhes conhecer os factos tomados nos terrenos os mais diversos da vida, de abordá-los de todos os modos para interessá-los, tirá-los de seu sonho religioso, sacudi-los de todos os lados pelos meios mais diversos, etc.

A polémica ardente, viva, cheia de talento, dos velhos ateus do século XVIII, que atacava de maneira espirituosa, aberta, a padreria reinante, consegue ser quasi sempre muito mais apta para tirar as pessoas do sono religioso do que as repetições do marxismo, fastidiosas, áridas, quasi inteiramente desprovidas de exemplos habilmente escolhidos que os illustrem, repetições que dominam em nossa literatura e que (é inútil esconder o facto) deformam quasi sempre o marxismo. Todas as obras de alguma importância de Marx e Engels foram tarduzidas em nossa língua. O temor de ver que o velho ateísmo e o velho materialismo fiquem entre nós sem os melhoramentos que nêles fizeram Marx e Engels é desprovido de todo fundamento. O essencial — e é justamente aquilo que obtêm o mais das vezes nossos comunistas que se dizem marxistas, mas que, na realidade, só fazem deturpar o marxismo, — o essencial é saber interessar as massas que não têm ainda nenhuma cultura por uma atitude consciente a respeito das questões religiosas e por uma crítica esclarecida das religiões.” (Lénin, *Da Significação do Materialismo Militante. Pod znamenem marxisma*, n. 3, março de 1922. *Obras*, t. XXVII, págs. 184-185, ed. russa).

A RECONSTRUÇÃO SOCIALISTA DENTRO DO NOVO PLANO QUINQUENAL

S. SURRAREVSKI.

A economia soviética desenvolve-se segundo as leis da reconstrução socialista ampliada. Constitui um exemplo expressivo disso o crescimento ininterrupto, de proporções jamais atingidas, da economia soviética, nos anos dos planos quinquenais stalinianos. Em seu discurso na assembléa dos eleitores da circunscrição eleitoral “Stálin”, na cidade de Moscou, a 9 de fevereiro de 1946, descreveu o camarada Stálin o majestoso quadro do desenvolvimento da economia soviética nos anos que precederam a guerra. Nêsse seu discurso, o camarada Stálin pôs diante do país a tarefa de um novo e vigoroso reerguimento da economia, capaz de elevar o nível industrial para o triplo, em comparação com o de antes da guerra. Precisamos conseguir que nossa indústria possa produzir anualmente até 50 milhões de toneladas de ferro fundido, até 60 milhões de toneladas de aço, até 500 milhões de toneladas de hulha, até 60 milhões de toneladas de petróleo. “Sómente em tais condições — frisou o camarada Stálin — poderá nossa Pátria ser preservada contra quaisquer eventualidades. Isto requer, talvez, três novos planos quinquenais, ou mais. Mas esta obra pode ser realizada e devemos realizá-la”.

O Quarto Plano Quinquenal

O novo plano quinquenal constitui a etapa mais importante para a solução deste problema levantado pelo camarada Stálin. Caracterizando o novo plano quinquenal, assim se exprimiu o camarada Stálin:

“As tarefas básicas do novo plano quinquenal consistem no reerguimento das regiões arrasadas do país, na recuperação do nível industrial e agrícola de antes da guerra, para, em seguida, ultrapassá-lo em proporções mais ou menos sensíveis”.

Os dois primeiros planos quinquenais stalinianos resultaram na edificação, na URSS, da sociedade socialista, na liquidação das classes exploradoras e das causas que criam a exploração do homem pelo homem, na criação de uma base material apropriada para a sociedade socialista, na transformação do país em vigorosa potência industrial-kolroziana. A União Soviética, no que diz respeito à rapidez do desenvolvimento e à técnica de produção, alcançou uma superioridade nítida sobre os principais países capitalistas. Como resultado de tudo isso, foi criado o mínimo necessário das possibilidades materiais para poder satisfazer, no essencial, às necessidades do exército numa guerra moderna.

A fôrça poderosa do regime socialista foi experimentada no fogo da Grande Guerra Patriótica e constituiu a fonte principal da vitória sobre a Alemanha e o Japão fascistas.

O terceiro plano quinquenal abriu um novo período de desenvolvimento da economia socialista — período de remate na edificação da sociedade socialista sem classes, bem como da transição gradativa do socialismo para o comunismo. Nesta transição, a reconstrução socialista já se apoia na indivisivelmente dominante propriedade socialista, na técnica de vanguarda, na economia do povo, na utilização das vantagens superiores da constituída e robustecida economia socialista.

Os primeiros anos do terceiro plano quinquenal distinguiram-se pelos admiráveis êxitos alcançados na indústria e na agricultura, bem como na esfera da elevação do nível material e cultural na vida do povo. A execução do terceiro plano quinquenal só foi interrompida pelo traiçoeiro ataque desfechado pela Alemanha hitlerista contra nossa Pátria.

O novo plano quinquenal de após-guerra — e isto constitui sua relevante particularidade — contém os traços característicos do período de transição do socialismo para o comunismo e aproveitará as vantagens do regime socialista instituído, a força e o poder da base material do socialismo. De que outra maneira seriam possíveis tão dinâmicos ritmos e tamanhas escalas do reerguimento e do desenvolvimento da economia socialista, como os previstos pelo novo plano quinquenal?

Sabemos que o ritmo do reerguimento da economia soviética, após a primeira guerra mundial e a intervenção, ultrapassava em dinamismo o do reerguimento econômico de após-guerra verificado nos países capitalistas. Segundo o novo plano quinquenal, o nível da produção industrial, na URSS, anterior à guerra, será alcançado, depois da Grande Guerra Patriótica, num período já duas vezes mais curto, se comparado com o que se seguiu após a primeira guerra mundial e a intervenção, ou, seja: em 3 anos em vez de 6, e o volume global de carga do transporte ferroviário anterior à guerra — em 2-3 anos, em vez de 5.

A par disto, o acréscimo absoluto anual da produção industrial no novo plano quinquenal — segundo o relatório apresentado pelo camarada Voznessenski — consistirá de 15 bilhões e 600 milhões de rublos, ao passo que, no período da reconstrução que se seguiu à guerra civil e à intervenção, o acréscimo anual da produção era de 2 bilhões e 49 milhões de rublos.

Somente as condições criadas por uma organizada economia socialista podem permitir ao país a realização de obras capitais orçadas em 250,3 bilhões de rublos num só quinquênio e despende, no ano 1950 apenas, mais de 100 bilhões de rublos para as necessidades culturais quotidianas do povo trabalhador dos centros urbanos e das aldeias, e isto sem levar em conta os gastos do Estado com as edificações residenciais ecomunais. Gastos tão vultosos pressupõem a existência de gigantescas acumulações nas empresas socialistas.

O ritmo acelerado do desenvolvimento da economia do povo, bem como o mecanismo da reconstrução do novo plano quinquenal estão determinados, ainda, pelas alterações na economia, ocasionadas durante a guerra. E' por demais claro que o prazo para alcançar o nível de desenvolvimento anterior à guerra depende não apenas do ritmo acelerado do desenvolvimento do período subsequente à guerra, mas também do nível

em que a economia do povo se achava ao terminar a guerra, bem como das alterações sofridas no decurso desta.

Da economia de guerra para a de paz

O resultado principal do desenvolvimento da economia soviética nas condições criadas pela Grande Guerra Patriótica consiste em que, num curto período, tinha sido criada na União Soviética uma economia militar redobrada e de rápido crescimento, que permitiu abastecer, em plena medida, o Exército Vermelho de todo o indispensável armamento e das necessárias provisões, garantindo, assim, a vitória econômica e militar sobre o inimigo. Ao mesmo tempo, foram criadas, no decurso da guerra, as condições básicas para um rápido reerguimento da economia no após-guerra.

Não obstante as sérias perdas sofridas durante o desenrolar da guerra, conseguiu a União Soviética firmar, e várias vezes ampliar, a base material da indústria bélica. E esta poderosa indústria, que já representou tão enorme papel ao prover o exército de uma alta técnica militar, serve agora, no período subsequente à guerra, como a maior reserva para o enriquecimento da economia do povo com meios de produção e equipamentos para uma nova técnica.

A União Soviética, mau grado os sérios revezes sofridos no começo da guerra, conseguiu garantir a reconstrução ampliada da economia do povo, conduzindo-a num ritmo sempre crescente de normalização.

A partir do ano de 1942, a receita do povo da URSS aumentava cada vez mais, e, já na segunda metade da guerra, com o aumento absoluto das proporções dos gastos bélicos, passou a crescer não apenas o montante, mas também o caráter desta receita, separada para acumulação e para emprego.

Nas regiões orientais da URSS, a produção industrial era duas vezes maior ao terminar a guerra do que na época anterior a esta, sendo que nos ramos mais importantes da indústria pesada pelo menos uma vez e meia maior. Ao mesmo tempo, nas regiões libertadas, foi o nível da produção industrial anterior à guerra reerguido, ao têrmo desta, em sua terça parte, aproximadamente.

O crescimento das acumulações traduziu-se, ainda, no desenvolvimento, na segunda metade da guerra, da sempre crescente edificação de caráter capital. Restaurou-se e ergueu-se a indústria pesada, o que facultou um aproveitamento mais completo das forças normais do crescimento da produção e da acumulação (lançamento de novas empresas, aumento do número médio de operários, elevação do índice da produtividade do trabalho, etc.). Criou-se, desta forma, não apenas uma sólida base para o abastecimento do front até o término da guerra, mas também ficou preparada a base para uma transição, rápida e sem dor, da economia do tempo de guerra para a de tempo de paz. A edificação, nos últimos anos da guerra, desenvolveu-se, antes de tudo, nos sectores da indústria pesada e do transporte ferroviário. Disso resultou que, terminada a guerra, a maior parte das construções empreendidas conserva ainda toda

sua importância. Torna-se necessário não apenas continuá-las, mas construí-las em escala ainda maior. O reerguimento da indústria pesada, iniciado no primeiro período da guerra, facultada, agora, o aproveitamento das potências libertadas da indústria bélica para empregá-las na construção civil. Se, nos países capitalistas, a elevação do índice da produtividade do trabalho, alcançada durante a guerra, conduz para o aumento da falta de trabalho e para a crescente desvalorização do capital básico, — na URSS, pelo contrário, os êxitos obtidos na elevação da produtividade do trabalho no período da guerra (na base da edificação de novas empresas, da introdução de nova técnica e do aperfeiçoamento da organização da produção), entrarão como fundo de ouro na economia soviética do pós-guerra e abreviarão os prazos para seu reerguimento e desenvolvimento.

Os camponeses soviéticos, possuindo uma alta consciência dos interesses da nação no seu todo, a par de extrema dedicação ao trabalho, e aproveitando as vantagens do regime koloziano, abasteceram, nas condições difíceis criadas pela guerra, o Exército Vermelho, bem como a população — com mantimentos, e a indústria — com matéria-prima.

Todos esses sucessos econômicos foram alcançados em condições desfavoráveis, quando enormes recursos materiais, financeiros e humanos eram desviados para as necessidades do *front*, pois, na verdade, nenhum outro país no mundo inteiro conseguiu realizar de modo tão conseqüente a conversão da economia do povo para as necessidades bélicas, nem suportou tão medonho peso de guerra, como a União Soviética! Agora, após o fim vitorioso da guerra, considerável parte dos enormes recursos, que eram utilizados para as necessidades do *front*, retornará a ser empregada na construção civil. Na reconstrução do pós-guerra encontra-se, pois, a fonte mais importante do reerguimento e do desenvolvimento da economia do povo.

Na Grande Guerra Patriótica, consolidou-se a união da classe operária com a massa camponesa, firmou-se a fraternidade dos povos que compõem nosso país. Muitos ensinamentos tiraram os trabalhadores, os camponeses e os intelectuais da URSS da experiência desta guerra. Como dizia o camarada Stálin, — do decurso da guerra, como conseqüência direta da atividade organizadora executada na retaguarda, a própria gente passou também por uma transfiguração. Cresceram a força e o poder do Partido bolchevique, aumentou sua influência no desenvolvimento político, econômico e cultural do Estado soviético.

Ao apreciar os resultados do desenvolvimento da economia de guerra da URSS, não se pode esquecer que os invasores alemães causaram danos enormes à economia do nosso povo, aos patrimônios do Estado, dos kolozes e dos cidadãos da União Soviética. Este dano direto, calculado pela Comissão Extraordinária em 679 bilhões de rublos, não pôde ser compensado, o que é claro demais, no decurso da guerra. Embora, a partir de 1942, tenha o desenvolvimento da economia soviética transcorrido numa linha sempre ascendente, em certos sectores, todavia, ao terminar a guerra, o nível de produção de antes da guerra ainda não tinha sido recuperado.

Entre as fontes do crescimento da produção e do financiamento da economia do povo, lugar importante continuavam a ocupar, no fim da guerra, aquelas que não podem ser aproveitadas numa época de paz, por exemplo, o trabalho em massa extraordinário e obrigatório, o imposto de guerra, etc..

Tais fontes não de ser substituídas por novas fontes de crescimento da produção e da acumulação.

A guerra exigiu a alteração dos métodos empregados na direção da economia e reforçou a centralização do planejamento e da distribuição.

A reconstrução socialista, no novo plano quinquenal, é caracterizada, em primeiro lugar, pelo facto de a reconstrução ampliada na esfera da economia do povo já conter em si o processo do reerguimento, e, em segundo lugar, em apoiarem-se a reconstrução e o desenvolvimento no reerguimento da economia do povo no pós-guerra.

Acumulação socialista — Indústria pesada — Sistema ferroviário

Um dos problemas mais complexos e mais importantes do novo plano quinquenal é o que diz respeito à acumulação socialista. Decorre isto das particularidades do reerguimento da economia do povo da URSS após a Grande Guerra Patriótica.

Sabemos que o reerguimento da economia do povo do nosso país se realizou, em seguida à primeira guerra mundial e à intervenção, contando com acumulações relativamente escassas, e essas constituíam, antes de tudo, não os fundos básicos, porém os de movimento. O nível de produção anterior à guerra foi alcançado contando com obras capitais estatais centralizadas de pequena monta: no lapso dos anos 1921-1926 estes importaram em 5 bilhões de rublos, correspondendo à indústria 2 bilhões.

Segundo o novo plano quinquenal staliniano, empregar-se-ão mais de 100 bilhões de rublos no reerguimento do nível de produção anterior à guerra nas regiões libertadas e isto sem contar os recursos que foram empregados na economia dessas regiões durante a guerra.

As escalas da acumulação socialista, pelo novo plano quinquenal, ultrapassaram em proporções as das acumulações realizadas nos planos quinquenais anteriores. Em cinco anos, devem entrar a funcionar nada menos de 5.900 empresas, ao passo que, no segundo plano quinquenal, foram lançadas 4.500 empresas e, no primeiro, 1.500. Isto significa, que, no decurso do novo plano quinquenal, ora num ora noutro sector do nosso país, será iniciada, de 7 em 7 horas, a construção de uma nova empresa. Assim sendo, empreender-se-á, em cada mês, a construção de nada menos de 100 novas empresas, compreendendo 54 — nas regiões libertadas e 46 — nas zonas que durante a guerra permaneceram na retaguarda. A soma global dos novos fundos básicos a ser empregada apenas por conta das obras estatais centralizadas representa 234 bilhões de rublos.

Tamanha escala para as obras fundamentais é necessária não somente para a recuperação do nível de produção anterior à guerra, mas

também para ultrapassá-lo, no fim do plano quinquenal, em proporções por este já previamente estabelecidas.

A reconstrução do após-guerra, atualmente, refere-se, antes de tudo, ao reerguimento das empresas de indústria pesada e do transporte ferroviário, que sofreram os maiores danos. Mas a construção de empresas de indústria pesada exige o emprego de capitais incomparavelmente maiores do que o lançamento de empresas de indústria leve. Com o reerguimento das empresas, nelas devem ser introduzidas, nova técnica e isto está indissolúvelmente ligado, numa série de ramos de produção, ao aumento do tamanho das obras básicas por unidade da potencialidade introduzida, em comparação com os planos quinquenais anteriores.

No quinquênio que temos diante de nós devem ser executadas imensas obras para o reerguimento dos fundos de consumo (edifícios residenciais, instituições culturais, etc.), e tais obras serão realizadas em escala muito maior do que em todos os planos quinquenais anteriores.

A acumulação dos fundos básicos de tamanho vulto exige enormes fornecimentos para a indústria pesada, por parte de outros ramos da economia do povo. Isto quer dizer que o reerguimento e o desenvolvimento do após-guerra se baseiam no aproveitamento da função diretora da indústria socialista na economia do povo.

No novo plano quinquenal, isto é, entre os anos 1946-1950, o fornecimento de máquinas agrícolas será no valor de 4,5 bilhões de rublos — contra 1,9 bilhões do segundo plano quinquenal, em que tais fornecimentos atingiram seu nível mais alto. A economia agrícola receberá: 720 mil tractores (feito o cálculo à razão de 15 cv.) — contra os 512 mil do segundo plano quinquenal; cerca de 17 milhões de toneladas de adubos — contra os 8,7 milhões anteriores. O transporte ferroviário receberá: 7.585 locomotivas em vez das 5.960 do segundo plano quinquenal; 472,5 mil vagões de carga — contra os 255 mil anteriores.

Todas essas condições e tarefas da recuperação e do desenvolvimento da economia do povo no após-guerra definem o modo conseqüente do reerguimento e do desenvolvimento de ramos avulsos da indústria, segundo o novo plano quinquenal. A lei sobre este plano põe em destaque, como sendo a tarefa mais importante, a recuperação e o desenvolvimento, em primeiro lugar, da indústria pesada e do transporte ferroviário, o que é, aliás, de enorme importância para o aumento da capacidade defensiva da URSS.

Como é de conhecimento geral, em 1926, quando a indústria da URSS, considerada em conjunto, alcançou o nível de produção anterior à primeira guerra mundial, a produção de ferro fundido representava a metade apenas da produção anterior; a fundição de aço — apenas 70%; a produção de cimento — cerca de 90%. A siderurgia alcançou o nível anterior à guerra tão somente 2-3 anos após a recuperação do volume global da produção industrial. De forma que a recuperação no nível da produção anterior à primeira guerra mundial e à intervenção não exigia aumentos substanciais da indústria pesada. Isto foi possível porque o reerguimento da produção não se apoiava numa considerável ampliação dos fundos básicos.

Diferente, porém, é a situação atual: todo o mecanismo do reerguimento orienta para um cadeamento diferente do desenvolvimento de ramos específicos da indústria.

Em 1946 — no primeiro ano, pois, do novo plano quinquenal — deve ser alcançado o nível anterior à guerra da produção de máquinas para emprego civil e da elaboração da energia elétrica. Em 1947, o nível anterior à guerra deve ser alcançado pela produção de cimento. A siderurgia alcançará o nível da produção de 1940 ao mesmo tempo que a indústria em seu conjunto, isto é, em 1948. O desenvolvimento da indústria pesada apresenta-se como condição preliminar para a recuperação e o desenvolvimento de toda a economia do povo. Ao fim do quinquênio, a indústria pesada já terá ultrapassado o nível de antes da guerra.

Um sentido primordial adquire o reerguimento do transporte ferroviário. Nas regiões que sofreram a ocupação, este foi destruído e, a não ser que se realize um rápido restabelecimento da capacidade condutiva das estradas de ferro, não se pode contar com o reerguimento da indústria e da agricultura dessas regiões. A transferência das bases industriais para o leste, realizada durante a guerra, e os altos ritmos do desenvolvimento da economia nas regiões orientais, inspirados no novo plano quinquenal, exigem o rápido desenvolvimento do transporte ferroviário naquelas zonas, onde, na época anterior à guerra, o nível técnico do sistema ferroviário era inferior ao das zonas oeste e sul. O reequipamento técnico do transporte ferroviário terá papel de não pouca importância em proporcionar a este um trabalho mais regulado durante o ano todo.

O reerguimento do transporte ferroviário representa, enfim, importante condição para o amplo aproveitamento de novas riquezas naturais, para o avanço da indústria socialista e da agricultura na direção de novas zonas, e isto constitui uma das importantes fontes da elevação da produtividade do trabalho social e do crescimento das acumulações, indispensáveis para a economia nacional, em ligação com o imenso programa da extensa edificação.

Segundo o novo plano quinquenal, será ultrapassado em 1950, em 28%, o movimento total de carga feito pelo transporte ferroviário no último ano antes da guerra. O reerguimento das estradas de ferro será acompanhado pelo crescimento dos demais meios de transporte: do fluvial — em 38% (em relação ao movimento anterior à guerra), do marítimo — em 2,2 vezes, do automobilístico — em mais de 2 vezes, sem esquecer os ritmos mais céleres, ainda, no desenvolvimento do transporte aéreo. O transporte ferroviário receberá nova base técnica — as modernas locomotivas, as electromotivas e as termomotivas. Nas regiões libertadas, serão construídos, de maneira integral, 15 mil quilômetros de estrada de ferro; as regiões orientais ganharão novas linhas-tronco para ligar o Ural à Sibéria, abrindo, assim, saídas complementares para o oriente.

Correspondendo a tudo isso, dirigem-se os recursos materiais, financeiros e humanos, antes de tudo, para o sector da indústria pesada e para o sistema ferroviário.

Tal levantamento da indústria pesada e do transporte ferroviário não só representa uma condição importante para o rápido reerguimento da economia do povo no após-guerra, mas constitui também uma base

sólida para a solução, no período mais próximo, do problema econômico fundamental da URSS.

Produção para consumo

O crescimento simultâneo da acumulação e do consumo constitui o traço característico da reconstrução socialista. Adquire sentido especial, no plano quinquenal para os anos 1946-1950, o *aumento do consumo*.

No período da Guerra Patriótica, submeteu-se o povo soviético a toda sorte de sacrifícios, visando a vitória. Agora, porém, terminada a guerra, é mister criar, no prazo mais curto possível, as condições materiais e culturais de existência dignas do povo-vencedor.

O crescimento da produção de artigos de consumo, reforçando o interesse dos trabalhadores pelos resultados do respectivo trabalho, ha de servir como factor importante da elevação da produtividade do trabalho no novo plano quinquenal.

O melhoramento das condições materiais e culturais da vida da população ajudará a tarefa de fixação de quadros permanentes e a liquidação da flutuação da força trabalhadora na indústria, nas empresas construtoras, no transporte, resultando disso a elevação qualificacional dos respectivos quadros. No decurso da guerra, o preenchimento da força trabalhadora numa série de sectores da indústria era assegurado em boa parte por meio da mobilização. Agora, é preciso passar à reconstituição organizada dos quadros da força de trabalho. E' preciso criar as condições que fazem crescer o interesse pelo trabalho nas empresas industriais, nas construtoras, no transporte e noutros ramos, — criar as condições materiais que possam estimular a atração da força de trabalho para estes ramos.

Um dos problemas mais complexos do novo plano quinquenal consiste justamente em assegurar à economia do povo toda a força de trabalho de que necessitar. O número de operários e funcionários deve aumentar anualmente em 1 milhão e 250 mil indivíduos, o que, no quinquênio todo, representa o acréscimo de 6 milhões e 250 mil. Atrair tamanho número de novos trabalhadores para a indústria e fixá-los nas respectivas empresas é realizável apenas na base de máxima mecanização do trabalho, de desenvolvimento da edificação de habitações e do melhoramento das condições materiais da existência.

Dêste modo, o aumento do consumo, visado também pelo novo plano quinquenal, representará fonte importante de aceleração dos ritmos da acumulação, bem como da provisão da economia do povo com força de trabalho.

O incremento sensível, segundo o novo plano quinquenal, da produção de artigos de consumo, constitui a base para a elevação do bem-estar material da população. Um traço característico do novo plano quinquenal consiste em que a elevação do consumo, é conseguida não tanto por meio de crescimento da remuneração monetária, como também por uma baixa consecutiva dos preços de toda sorte de mercadoria. O crescimento da produção de artigos de consumo é regulado, por sua vez, pelo ritmo do reerguimento e do desenvolvimento da economia agrícola.

Os grandes estabelecimentos da agricultura socialista mecanizada dispõem de todas as possibilidades para uma rápida recuperação e ulterior desenvolvimento. A recuperação da lavoura da URSS realiza-se na base da elevação do nível das safras e da produtividade do trabalho, conseguidas graças ao auxílio à produção prestado à lavoura pela poderosa indústria socialista.

No novo plano quinquenal será ultrapassado o nível anterior à guerra da mecanização da agricultura. O fornecimento de fertilizantes minerais, prefixado para este quinquênio, há de assegurar as necessidades da produção das culturas técnicas. A restauração e a introdução do sistema de rotação das culturas, bem como a semeadura em escala redobrada de ervas vivazes, denunciam a considerável elevação do nível agrotécnico da lavoura socialista. O grandioso quadro do reequipamento técnico da agricultura, no novo plano quinquenal, é completado por um desenvolvimento em ampla escala de melhoramentos e de obras de irrigação (principalmente na base de construção de hidro-estações), bem como pela realização de obras para a eletrificação da agricultura.

E foi numa tal base, somente, que se tornou realizável esta gigantesca tarefa: depois de uma guerra tão exaustiva, ultrapassar, em cinco anos, e em 27 %, o nível da agricultura registado antes da guerra.

O reerguimento da lavoura, na base da produção kolroziana de grandes proporções e da elevação do equipamento técnico, torna possível a elevação qualitativa da produção e permitirá também aos kolrózes a libertação de muitas quantidades de força de trabalho para a indústria socialista.

O aumento dos recursos em matéria prima agrícola e em gêneros alimentícios regula-se, antes de tudo, pelo fornecimento à lavoura de máquinas e de fertilizantes, pelo erguimento da economia agrícola. Importância não pouca, porém, tem a produção de diversos artigos de consumo grandemente procurados pela população rural, pois servirá de estímulo e de refôrço para o comércio kolroziano e fornecerá recursos suplementares à população agrícola.

A indústria leve e a de produtos alimentícios, além da matéria prima agrícola, aproveitará também outras fontes de crescimento da produção. Um desenvolvimento especialmente rápido terá, no novo quinquênio, a indústria de pesca, que terá um aumento de 1,5 vezes, em comparação com a produção de antes da guerra. O ritmo de crescimento da produção textil será acelerado, particularmente por meio de produção de seda artificial e de fibras sintéticas em geral. Um grande sentido, terá, também, o desenvolvimento rápido da produção de artefactos de metal de largo consumo. O lançamento no mercado de relógios, gramofones, bicicletas e motocicletas será aumentado, no decurso deste quinquênio, em 3-5 vezes, em comparação com o de antes da guerra. O plano quinquenal pôs em execução a tarefa de organizar a venda à população de automóveis leves, de motocicletas, de casas residenciais pre-fabricadas e de outras utilidades congêneres. A execução desta tarefa assegurará a elevação ulterior do nível material e cultural na vida da população e influirá para a estabilização da circulação do dinheiro em correlação com a aumentada receita monetária da população.

Sòmente se apoiando na firme recuperação da agricultura, na rápida reconstrução da indústria leve e da de produtos alimentícios, no desdobramento da produção em massa de artigos de necessidade cultural, assim como na subsequente estabilização da circulação monetária, pôde o Estado soviético pôr diante de si a tarefa da liquidação do sistema de racionamento dentro dos primeiros dois anos após a guerra.

Uma particularidade substancial do novo plano quinquenal representa a rápida elevação dos fundos dos consumidores. As proporções da edificação de habitações urbanas, a ser executada nos anos 1946-1950, ultrapassarão em 1,5 vêzes as registadas nos primeiros dois planos quinquenais. Afóra isto, devem ser reconstruídas e edificadas 3.400.000 casas nas vilas e aldeias, e desenvolvida, também, considerável edificação individual nas cidades e vilas operárias.

Desenvolvimento cultural e técnico

E' prevista no plano quinquenal a liquidação das conseqüências da guerra no campo da edificação cultural. Afóra a edificação escolar geral, é prevista pelo plano a criação de centros de ensino para a juventude operária, principalmente nas regiões libertadas, onde a juventude, nos anos da guerra, não pôde receber uma instrução normal. Corre, outrossim, por conta do Estado, a manutenção dos órfãos da Guerra Patriótica, educados em estabelecimentos dedicados à infância, e criam-se, também, os meios para a readaptação profissional dos inválidos desta Grande Guerra.

No que diz respeito às escolas primárias e secundárias, aos estabelecimentos de ensino superior, às escolas técnicas, bem como aos hospitais, às cheches e às demais instituições de cultura e de saúde pública, é previsto pelo novo plano quinquenal não sòmente o restabelecimento dos respectivos índices de antes da guerra, mas também um aumento, em relação a estes, de 30-50 %.

A execução do programa traçado para a produção, bem como para a construção, exige descomunal preparo de quadros de operários qualificados. As reservas do trabalho devem dar, no decurso destes cinco anos, à economia do povo 4,5 milhões de novos profissionais qualificados. Cerca de 8 milhões de trabalhadores serão selecionados dos contingentes atraídos à indústria por meio de um bem organizado recrutamento e receberão o necessário preparo técnico para sua qualificação. 13,9 milhões de operários deverão elevar sua qualificação a fim de atender às necessidades da nova produção. Tal amplitude de trabalhos para o preparo de quadros qualificados não constava dos planos quinquenais anteriores.

Esta elevação técnico-cultural da classe operária representa factor importante no reerguimento da economia do povo. Acontece ainda, a par disso, que a elevação da qualificação da classe operária, no novo plano quinquenal, aproximará o nível técnico-cultural dos operários ao dos engenheiros e dos técnicos.

Progresso técnico e científico

O crescimento da acumulação e do consumo, traçado pelo novo plano quinquenal, não pode ser realizado *sem um acelerado progresso técnico*. O progresso técnico subsequente constitui um problema ligado ao da elevação da produção e da produtividade do trabalho e sua solução consiste não sòmente em *alcançar*, mas também em *ultrapassar*, no período em curso, as realizações e as vitórias da ciência e da técnica noutros países. Dá-se, portanto, um papel de extrema importância ao progresso da técnica e da ciência no período do reerguimento e do desenvolvimento da economia do povo da URSS no após-guerra.

A reparação dos danos causados pela guerra e a realização simultânea de uma vultosa acumulação e de uma rápida elevação do consumo exigem a mobilização de novas fontes de acumulação. Nas regiões libertadas, o nível da produção registado antes da guerra deve ser alcançado na base de uma produtividade do trabalho mais alta do que a do pré-guerra. E' preciso tomar, também, em conta o crescimento particularmente rápido nos sectores de fomento da produção da economia do povo no novo plano quinquenal: na edificação, na extração de hulha e de madeira, na lavoura. Numa série de zonas, entretanto, tinha baixado, ao têrmo da guerra, o nível da mecanização. O acelerado progresso técnico representa, portanto, a condição básica para atingirmos as escalas de produção tal como as traçadas, bem como a necessária fixação da força de trabalho.

A possibilidade de um sério progresso técnico no decurso da reconstrução é determinada pelo facto de processar-se o reerguimento da produção na base da consolidação dos fundos básicos, restabelecidos segundo novos princípios, dando destaque a moderníssimas aquisições técnicas. Novos e enormes fornecimentos de moderno equipamento, para a renovação, no decurso deste quinquênio, em 50-60 %, do aparelho da produção numa série de sectores, permitirão faltar o país todo com o que de mais moderno existe em matéria de máquinas e de equipamentos. Importante reserva, enfim, para o progresso técnico representa a firmemente constituída, e durante a guerra ainda mais fortalecida, indústria bélica.

Em correspondência com tudo isso, empreende-se no novo plano quinquenal a elevação substancial do aparelhamento técnico da economia do povo. Basta mencionar que o equipamento técnico dos que trabalham na indústria deve, em 1950, ultrapassar em 1,5 vêzes, aproximadamente, o nível de antes da guerra.

O progresso técnico encontrará sua expressão no subsequente desenvolvimento da mecanização, automatização, eletrificação e quimização da produção, isto é, no desenvolvimento daquelas tendências técnicas que deverão conduzir, com o correr do tempo, à criação do sistema automático do maquinário, à técnica do mundo comunista. Verdade é que, no decurso do novo quinquênio, se produzirão neste sector alterações de carácter quantitativo apenas, mas estas já têm grande sentido econômico.

E' prevista a substituição do trabalho braçal nos processos de produção e do transporte de materiais, nos quais até agora se empregavam

grandes quantidades de força de trabalho. Isto se refere a diversos trabalhos nas indústrias de extração de hulha, de madeira e de turfa, na lavoura, nas construções, como também aos trabalhos de carregamento e descarga nos transportes ferroviário e aquático. A mecanização permitirá libertar, assim, centenas de milhares de trabalhadores braçais e o subsequente aproveitamento desta força de maneira mais produtiva.

No campo da automatização da produção, a par do subsequente progresso da indústria siderúrgica, da construção de máquinas (aplicação de linhas de montagem automáticas), da indústria química, da produção de energia elétrica, deve ser assinalado o crescimento, no decurso do quinquênio, em 7 vezes (comparado com o índice de antes da guerra) da construção de aparelhos, o que cria condições decisivas para o crescimento rápido da automatização nos anos subsequentes.

No sector da quimização destaca-se no novo plano quinquenal o desenvolvimento da indústria de adubos artificiais, assegurando-se com isto sério avanço no caminho da quimização da agricultura.

O aumento da produção de energia elétrica, em 70 % acima do nível registado antes da guerra, isto é, um desenvolvimento energético mais acelerado, em comparação com o crescimento da indústria, da agricultura e dos transportes, elevará o índice da aplicação de energia elétrica em todos os ramos da economia nacional. Serão realizadas, no novo plano quinquenal, importantes obras no sentido da eletrificação do transporte ferroviário e dados os primeiros passos de certa importância na eletrificação também da agricultura.

No novo plano quinquenal, será largamente introduzida uma série de novas produções e de novos métodos técnicos: a produção de combustíveis líquidos de carvão e de xistos; o beneficiamento do carvão; a criação de uma grande indústria de gás; a aplicação industrial da gasificação subterrânea do carvão, — campo em que a União Soviética figura na qualidade de pioneiro do progresso técnico mundial. Em escala bastante grande, será desenvolvida, no novo quinquênio, a indústria de oxigênio, e o oxigênio constitui o maior intensificador da produção em indústrias tais como a metalurgia e a química. Merece atenção especial um novo importante ramo industrial: o da pre-fabricação de casas residenciais. A potencialidade de produção para o lançamento de casas pre-fabricadas alcançará, em 1950, 4,6 milhões de metros quadrados de área habitacional, — o que representa um pouco menos que a área habitacional geral que entrou em construção, no país, em 1940.

Todos estes novos ramos industriais, baseados no aproveitamento das mais recentes inovações técnicas, servirão como fontes, e de não pouca importância, de recursos suplementares para o subsequente crescimento da acumulação e do consumo, no novo plano quinquenal.

Nêste plano, enfim, está previsto o desenvolvimento das maiores e das mais recentes realizações e descobertas da ciência e da técnica do nosso século: a energia atômica, a radiolocalização e a técnica reativa.

No plano quinquenal, fica o progresso técnico ligado de modo indissolúvel ao da ciência. E a tarefa que se apresenta consiste não apenas em alcançar, mas também, em ultrapassar as culminâncias que a ciência

conseguiu atingir nalguns outros países. Isto constitui nova e importante particularidade do plano quinquenal para os anos 1946-1950.

Disse o camarada Stálin, ainda antes da guerra, que a União Soviética, pela saturação da sua produção industrial com requisitos da moderna técnica, se coloca para ocupar o primeiro lugar no mundo. A URSS solucionou este problema, apoiando-se nas vantagens proporcionadas pelo sistema econômico socialista e conseguindo adiantados ritmos no sentido de acumulação. A União Soviética criou, antes da guerra, o mais moderno aparelho de produção no mundo, e, graças à larga aplicação de métodos técnicos moderníssimos, atingiu um grau mais elevado no aparelhamento técnico da economia do povo. Agora, pois, para desenvolver a superioridade no campo técnico, solucionar o problema econômico da URSS e criar a base técnica para a segunda fase do comunismo, é mister realizar o rápido progresso técnico, desenvolver amplamente a criação técnica independente e marchar, no campo da técnica, sempre e sempre na dianteira.

Este problema pode ser solucionado somente na base do progresso da ciência. O desenvolvimento da técnica moderna, particularmente da técnica atômica, demonstrou que as mais recentes realizações técnicas se baseiam na mais estreita ligação e interdependência entre a ciência, a técnica e a indústria.

Para tais realizações, exigem-se as mais variadas pesquisas científicas e toda sorte de ensaios técnicos, que nodem ir além de limitadas experiências avulsas — somente na base da enorme potencialidade industrial do país.

A história da ciência, bem como os notáveis sucessos da industrialização na economia do povo da URSS, demonstram claramente que, no nosso país, foram criadas as condições para a solução destes novos problemas. No seu relatório, lido na sessão do Supremo Soviét da URSS, demonstrou o camarada Voznessenski que três dos principais sucessos técnicos da atualidade — a energia atômica, a radiolocalização e a técnica reativa — tinham seu ponto de apoio nas descobertas científicas dos grandes sábios russos: Mendeleiev, Jukovski, Tsiolkovski e Popov. Nos anos da Grande Guerra Patriótica, conseguiram os cientistas e os inventores soviéticos solucionar não poucos problemas técnico-científicos.

O partido e o govêrno tratam de assegurar, em grau máximo possível, o bem-estar material dos cientistas, e de criar as condições para o florescimento da ciência na URSS. São previstas, no novo plano quinquenal, enormes aplicações de recursos financeiros no desenvolvimento dos institutos de pesquisa científica, dos estabelecimentos de ensaio técnico-científico, nas empresas experimentais e nos escritórios técnico-construtores. Representa isto a condição fundamental para o subsequente desenvolvimento do progresso técnico. A enorme potencialidade industrial do Estado soviético, experimentada no fogo da Guerra Patriótica, constitui a base para quaisquer pesquisas e realizações, tanto em escala experimental, como também em plena escala industrial. O desenvolvimento da ciência soviética constitui o factor mais importante do erguimento acelerado do poder militar e econômico do país.

A solução dos problemas do novo plano quinquenal no campo científico é de extrema importância não somente para a recuperação rápida da economia nacional e a cura das feridas causadas pela guerra, — ela determina, em muitos sentidos, todo o ulterior desenvolvimento econômico do país. Quanto mais se aproxima nosso país do comunismo, tanto maior importância assume o papel desempenhado pela ciência e pela técnica. De forma que as tarefas impostas, nesse sentido, pelo plano quinquenal, apresentam os traços característicos da reconstrução socialista do período de transição gradual do socialismo ao comunismo.

Ampla e profundo desenvolvimento multinacional

O Estado soviético é um Estado multinacional, cujos esteios são constituídos pela união fraternal dos povos da URSS. Por isso, tomam-se tanto em conta, na planificação da economia nacional, os interesses de todas as Repúblicas soviéticas.

E neste sentido foram postas em execução, no plano quinquenal para os anos 1946-1950, novas tarefas. Na lei sobre este plano dedica-se parte substancial ao desenvolvimento das Repúblicas componentes da União. Pelo novo plano quinquenal, levanta-se em toda sua agudeza o problema da recuperação acelerada da economia republicana e o do desenvolvimento das iniciativas particulares das Repúblicas da União.

Durante a guerra, constituíam as Repúblicas da União Soviética o poderoso arsenal do Exército Vermelho, tendo assegurado seu abastecimento com armamentos e munições. Tal produção bélica desenvolvia-se, todavia, na base de encomendas centralizadas e, principalmente, por conta dos recursos centralizados de matéria prima (metais). Agora, é um problema diferente que se apresenta — a mais completa satisfação das necessidades das Repúblicas, em forças da respectiva economia republicana, e não por conta, apenas, dos recursos centralizados. Nem as necessidades locais, nem os respectivos recursos, podem ficar, em todo o seu volume, na dependência do centro.

A produção bélica, na maior parte, destinava-se a satisfazer às necessidades do exército. Agora, porém, deve a economia republicana produzir um volume que, em sua maior parte, permanecerá dentro das fronteiras das respectivas Repúblicas. Isto reavivará o interesse econômico das Repúblicas pelos resultados da produção. Estabelece a lei sobre o plano quinquenal, que os artigos de largo consumo produzidos pela indústria local e pela cooperação do artesanato ficam plenamente à disposição da respectiva República; que seus próprios conselhos de ministros devem determinar a parte da respectiva produção que pode ser destinada ao intercâmbio comercial com as demais Repúblicas da União, baseando-se na manutenção dos preços que são regulados para o país todo.

Para poder aproveitar plenamente as forças e as possibilidades da economia republicana, torna-se necessário fortalecer por todos os meios a base local dos combustíveis, a produção de madeira e dos demais materiais de construção, bem como organizar, nas empresas republicanas, a produção incrementada de rolamentos e de artigos de fundição, de equipa-

mentos e de aparelhamentos para a economia republicana, etc., — isto é, assegurar o complexo desenvolvimento da economia de cada uma das Repúblicas.

Ficou previsto, pelo plano para os anos de 1946-1950, que, em relação ao nível registrado antes da guerra, maior será em 1950 a elevação na esfera da indústria local do que na indústria considerada em seu conjunto total (80 % — contra 48 % na indústria total). A inversão de capital na economia republicana será aumentada, no mesmo período, em duas vezes, em comparação com os anos de 1938-1942.

No decurso da guerra, produziram-se na economia nacional alterações que, atualmente, determinam sérias diferenças no desenvolvimento no pós-guerra de diversas Repúblicas. Distinguem-se entre si, nesse sentido, três grupos de regiões: as que foram submetidas a uma temporária ocupação pelas hostes do inimigo, as regiões em cujas proximidades se estendia a frente de batalha, e as que, durante a guerra, permaneciam na retaguarda e a salvo das grandes perturbações. Em cada um destes grupos de regiões surgem agora seus próprios problemas econômicos, variando o conteúdo destes de um grupo para outro; constituem-se as respectivas condições para a recuperação econômica. Algumas das Repúblicas necessitam do auxílio da economia da União, enquanto outras, ao contrário, podem prestar auxílio no reerguimento econômico das demais unidades que compõem o nosso país. Diferentes são também as condições para o progresso técnico, as fontes para a elevação da produção e as condições para a acumulação.

Para as regiões libertadas, onde atualmente se processa o reerguimento da economia, são característicos os ritmos notadamente mais acelerados no incremento da produção. A produção industrial destas zonas aumentará, neste quinquênio, em 3,9 vezes; o movimento de carga no transporte ferroviário — em 2,3 vezes; a produção de cereais — em 87 %; o gado bovino, por habitante, — em 1,5 vezes. Acontecendo, porém, que estas regiões iniciam agora seu desenvolvimento partindo de um nível inferior àquele em que se encontram as demais, elas poderão ultrapassar na produção industrial apenas em 15 % o nível de antes da guerra. A República Socialista Soviética da Bielorrússia terá, em 1950, ultrapassado o nível da produção industrial de antes da guerra — em 16 %; a da Ucrânia — em pouco, poderá ultrapassar o nível de antes da guerra. Diferente, porém, é o caso da RSFSR, que teve apenas parte do seu território submetida à temporária ocupação, — o acréscimo na sua produção industrial será de 56 %.

Entre as fontes da elevação da produção nas regiões libertadas, o sentido mais importante adquire o incremento da potencialidade, o aumento do número das empresas. Metade do acréscimo todo na produção industrial, durante o quinquênio, deve ser conseguida, aqui, por conta da elevação da produtividade do trabalho, enquanto que a outra metade deve provir do crescimento do número dos trabalhadores. Nas regiões que permaneceram na retaguarda, a parte mais considerável do acréscimo da produção virá como resultado do aumento da produtividade do trabalho.

Embora os ritmos do desenvolvimento das regiões que permaneceram na retaguarda, e bastante afastadas do "front", estejam menos acelerados

do que os das regiões libertadas, aquelas zonas ultrapassarão, todavia, ao termo do quinquênio, o nível de antes da guerra — em grau maior do que estas. Basta mencionar que a produção industrial da RSS da Uzbequia ultrapassará o nível de antes da guerra — em 89 %, da RSS de Kazárr — em 2,2 vezes e das Repúblicas socialistas soviéticas da Kirguizia e da Armênia — em 2,1 vezes, em cada uma.

Como conseqüência da desigualdade das condições de desenvolvimento nas diferentes regiões e Repúblicas, bem como da geografia da nova construção, tal como aparece traçada no plano, efetuar-se-ão importantes alterações na distribuição das forças produtoras da URSS. A economia do ano de 1950 diferenciar-se-á daquela que existia antes da guerra — não somente pela estrutura de sectores da produção, como também pelo caráter das relações interregionais.

Ainda no período anterior à guerra, realizavam o partido e o governo o desenvolvimento acelerado nas regiões orientais. Ao sobrevir a guerra, efetuava-se, todavia, a parte principal da produção industrial — não nas regiões do leste, mas ainda nas zonas do centro, do sul e do noroeste. Embora o nível anterior, nas regiões libertadas e nas zonas centrais, esteja, ao termo do novo plano quinquenal, plenamente recuperado e, mesmo, ultrapassado, — serão as regiões orientais, principalmente, as que constituirão o centro de produção dos ramos mais importantes da indústria pesada: do carvão, da siderurgia, dos metais não ferrosos, da energia elétrica. E' o Ural que se torna cada vez mais o eixo do desenvolvimento industrial do país, o que está em perfeita correspondência com seus enormes recursos materiais, bem como com sua situação geográfica.

No novo plano quinquenal, continua ainda a efetuar-se a deslocação da indústria pesada para o leste — em direção à Sibéria e ao Extremo Oriente. A inversão de capital na economia destas regiões atingirá, neste quinquênio, à soma de 35,6 bilhões de rublos.

Dedica-se, neste plano quinquenal, atenção especial aos novos territórios incorporados à União Soviética, regiões que, com a inclusão da respectiva economia, darão novos recursos suplementares para a recuperação no após-guerra e para o desenvolvimento do país.

Um traço característico do novo plano quinquenal representa o desenvolvimento dos ramos mais importantes da indústria pesada — em grande número de Repúblicas. No período da constituição da base material do socialismo, impôs-se a tarefa — criar no país uma segunda base metalúrgica, completar o Donbáss (a bacia do Donietz) com novas bases carboníferas: o Kuzbáss e a Karaganda. Para a solução do problema básico da economia da URSS, tais medidas já se tornaram insuficientes. Para alcançar as proporções da produção industrial, por habitante, existentes nos principais países capitalistas, torna-se necessário que a União Soviética disponha de *diversas* grandes bases de indústria pesada.

Está prevista no novo plano quinquenal a construção de uma série de grandes empresas: usinas siderúrgicas, construtoras de máquinas, minas de carvão, grandes centros de fornecimento de energia elétrica — em quasi todas as Repúblicas. Podemos dizer que o plano prevê, entre outros empreendimentos, a construção de uma grande usina metalúrgica

em Leningrado, o preparo de uma base de minério da anomalia magnética de Kursk para a construção de uma nova usina siderúrgica, o remate da construção do parque metalúrgico do Extremo Oriente, a terminação da construção de uma nova usina reconstrutora na RSS da Uzbequia, a construção de uma usina metalúrgica na RSS da Geórgia, a construção de uma grande fábrica de tubos — na RSS de Azerbaidjão, a terminação da construção da fábrica reconstrutora e o início da construção de uma nova usina metalúrgica — na RSS de Kazárr.

O desenvolvimento complexo das economias republicanas, previsto pelo plano quinquenal, tornar-se-á a base do aumento da produção e da edificação nestas regiões e permitirá satisfazer de maneira a mais completa as necessidades da população em gêneros alimentícios e em artigos de largo consumo.

As alterações, indicadas no plano quinquenal, na distribuição geográfica das forças produtoras, permitirão acelerar o ritmo do levantamento da economia no após-guerra, bem como o aproveitamento mais racional dos recursos locais, a extensão da exploração industrial a novas riquezas naturais, o encurtamento das distâncias para o transporte, assegurando, neste sentido, ligações e comunicações traçadas de modo mais racional, e a mobilização de novas reservas para a elevação da produtividade do trabalho e para o incremento da acumulação.

Ao mesmo tempo — e isto é o mais importante — prepara-se por esta nova distribuição das forças produtoras a base para podermos atingir aquelas escalas de produção na economia do povo que são necessárias para a solução do problema econômico fundamental da URSS. A transição à segunda fase do comunismo pode ser efetuada somente após o completo reerguimento da economia de *todas as regiões* do nosso país. Revelam-se, assim, nesta esfera também, as características da reconstrução socialista do período de transição do socialismo para o comunismo.

Economia de Guerra — Economia de Paz

Em 1946, deve ser *completada a reconstrução de após-guerra* da economia nacional da URSS.

Esta reconstrução abrange todos os sectores da economia nacional. E aqui salientam-se dois problemas centrais. Consiste o primeiro na reconstrução da indústria, pois, constituindo a indústria o maior produtor de apetrechos bélicos, fica, mais do que qualquer outro sector da economia, sujeito, durante uma guerra, a mudanças no que se refere à sua produção. O segundo problema é o do restabelecimento da força de trabalho no período de após-guerra.

Os caminhos e os meios empregados para conseguir a solução destes problemas revelam, como se fôsem papel de tornassol, a distinção principal existente entre os sistemas capitalista e socialista em matéria de economia.

Nos países capitalistas surge, no período subsequente à guerra, e, antes de tudo, o problema de mercados para aquelas empresas, que, durante a guerra, se dedicavam à produção de armamentos e munições de

guerra, como resultado da súbita diminuição na procura destes artigos. Mas a indústria bélica é, em sua essência, uma indústria de construção de máquinas e de fabricação de artefactos de metal. Trata-se, portanto, não de mercados em geral, mas de procura de elementos de capital básico — máquinas e aparelhamentos. Se não houver para estes, depois da guerra, procura suficiente, não haverá, por conseguinte, suficiente necessidade, também, das matérias primas que a indústria bélica absorvia, nem tão grande procura de força de trabalho, nem de artigos de consumo, etc. Eis como se origina o fenómeno da *falta de trabalho*.

Podemos prosseguir dizendo que — não havendo procura geral de elementos de capital básico, torna-se impossível a aplicação da técnica da produção bélica à indústria civil, pois aquela é organizada para a produção em massa. E é justamente isso — a necessidade da extensão do mercado para os elementos de capital básico, que amontoa as dificuldades para a reconstrução da economia de após-guerra nos países capitalistas.

As potencialidades da indústria bélica cresceram tanto durante a guerra (nos EE.UU. da América do Norte, por exemplo), que, reconvertendo-as para a produção de aparelhamentos para a economia civil, as proporções das construções deveriam, nos EE.UU., ultrapassar, em duas vezes, as do período que precedeu à guerra. As necessidades da economia do tempo de guerra fizeram com que as potencialidades da construção de ferramentas tivessem, nos EE.UU., um crescimento de 3-4 vezes; um crescimento rápido obtiveram, outrossim, a metalurgia não ferrosa, a produção de borracha sintética, e uma série de ramos da indústria química — que tão pouco podem aproveitar suas capacidades produtoras neste período de após-guerra, pois mesmo antes da guerra já dispunham de excedente de capital básico.

A falta de mercado para a absorção em massa de capital básico, nesta transição da economia de guerra para a de paz, faz com que a reconstrução no após-guerra se processe, nos EE.UU., em condições de decréscimo na construção, em comparação com as do período anterior à guerra, e, em correlação, em presença, também, de queda temporária da produção da indústria pesada. E isso, por sua vez, traz consigo perdas adicionais, que os capitalistas tentam passar para os ombros das classes trabalhadoras, diminuindo assim mais ainda o mercado interno.

Completamente diferente é a situação na URSS. As condições da reconstrução no após-guerra, em nosso país, diferenciam-se de modo radical das condições da idêntica reconstrução da economia capitalista. Na URSS, podem ser aproveitadas as potencialidades da indústria bélica para a produção em massa de aparelhamentos para o uso civil. O primeiro ano que se seguiu à guerra já ofereceu, em comparação com o ano que a precedeu, sério crescimento do volume das obras capitais. A reconstrução de após-guerra, na URSS, desenrola-se apoiando-se no erguimento acelerado da indústria pesada e num enorme emprêgo de força de trabalho suplementar.

A reconstrução da economia do povo no após-guerra tem sentido especial relacionado com o facto de o processo da ampliação da reconstrução encerrar em si o da recuperação. A reconstrução no após-guerra representa consigo uma das fontes que contribuem para a vitória sobre

as dificuldades que o reerguimento possa encontrar nos primeiros anos do novo plano quinquenal.

Ao iniciar-se o ano de 1946, não tinha ainda a construção de máquinas para o uso civil atingido o nível de antes da guerra. Embora o reerguimento da produção, no novo plano quinquenal, exija a acumulação de fundos básicos tão vultosos, precisamos, portanto, já nos primeiros anos do plano, ultrapassar as proporções da construção realizada antes da guerra. Provém daí a dificuldade em encontrar os *elementos substanciais* de acumulação no princípio do plano quinquenal.

Nas regiões que passaram pela ocupação, a produtividade do trabalho, numa série de sectores da economia, ainda não tinha atingido, ao começar o ano de 1946, o nível de antes da guerra, embora essas regiões passem a ter, na vida econômica do país, um papel cada vez mais relevante. Com a transição para um desenvolvimento próprio de uma época de paz, desaparecem, como já foi explicado atrás, algumas fontes, utilizadas durante a guerra, do financiamento da economia do povo e do crescimento da produção. Para o desdobramento simultâneo de edificação capital em grande escala e de uma sensível elevação do consumo, sem terem sido curadas, ainda, as feridas causadas pela guerra à economia socialista, torna-se necessário mobilizar as fontes suplementares da acumulação, já nos primeiros anos do plano quinquenal. Daí resultam sérias dificuldades para achar as *fontes* de acumulação.

A reconstrução da economia do povo no após-guerra contribuirá em muitos sentidos para a eliminação das dificuldades encontradas até agora. A reconversão das potencialidades liberadas da indústria bélica para a produção de aparelhamentos permite, já em 1946, criar, sem grandes inversões de capital, uma nova poderosa base suplementar de construção de máquinas para o uso civil.

A reconstrução de após-guerra contribuirá para o aproveitamento, para as necessidades do desenvolvimento numa época de paz, das grandes aquisições técnicas da economia de guerra. Serão largamente aproveitadas na produção civil a técnica vanguardista e os modernos métodos de organização de produção da indústria bélica e é por conta disso que devem ser mobilizados os recursos internos da acumulação.

A transição para a economia de tempo de paz exige o erguimento simultâneo tanto da acumulação como do consumo. Uma bem sucedida reconstrução da economia do povo no após-guerra pode contribuir substancialmente para a solução deste problema. Um aumento simultâneo da produção de meios de produção e da produção de artigos de consumo, nos primeiros anos do plano quinquenal, é facilitado pela circunstância de que parte sensível do acréscimo na produção dos meios de produção pode ser recebida nestes anos por conta, também, da potencialidade da matéria prima anteriormente empregada para as necessidades da guerra. A diminuição das despesas de guerra, bem como a redistribuição dos recursos em matéria prima, do combustível, dos artigos que constituíam o aprovisionamento em roupa e em alimentos — em benefício das necessidades civis, tornarão possível, nos primeiros e mais difíceis anos do desenvolvimento no após-guerra, a *elevação do consumo civil em ritmo*

mais acelerado que o da produção material dos respectivos gêneros de artigos.

A execução desta tarefa indicada pelo novo plano quinquenal — de rematar em 1946 a reconstrução de após-guerra, do economia do povo — significa contribuir bastante para uma execução bem sucedida do plano quinquenal todo.

Mas, que quer dizer isso — *levar a cabo, em 1946, a reconstrução de após-guerra?*

Isso quer dizer, em primeiro lugar, — desenvolver o lançamento de produção civil pelas empresas que já se acham livres das encomendas de caráter bélico; em segundo lugar, dar novo destino aos recursos materiais liberados e, com isso, criar uma base para o levantamento acelerado da indústria pesada, do transporte ferroviário, da lavoura e de outros ramos da economia, bem como dar novas diretrizes à organização das empresas cooperativas; em terceiro lugar, completar os quadros dos trabalhadores por conta dos contingentes desmobilizados, bem como encontrar um emprego racional para o trabalho destes, aproveitando-se a prática pelos mesmos adquirida durante a permanência nas fileiras do Exército Vermelho; em quarto lugar, lançar em movimento as novas fontes de crescimento da produção e da acumulação, bem como aplicar na produção civil a técnica da indústria bélica, e, enfim, — modificar os métodos da direção econômica: em lugar de mobilização da força trabalhadora — introduzir um recrutamento organizado desta; preparar as condições para a substituição do sistema de racionamento e parcialmente suspendê-lo já em 1946, dando desenvolvimento ao comércio soviético; em resumo, criar as condições para a mais ampla aplicação das alavancas econômicas do Estado soviético.

A reconversão da indústria bélica permitirá aumentar, em 1946, a produção de importantes categorias de aparelhamentos ao dôbro, em comparação com o ano de 1945. A tarefa reduz-se à aceleração da reconversão.

A especialização das empresas de indústria bélica, atualmente já livres das encomendas de caráter temporário e o aproveitamento das respectivas potencialidades liberadas processam-se na URSS em correspondência com o plano quinquenal do desenvolvimento da economia do povo e não em dependência de encomendas ocasionais. A par disso, entra também em conta a elevação do nível técnico da produção, numa série de empresas que, no período findo, se dedicavam à indústria bélica. Muitas usinas desta classe, tendo-se celebrado durante os anos da Guerra Patriótica pela produção em massa referente à técnica de guerra, demonstraram, na prática que, com um aproveitamento habilidoso de toda a acumulada experiência técnica e organizativa, se pode passar, num prazo muito curto, à produção civil, igualmente efetuada em massa. Muitas empresas da indústria bélica ainda se acham, todavia, em dívida para com o país: sua readaptação e o desenvolvimento do lançamento da produção civil, particularmente em máquinas agrícolas e em artigos de largo consumo, ainda se acham em atraso em relação ao plano.

Para encaminhar os recursos numa nova direção, necessária se torna uma conversão, também, e em proporção bastante sensível, nos sectores

industriais de matérias primas, devendo ser recuperado, numa série de produtos, o nível de antes da guerra, elevando-se, ao mesmo tempo, as exigências no que se refere à respectiva qualidade.

A reconversão do conjunto para a produção de variedade de produtos deve ser efetuada, também, nos sectores da indústria leve e da textil, que durante a guerra se dedicavam principalmente à produção de artigos de tipo único para o aprovisionamento material do Exército Vermelho.

O aproveitamento, na economia do povo, dos guerreiros soviéticos desmobilizados será de incalculável valor para o incremento da produção nos primeiros anos do plano quinquenal. E' necessário distribuir os contingentes desmobilizados de maneira bem regulada entre os diversos sectores da economia do povo, bem como levar a efeito, em grande escala e já em 1946, o preparo técnico e a readaptação dos quadros, em correspondência com a reconversão de uma série de empresas para o lançamento da complexa produção civil.

A reconversão da indústria no após-guerra deve ser efetuada tomando-se em consideração as tarefas da consolidação do poderio econômico-militar do país. Na lei sobre o plano quinquenal frisa-se a necessidade de "assegurar o ulterior desenvolvimento da capacidade defensiva da URSS e o equipamento das forças armadas da União Soviética com as moderníssimas criações da técnica militar".

Que se espera e se exige

A execução do imenso programa do incremento da produção e das construções exige a *mobilização dos recursos internos e das reservas da economia*. E' necessária a mobilização dos operários, dos camponeses e da intelectualidade da URSS para a execução e a superação do plano quinquenal na base da competição socialista.

As imensas tarefas do novo plano quinquenal, no campo do melhoramento dos índices qualitativos, conjugam-se com os grandes problemas do crescimento numérico das empresas, do aumento do respectivo número de operários empregados, do acréscimo das áreas cultivadas, etc., — principalmente nas regiões libertadas. Sômente com tal conjugação das fontes do crescimento da produção e da acumulação, por um lado, e, por outro, do aproveitamento das reservas da reconstrução da economia nacional no após-guerra, podem ser conseguidos os ritmos e as escalas do aumento da produção e da acumulação indicados pelo plano.

O plano quinquenal prevê a superação dos índices qualitativos registados antes da guerra. A produtividade do trabalho nas indústrias ultrapassará o nível anterior à guerra — em 36 %; por conta da diminuição, no decurso do quinquênio, do custo próprio — na indústria, no transporte, nas estações de máquinas e tractores, nos soverrôzes — deve ser conseguida uma economia de 160 bilhões de rublos. Os índices das safras na agricultura são projetados para além dos registados antes da guerra, principalmente em relação ao algodão e ao linho.

Durante a guerra, houve complicações com o melhoramento dos índices do trabalho industrial, devido à carência dos meios de produção — combustíveis, metais e força motriz — o que, não raras vezes, particular-

mente no inverno, ocasionava paralisações. No período de após-guerra, é o próprio aumento do volume da produção da indústria pesada, que constitui a fonte para o melhoramento dos índices qualitativos, e isto sem mencionar que a integração da técnica moderna concorrerá para um rápido aumento da produtividade do trabalho. Uma importância maior que nas épocas anteriores adquire a organização do trabalho, já que a reconstrução no após-guerra está ligada a profundas alterações na tecnologia e na organização da produção. Não se pode contar com um sério crescimento da produtividade do trabalho sem ter regularizado a standardização, particularmente nas empresas construtoras de máquinas e na indústria bélica.

As alterações marcadas pelo plano quinquenal na distribuição das forças produtoras, na acumulação das reservas estatais em matérias primas e em combustível, na consolidação do transporte, bem como na eliminação das desigualdades no desenvolvimento de ramos avulsos, tudo isso permitirá mobilizar, em complemento ao aumento da produtividade individual de empresas avulsas, novas reservas para a elevação da produtividade do trabalho social.

Uma das importantes fontes do financiamento do reerguimento e do desenvolvimento da economia do povo consistirá, como já acontecia anteriormente, em empréstimos estatais internos.

É uma fonte decisiva do crescimento da produção e da acumulação é representada, no novo quinquênio, pela mobilização dos recursos internos da economia socialista; para o seu aproveitamento, adquire relevante sentido a consolidação das alavancas econômicas do Estado soviético. O fortalecimento destas alavancas contribuirá, outrossim, para uma aplicação mais conseqüente do princípio da distribuição segundo o trabalho realizado para o desenvolvimento das relações socialistas de produção.

Este novo plano quinquenal é o primeiro de após-guerra. Por isso, são necessárias maiores alterações nos métodos de sua execução em comparação com o período da guerra. Na lei sobre o plano quinquenal ocupam lugar de destaque as diretrizes técnico-organizativas, que determinam os caminhos e os meios para a execução deste plano.

Nas condições que prevaleciam durante a guerra, quando era necessário encaminhar os recursos, antes de tudo, numa só direção para as exigências do *front*, e quando as proporções destes recursos estavam limitadas, requeria-se uma centralização particularmente áspera na planificação e na distribuição. Agora, porém, normalizando-se cada vez mais o ciclo da produção social e a correlação entre os diversos sectores da economia do povo, devendo os recursos ser encaminhados já em muitas direções, para as mais variadas necessidades e os mais diferentes ramos da economia, — devem completar-se mutuamente a planificação direta centralizada e a distribuição com o papel de relevância crescente desempenhado pelo dinheiro e pelos preços, isto é, com as alavancas da direção estatal da economia.

O aumento dos recursos materiais vem, igualmente, criar possibilidades suplementares para a elevação da produtividade do trabalho. Um aproveitamento melhor dos aparelhamentos acarretará uma diminuição substancial do custo próprio. Tudo isso irá pôr no caminho da rentabili-

dade uma série de ramos ainda caracterizados por baixos índices financeiros e, por conseguinte, elevará o papel de lucro na economia.

A elevação do papel de lucro e do cálculo econômico produzirá estímulos suplementares para o crescimento da produção. Para firmar o cálculo econômico é requerida, por sua vez, a ordenação do sistema de preços nos fornecimentos industriais, assim como o revigoramento dos tratados econômicos. A restauração do fundo diretor, cuja existência foi suprimida durante a guerra, reforçará os estímulos para a diminuição do custo próprio e para o crescimento da acumulação na economia. De modo especial, deve se cuidar do cálculo econômico na esfera das construções, bem como do estabelecimento do controle eficaz pelo rublo, por conta do lançamento em ação de novas potencialidades.

Cresce de importância, no período de após-guerra, o papel dos salários. A diminuição gradual dos preços de todas as mercadorias, assim como o aumento da produção de artigos de consumo, consolidarão o valor monetário dos salários, permitindo o aproveitamento melhor e mais completo do sistema salarial, bem como dos prêmios em dinheiro destinados ao estímulo material para uma alta produtividade do trabalho. No sector da agricultura adquire enorme importância o revigoramento, previsto pelo plano, do sistema de trabalho por jornada, o que elevará o grau de interesse dos kolroizianos pelo melhor desenvolvimento da economia social dos respectivos kolrózes.

* * *

A execução do novo plano quinquenal faz subir a economia soviética a uma nova altura. Será dado grande passo no caminho para a solução do problema econômico fundamental da URSS e preparada a base para um crescimento ainda maior da produção, da acumulação e do consumo nos quinquênios posteriores.

Gigantescas são as tarefas do novo plano quinquenal. O povo soviético entrega-se com ardor à respectiva execução, com ardor e confiança, pois é conduzido pelo grande partido de Lênin e de Stálin. O Partido bolchevique organizou as massas trabalhadoras do nosso país para a execução dos planos quinquenais anteriores à guerra e as conduziu, também, à vitória de alta significação histórica de alcance mundial. Nos anos difíceis da Grande Guerra Patriótica, ergueu-se o Partido na frente do povo para a luta pela liberdade e pela independência da Pátria, organizou e levantou o povo inteiro para a guerra santa contra os escravizadores germano-fascistas — e alcançou a vitória. Agora, nos dias de construção, ambiente de paz, continua o Partido à frente do povo, novamente organizando-o e dirigindo os esforços do povo trabalhador para a tarefa do levantamento e do subsequente desenvolvimento da economia do povo e para a meta geral que é a construção do comunismo.

“Os operários, os camponeses e os intelectuais do nosso país receberam o plano quinquenal como um programa de batalha que corresponde aos seus interesses vitais. Podemos, pois, estar certos de que os povos soviéticos, tendo o Partido Comunista à frente, não medirão esforços para não só executar, mas também superar o novo plano” (Stálin.)

(Traduzido diretamente de *Bolchevik*, n. 9, de maio de 1946.)

VICISSITUDES HISTÓRICAS DA DOUTRINA DE KARL MARX (*)

LÉNIN.

O fundamental na doutrina de Marx é o esclarecimento do papel histórico-universal do proletariado como criador da sociedade socialista. Será que o curso dos acontecimentos produzidos no mundo inteiro não tem confirmado esta doutrina, depois de haver sido ela exposta por Marx?

Marx destacou-a pela primeira vez em 1844. No *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, publicado em 1847, já se contém uma exposição completa, sistemática, ainda não superada até hoje, a respeito desta doutrina. Desde então, a história universal se divide claramente em três períodos fundamentais:

- 1) Desde a revolução de 1848 até a Comuna de Paris (1871).
- 2) Desde a Comuna de Paris até a revolução russa (1905).
- 3) Desde a revolução russa até hoje.

Examinemos as vicissitudes da doutrina de Marx em cada um destes períodos.

I

No começo do primeiro período, a doutrina de Marx não era sequer a imperante. Era somente uma das frações ou correntes extraordinariamente numerosas do socialismo. Imperavam as formas de socialismo que, no fundo, eram afins ao nosso "populismo": Incompreensão da base materialista do movimento histórico, incapacidade para deslindar o papel e a significação de cada classe da sociedade capitalista, encobrimento da essência burguesa das reformas democráticas sob diversas frases pretensamente socialistas com relação ao "povo", à "justiça", ao "direito", etc..

A revolução de 1848 assentou golpe mortal em todas estas formas ruidosas, matizadas, berrantes, do socialismo pre-marxista. A revolução apresenta em ação as diversas classes da sociedade em todos os países. A matança dos operários pela burguesia republicana em Paris, nas jornadas de junho de 1848, determina de modo definitivo o caráter socialista do proletariado, *unicamente*. A burguesia liberal teme cem vezes mais a independência desta classe do que qualquer reação, seja qual for. O covarde liberalismo rasteja a seus pés. Os camponeses contentam-se com a abolição dos restos do feudalismo e bandeiam-se para o lado da ordem; só aqui e ali oscilam entre a democracia operária e o liberalismo burguês. Toda doutrina sobre um socialismo que não seja de classe e sobre uma política que não seja de classe deve ser julgada como um simples absurdo.

(*) Publicado pela primeira vez em 1 de março de 1913, no periódico bolchevique legal *Pravda*, número 50.

A Comuna de Paris (1871) pôs fim a este desenvolvimento de reformas burguesas; somente ao heroísmo do proletariado é que a República deve sua consolidação, isto é, a forma de organização do Estado em que as relações de classe se manifestam sob o aspecto mais descarado.

Em todos os outros países europeus, o desenvolvimento mais confuso e menos acabado conduz também à formação da sociedade burguesa. Ao terminar o primeiro período (1847-1871), período de tormentas e revoluções, morre o socialismo pre-marxista. Nasce os partidos *proletários* independentes: A Primeira Internacional (1864-1872) e a social-democracia alemã.

II

O segundo período (1872-1904) distingue-se do primeiro por seu caráter "pacífico", pela ausência de revoluções. No Ocidente, terminam as revoluções burguesas. O Oriente ainda não se encontra maduro para elas.

O Ocidente entra na etapa de preparação "pacífica" para a época das futuras transformações. Por toda parte se vão formando partidos proletários, socialistas por sua base, que aprendem a utilizar o parlamentarismo burguês, a criar sua imprensa diária, suas instituições culturais, seus sindicatos, suas cooperativas. A doutrina de Marx obtém triunfo completo e *vai-se estendendo*. Lenta, porém inflexivelmente, progride o progresso de recrutamento e concentração de forças do proletariado, de preparação deste para as lutas futuras.

A dialética da História faz com que a vitória teórica do marxismo obrigue seus inimigos a *se disfarçarem* com roupagens marxistas. O liberalismo, interiormente adreado, tenta reviver sob a forma de *oportunismo socialista*. O período de preparação das forças para as grandes batalhas é por eles interpretado no sentido de renúncia a estas batalhas. Explicam o melhoramento da situação dos escravos, para lutar contra a escravatura assalariada querendo que os escravos vendam por alguns centavos seu direito à liberdade. Preconizam covardemente a "paz social" (isto é, a paz com os escravistas), a renegação da luta de classes, etc. Estas correntes encontram muitos partidários entre os parlamentares socialistas, os diversos funcionários do movimento operário e os intelectuais "simpatizantes".

III

Os oportunistas ainda não haviam tido tempo para se regosijar suficientemente com a "paz social" e com a desnecessidade das tormentas sob a "democracia", quando se abriu na Ásia uma nova fonte de formidáveis tormentas mundiais. A revolução russa seguiram-se a turca, a persa e a chinesa. Hoje, vivemos precisamente na época destas tormentas e de sua "repercussão" na Europa. Qualquer que seja a sorte da grande República chinesa, ante a qual hoje afiam os dentes as diversas hienas

“civilizadas”, não haverá no mundo força capaz de restaurar na Ásia a velha servidão da gleba, de varrer da face da terra o heróico democratismo das massas populares dos países asiáticos e semi-asiáticos.

Alguns, não atentos às condições de preparo e desenvolvimento da luta de classes, deixaram-se levar ao desespero e ao anarquismo, ante a longa espera da luta decisiva contra o capitalismo na Europa. Hoje em dia, vemos como era míope e pusilânime este desespero anarquista.

Não é desespero, e, sim, entusiasmo, o que deve inspirar o facto de os oitocentos milhões de homens da Ásia se sentirem arrastados à luta pelos mesmos ideais europeus.

As revoluções asiáticas revelaram-nos a mesma falta de carácter e a mesma infâmia do liberalismo, a mesma significação única e exclusiva da independência das massas democráticas, a nítida separação entre o proletariado e toda espécie de burguesia. Depois da experiência da Europa e da Ásia, quem falar de uma política que não seja de classe e de um socialismo que não seja de classe, merece que o metam numa jaula e o exibam juntamente com algum cangurú australiano.

Depois da Ásia, começou a movimentar-se também a Europa, embora não ao modo asiático. O período “pacífico” de 1872-1904 passou irrevogavelmente à História. A carestia e a opressão dos “trusts” provocam um aguçamento sem precedentes da luta econômica, arrancando de seus postos até os operários ingleses mais corrompidos pelo liberalismo. Aos nossos olhos amadurece a crise política na Alemanha. A furiosa corrida armamentista e a política do imperialismo envolvem a Europa atual numa “paz social” que bem mais parece um barril de pólvora. Mas a decomposição de todos os partidos burgueses e o processo de amadurecimento do proletariado seguem seu curso irrefreável.

Desde o aparecimento do marxismo, cada uma das três grandes épocas da história universal tem vindo comprová-lo de novo e lhe tem dado novos triunfos. Ainda é maior, porém, o triunfo que proporcionará ao marxismo, como doutrina do proletariado, a época histórica que se avizinha.

PURAS VERDADES !... — “A chamada civilização cristã não passa de uma espoliação organizada e legalizada das classes trabalhadoras.”

“Os governos não são senão agentes de interesses subalternos.”

“A lei é o instrumento das classes dominantes, onde quer que elas perpetuem seu poder e privilégio de mandar e de roubar.” (Citações feitas no artigo do jesuíta Arlindo Vieira, sob o título *O comunismo nas universidades americanas*, no *Correio da Manhã* de 28-8-1946).

Questões de Economia Política

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA (V)

ECONOMIA MERCANTIL — E' o sistema de produção em que os produtos não são destinados ao consumo individual e imediato do produtor, mas, em lugar disso, são levados ao mercado para serem trocados. O objetivo da troca, na economia mercantil simples, não é o lucro, como na economia capitalista, mas apenas o de satisfazer necessidades. A economia mercantil simples, segundo Engels, já desenvolve os seus passos no mundo à época do estadio superior da *barbarie*.

“Na simples economia mercantil, como em toda economia fundada na troca, a ligação entre os possuidores de mercadorias efetua-se no mercado. Todos os produtores isolados (os possuidores) de mercadorias, apresentam-se no mercado na qualidade de proprietários iguais de suas mercadorias, e não as entregam senão recebendo outras em troca. Na economia capitalista, o produtor da mercadoria (o operário) não é seu proprietário, ela pertence ao capitalista, que possui as fábricas providas de máquinas e os meios de produção, de onde poder obrigar o operário, privado desses meios de produção, a trabalhar para ele.

“Na economia mercantil simples, o desenvolvimento contínuo da técnica não é sempre possível, porque toda inovação exige grandes despesas, ao passo que o artesão (ou o camponês) não dispõe dos recursos necessários. E' somente depois da passagem para o modo capitalista de produção que o aumento do rendimento do trabalho começa a desenvolver-se rapidamente, acarretando a baixa do valor das mercadorias” (1).

“A economia mercantil simples é concretizada pela contradição entre o trabalho social e o trabalho privado, sem que haja contradição entre o modo de produção e o modo de apropriação. No regime capitalista, a contradição entre o trabalho social e o trabalho privado transforma-se em contradição entre a produção social e a apropriação individual, capitalista.” “A apropriação por particulares do produto do trabalho social organizado pela economia mercantil, eis a essência do capitalismo” (2).

ECONOMIA CAPITALISTA — Baseia-se na troca, sob o império da lei do valor. E', entretanto, uma economia mercantil desenvolvida, em que as trocas não mais se realizam em espécie, diretamente, mas por intermédio do dinheiro. Os produtores não são os proprietários das mercadorias, que pertencem aos capitalistas. Há três categorias fundamentais

(1) Lapidus e Ostrovitianov — *Princípios de Economia Política*, pág. 26 — Edit. Calvino, 1944.

(2) Segal — *Noções Fundamentais de Economia Política*, pág. 132 — Edit. Calvino, 1946.

da economia capitalista, são: 1.^a, mais valia; 2.^a, salário; e 3.^a, distribuição da mais-valia decomposta em lucro industrial, lucro comercial, renda territorial e juros.

A economia capitalista é espontânea, anárquica, pois que se rege por leis que atuam independentemente da vontade e da consciência dos homens. Ela é dirigida e regulada pelo movimento dos preços e este regulador atua espontaneamente.

“Ao ampliar-se a produção de mercadorias, e, sobretudo, ao aparecer o regime capitalista de produção, as leis de produção de mercadorias que, até então, apenas se anunciavam, começam a funcionar de maneira visível e poderosa. As antigas organizações corporativas principiam a enfraquecer-se, as antigas fronteiras locais caem por terra, os produtores vão-se transformando em produtores independentes e isolados de mercadorias. A anarquia da produção social desperta e acentua-se cada vez mais. E, por coincidência, o principal instrumento de que se utiliza o regime capitalista de produção para exaltar esta anarquia na produção social é precisamente o inverso da anarquia: a organização crescente da produção, com caráter social, dentro de cada estabelecimento produtor. Com este recurso, põe termo à velha estabilidade idílica. No ramo industrial, em que se implanta, não tolera, a seu lado, nenhum dos velhos métodos de exploração. Onde quer que se aposse da indústria artesã a aniquila e destrói. O solar do trabalho converte-se num campo de batalha. Os grandes descobrimentos geográficos (3) e as empresas de colonização deles decorrentes dilatam os mercados e aceleram o processo de transformação da oficina em manufactura. E a luta não se trava apenas entre produtores locais isolados. As contendas locais vão tomando proporções nacionais e originam as guerras comerciais dos séculos XVII e XVIII (4). Até que, por fim, a grande indústria e a criação do mercado mundial tornam essa luta universal e lhe dão uma violência incrível. A primazia das condições naturais ou artificiais da produção decide a luta de vida ou de morte não só entre os capitalistas individuais mas também entre indústrias e países inteiros. Quem sucumbe é derrotado sem piedade. E' a luta darwinista pela existência individual, transplantada, com redobrado vigor, da natureza à sociedade. As condições naturais de vida da bête transformam-se no ponto culminante do progresso humano. O antagonismo entre a produção social e a apropriação capitalista reflete-se agora no *divórcio entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção dentro da sociedade.*

(3) O mais importante de todos foi o descobrimento da América por Cristóvão Colombo, em 1492, e o do caminho marítimo para a Índia, em 1498, pelo português Vasco da Gama.

(4) As guerras comerciais dos séculos XVII e XVIII travaram-se entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, pela posse do comércio com a Índia e a América e a colonização desses continentes. Dessas guerras, saiu vencedora a Inglaterra, a cujas mãos foi parar, até fins do século XVIII, todo o comércio mundial.

“O regime capitalista de produção, situado entre estas duas formas ou manifestações da contradição que lhe é inerente, por sua própria origem, debate-se, inapelavelmente, dentro desse “círculo vicioso”. Mas o círculo vai-se reduzindo constantemente, e seu movimento fica melhor representado por uma espiral, que tem que chegar impreterivelmente a seu fim, como o movimento dos planetas, — chocando com o centro. E' a força propulsora da anarquia social da produção que converte a imensa maioria dos homens, cada vez mais acentuadamente, em proletários, e serão essas massas proletárias que, por seu turno, porão fim à anarquia da produção. E' a força propulsora da anarquia social da produção, transformadora da capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas da grande indústria num preceito imperativo, que obriga a todo o capitalista industrial a aperfeiçoar constantemente sua maquinária, se não deseja perecer. Mas aperfeiçoar a maquinária importa em deixar sem emprego uma massa de operários” (5).

“Na sociedade capitalista atual, cada capitalista industrial produz, por sua própria conta, aquilo que quiser, como quiser e na proporção que quiser. A quantidade de produção pela sociedade exigida permanece para o industrial uma grandeza desconhecida, além de ignorar a qualidade dos objetos procurados. Aquilo que preciso, hoje, e não pode ser satisfeito com bastante rapidez, poderá ser oferecido amanhã além da procura. Entretanto, a procura acaba sendo satisfeita, bem ou mal, e geralmente a produção é regulada de modo definitivo pelos objetos procurados. Como se efetua a conciliação desta contradição? Pela concorrência. E como chega ela a esta solução? Pela simples depreciação até abaixo do valor das mercadorias, que não podem ser vendidas, pela sua qualidade ou pela sua quantidade, no estado presente das exigências da sociedade, e fazendo sentir aos produtores, desta maneira indireta, que eles têm na fábrica artigos que absolutamente não podem ser utilizados ou que fabricaram em quantidade que não pode ser utilizada, supérflua. Seguem-se daí duas coisas:

Em primeiro lugar, verifica-se que as oscilações contínuas dos preços das mercadorias em relação aos valores das mercadorias são a condição necessária, sem a qual o valor das mercadorias não poderá se manifestar. Não é sinão pelas flutuações da concorrência e, como consequência, dos preços das mercadorias, que a lei do valor se realiza na produção das mercadorias, que a lei do valor se realiza na produção das mercadorias, e que a determinação do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário se torna uma realidade. Que a forma de representação do valor, ou, melhor, a forma que o preço tenha, como regra geral, um aspecto muito diferente daquilo que representa, é uma sorte que ele partilha com a maior parte das relações sociais. O rei, às mais das vezes, parece-se pouco com a monarquia que representa. Numa sociedade de produtores trocadores de mercadorias, querer determinar o valor pelo tempo de trabalho, impedindo ao mesmo tempo que a concorrência estabeleça esta determinação

(5) Engels — *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* — “in” *Introdução ao Estudo do Marxismo* — Edit. Calvino, 1945.

do valor na única forma pela qual ela pode se manifestar, influenciando sobre os preços, é mostrar que, pelo menos neste terreno, se aceita o habitual desconhecimento utópico das leis econômicas.

“Em segundo lugar, a concorrência, realizando a lei do valor da produção das mercadorias numa sociedade de produtores trocadores, estabelece, por isso mesmo, e em certas condições, a única ordem e a única organização possíveis da produção social. Não é sinão pela depreciação ou pela majoração dos preços dos produtos que os produtores de mercadorias isolados ficam sabendo à sua custa quais os produtos e qual a quantidade de tais produtos que a sociedade necessita” (6).

O desenvolvimento do regime capitalista determina a “concentração dos meios de produção, até então dispersos, em grandes oficinas, com o que se transformam, de meios de produção do indivíduo, em meios de produção sociais, metamorfose que não afeta, de modo geral, a forma de troca. Continuam de pé as velhas formas de apropriação. Aparece o *capitalista*: em sua qualidade de proprietário dos meios de produção, ele também se apropria dos produtos e transforma-os em mercadorias. A produção converte-se num ato social, a troca, e com ela, a apropriação, continuam sendo atos individuais: *o produto social pertence ao capitalista individual, que dele se apropria*. Contradição fundamental, da qual derivam tôdas as contradições com que se defronta a sociedade atual e que põe nitidamente em destaque a grande indústria:

A. Separação entre o produtor e os meios de produção. O trabalhador é condenado a ser assalariado por tôda a vida. *Antítese entre burguesia e proletariado*.

B. Importância crescente e eficácia acentuada das leis que regem a produção de mercadorias. Concorrência desenfreada. *Contradição entre a organização social dentro de cada fábrica e a anarquia na produção total*.

C. Por um lado, aperfeiçoamento da maquinária, que a concorrência transforma em norma obrigatória para cada fabricante e que corresponde a um desemprego cada vez maior de trabalhadores: *exército industrial de reserva*. Por outro, extensão limitada da produção, que a concorrência impõe também como norma coercitiva a todos os fabricantes. De ambos os lados, um enorme desenvolvimento das forças produtivas, excesso da oferta sobre a procura, super-produção, abarrotamento dos mercados, crise cada dez anos, círculo vicioso: *de um lado, super-abundância de meios de produção e de produtos, de outro, super-abundância de trabalhadores sem trabalho e sem meios de vida*. Estas duas alavancas da produção e do bem estar social não podem, porém, combinar-se, porque a forma capitalista da produção impede a ação das forças produtivas e a circulação dos produtos, a não ser que se transformem previamente em capital, o que lhes é vedado por sua própria super-abundância. A contradição aumenta até converter-se em contrasenso: *o sistema de produção revolta-se*

(6) Marx — *Miséria da Filosofia*, pág. 24/5.

contra a forma de troca. A burguesia mostra-se incapaz de continuar dirigindo suas próprias forças sociais produtivas.

D. Reconhecimento parcial do caráter social das forças produtivas por parte dos próprios capitalistas. Apropriação dos grandes organismos de produção e de transporte, primeiro por *sociedade anônima*, em seguida por “trusts” e, depois, pelo Estado. A burguesia revela-se uma classe supérflua; tôdas as funções sociais são agora executadas por empregados a sôldo” (7).

“No regime capitalista, a contradição entre o trabalho privado e o trabalho social transforma-se em contradição entre a produção social e a apropriação individual, capitalista. A apropriação, por particulares, do produto do trabalho social organizado pela economia mercantil, eis a essência do capitalismo” (8).

“No regime capitalista, a produção não tem como objetivo satisfazer necessidades sociais. Seu nível é o enriquecimento dos capitalistas. A caça aos lucros é sua força motriz. Para alcançar a maior vantagem possível, cada capitalista, submetido às leis do mercado, trata de aumentar sua produção, de intensificar a exploração de seus operários e de introduzir novas e mais perfeitas máquinas, a fim de diminuir o custo da produção e aumentar seu lucro.

“Já citamos as palavras de Engels quando diz que, numa sociedade dividida em classes, *“cada passo para a frente, na produção, é, ao mesmo tempo, um passo para trás na situação da classe oprimida, ou, seja, da grande maioria”*. O capitalismo agrava intensamente essa contradição, própria, aliás, de qualquer sociedade dividida em classes.

“*Como produtor, à custa do esforço alheio, explorador da “mais-valia” e explorador da “força de trabalho”, o capitalismo ultrapassa em energia, exagêro e eficiência a todos os sistemas de produção que o precederam — o escravagista e o feudal — baseados diretamente no trabalho forçado*” (9).

“Ao desenvolver as forças produtivas da sociedade, o capitalismo revela-se, cada vez mais, incapaz de dominá-las. As crises, que enfraquecem periodicamente o sistema capitalista e destroem parte de suas forças produtivas, são bastante eloqüentes na demonstração desse fenômeno de descontrolê e anarquia.

“O capitalismo torna-se agora um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas geradas por ele próprio. Torna-se uma necessidade histórica a supressão do capitalismo pelo processo revolucionário e sua substituição pelo comunismo, isto é, pela sociedade sem classes, na qual os meios de produção sejam de *propriedade coletiva*.”

(7) Engels — *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* — “in” *Introdução ao Estudo do Marxismo* — Edit. Calvino, 1945.

(8) Segal — *Noções Fundamentais de Economia Política*, pág. 392 — Edit. Calvino, 1946.

(9) Marx — *O Capital*, Livro I, vol. 1, pág.

“O desenvolvimento do capitalismo cria as condições materiais e técnicas necessárias à edificação da sociedade comunista. Ao mesmo tempo, gera a força que é destinada a derrubá-lo: a classe operária revolucionária. A situação social desta classe agrava-se com o desenvolvimento do capitalismo e não tem outra saída senão a de destruí-lo e construir, a seguir, a sociedade comunista” (10).

“Ela (Aliança Internacional da Democracia Socialista) quer, antes de tudo, conseguir a *igualdade política, econômica e social das classes*. Buscar a *igualdade das classes*, interpretada literalmente, conduz à *harmonia entre o Capital e o Trabalho*, tão importunamente predicada pelos socialistas burgueses (parece impossível — N.R.). O que constitui o grande objetivo da *Democracia Internacional dos Trabalhadores* não é a *igualdade das classes* — absurdo lógico de impossível realização — mas, pelo contrário, a *abolição das classes*. (De uma circular aprovada pela Sessão do Conselho Geral (da AIT) em 9 de março de 1869).

O *Manifesto Inaugural* da Associação Internacional de Trabalhadores (1864) dizia: “Os senhores da terra e os senhores do capital utilizaram sempre seus privilégios para defender e perpetrar seus monopólios econômicos. Longe de impulsionar a emancipação do trabalho, persistiram opondo-lhe todos os obstáculos possíveis... A conquista do poder político se converteu, pois, no primeiro dever da classe operária”.

Contra o poder das classes possuidoras, o proletariado só pode atuar como classe *constituindo-se em partido político diferenciado, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras*. Essa constituição do proletariado em partido político independente é indispensável para assegurar a vitória da revolução social e permitir alcançar seu supremo objetivo: *abolição das classes*. (Circular da AIT — 5-3-1872).

Em grandes épocas históricas, vinte anos equivalem a um dia, *escrevia Marx e Engels*, enquanto que podem aparecer dias que concentrem em si vinte anos.

(10) Segal — “in” Introdução à *Noções Fundamentais de Economia Política* — Edit. Calvino, 1946.

UM “ERSATZ” DE REFORMA AGRÁRIA

• Há mais de um ano já que a reforma agrária está sendo estudada nas zonas ocidentais da Alemanha. Fortalecidos pela experiência da reforma realizada na Alemanha central e oriental, os partidos anti-fascistas das regiões ocidentais insistem no sentido de que as terras pertencentes aos *Junkers* sejam confiscadas sem mais demora e para que sejam satisfeitas as necessidades dos camponeses que não têm nenhuma ou têm pouca terra à sua disposição. É desnecessário dizer que na parte ocidental da Alemanha a reforma agrária pode constituir também um importante meio de melhorar o reabastecimento e, sobretudo, de democratizar toda a vida social.

Os elementos pro-nazistas ainda enquistados na administração alemã das zonas ocidentais (elementos que se encontram na sua maioria nas fileiras da União Cristã Social), procuram evitar, por todos os meios, que seja realizada a reforma agrária na Alemanha ocidental. Não se cansam de repetir que não seria vantajosa, sob o ponto de vista econômico, uma repartição das terras. Esse argumento, entretanto, já foi contestado pela reforma agrária realizada na zona soviética. Durante este ano, nas terras distribuídas, a colheita foi mais abundante graças à reforma, não cessando de melhorar o reabastecimento na zona soviética.

Um segundo argumento é por eles invocado: a ausência de grandes propriedades territoriais nas zonas ocidentais. É bastante consultar-se as estatísticas para que nos convençamos do ridículo de semelhantes afirmações. De acordo com os dados oficiais de 1933 (e a situação não deve ter mudado muito depois disso) existiam na Alemanha ocidental 14.227 propriedades territoriais de mais de 100 hectares cada uma. Essas terras representavam uma superfície total de 6.007.000 hectares, sendo que 914.000 hectares eram de terra arável. Essas cifras são ainda mais significativas se levarmos em conta a qualidade das terras e sua utilização mais intensiva no oeste.

Por conseguinte, existem, nas zonas americana e britânica, todas as condições para levar a bom termo uma reforma em que se encontram interessados não somente grandes massas de camponeses como também milhões de alemães provenientes de outras regiões. Por que, então, continuam sem éco as reivindicações dos meios democráticos?

A explicação para o facto pode ser encontrada nos projetos de “reforma” que acabam de ser sancionados pelas autoridades americanas e britânicas.

Anunciam os jornais que, na Baviera, foi sancionado um “projeto de lei sobre a reforma agrária” elaborado pelo *Landerrat* da zona americana. Em face desse projeto, as propriedades com menos de 500 hectares não estão sujeitas à repartição. Seus possuidores devem apenas, mediante uma certa indenização, ceder parte de terra aos camponeses. O projeto tem em vista repartir apenas 789 propriedades de mais 500 hectares cada uma.

Na zona inglesa, depois de longos debates, ficou resolvido instituir "sociedades de encorajamento à colonização interior". Ao fundo de colonização serão incorporadas as terras que, na Alemanha hitlerista, eram destinadas a aeródromos e campos de manobras, bem como uma parte das terras cedidas pelos proprietários territoriais mediante uma indenização. Assim sendo, também na zona inglesa não existe a intenção de liquidar as propriedades dos *Junkers*. Mais ainda: segundo tôdas as aparências, o ônus financeiro da reforma deverá recair sobre os camponeses sem terra, sendo ainda de notar que esse plano de "colonização interior" só pode ser realizado a longo prazo. As primeiras informações que possuímos a respeito da criação das novas "fazendas de colonos" demonstram claramente que os beneficiários da "reforma" agrária na Alemanha ocidental não são de forma alguma aqueles que realmente necessitam de terra. Assim é que, no distrito de Fallingbostal (zona britânica), grande número de camponeses remediados e certos hitleristas foragidos de outras zonas conseguiram, graças a essa "reforma", aumentar consideravelmente suas propriedades. Esses elementos receberam de 300 a 700 *morgen* de terra, enquanto que os pequenos camponeses, cujos lotes não excediam de 28 *morgen* obtiveram apenas dois *morgen* suplementares.

E' clara a conclusão a tirar de tudo isso. Os propósitos de liquidação da casta militarista dos *Junkers* e a melhoria da situação dos camponeses destinavam-se apenas a dissimular o verdadeiro caráter das "reformas" anunciadas. Os "projetos" sancionados pelas autoridades aliadas estão confirmando a tese segundo a qual os reacionários prohitlerianos, protegidos pela administração americana e britânica, visam apenas salvar as propriedades dos *Junkers*, impedindo a liquidação do que constitui a base econômica essencial do fascismo.

Impõe-se, portanto, uma pergunta: de que maneira podem esses atos da administração aliada na Alemanha ocidental harmonizar-se com as declarações solenes sobre a desnazificação e sobre a fidelidade aos princípios de Potsdam?

(*Temps Nouveau* — N. 18, de 15-9-1946.)

ERA DE COLHÉR... — "As pessoas que no Brasil (1570) querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada hum alcançar dous pares ou meia duzia de escravos (que pode hum por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remedio para sustentação; porque huns lhe pescão e cação, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assi pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos indios da terra buscam de comer pera si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas." (Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*.)

"VISITANTES ILUSTRES" NA AUSTRIA (Carta de Viena)

L. ANDREIÉV.

Um jornal provinciano da Áustria publicou recentemente uma caricatura focalizando o momentoso problema das "pessoas deslocadas". Essa caricatura representava o pacífico e jocoso Sr. Haslinger, personagem fabulosa, muito popular na Áustria, e que acabava de chegar a Gratz, capital da Stíria. Informado de que havia na cidade numerosos "refugiados", Haslinger, previdente como é, dirige-se em várias línguas à primeira pessoa com quem topa em seu caminho: *Molim lepo, kérem azépen, prosze pane, please, bitte, où se trouve le consulat austrichien?*

Por mais disparatada que possa parecer, à primeira vista, essa facécia, Haslinger não estava muito longe da verdade quando, ao chegar a essa cidade austríaca, procura conhecer o endereço do consulado austríaco. Com efeito, todo aquele que tenha percorrido as regiões ocidentais da Áustria, involuntariamente pergunta a si mesmo em que país se acha. E' que essa pessoa encontra vilas e cidades onde só se falam línguas estrangeiras, por cujas ruas vagam indivíduos suspeitos, de diferentes nacionalidades e que atraem a atenção por sua atitude insolente e provocadora. Acham-se instalados nos lugares de vilegiatura, nos sítios mais pitorescos, enchem os trens, traficam no mercado, organizam "exposições de arte", onde são expostos retratos de Pilsudski e de Anders; promovem "blocos nacionais" e organizações secretas; cometem tôda sorte de crimes e disseminam o terror entre a população austríaca. Por tôda parte são encontrados esses indivíduos; mas estão eles concentrados principalmente em Salzbourg e na Alta-Áustria (zona americana de ocupação); na Caríntia e na Stíria (zona inglesa); no Tirol e no Vorarlberg (zona francesa).

Durante o inverno passado, dizia-se que havia cerca de 300.000 "refugiados" na Áustria. Mais tarde se soube, entretanto, que essa cifra era muito inferior à realidade; que os mesmos representavam aproximadamente cerca de 450.000. A revista *Berichte und Informatione*, órgão do Instituto austríaco de pesquisas científicas em torno de problemas econômicos e políticos (editada em Salzbourg sob o controle americano), informava em seu número de 7 de junho de 1946, que os refugiados constituíam, nas três zonas ocidentais da Áustria, 18 % da sua população e residiam principalmente na província de Salzbourg, onde representavam 31 % da população.

Por conseguinte, há perto de meio milhão de estrangeiros vivendo nas províncias ocidentais da Áustria. E' um facto que a maior parte dessa gente não tem a consciência muito limpa. Ainda recentemente (isto é, até o momento do colapso da Alemanha fascista), estavam eles devotados de corpo e alma a Hitler; depois disso, refugiaram-se nas calmas províncias dos Alpes austríacos, à espera de melhores dias, isto é,

até que fôsem esquecidas as suas façanhas. Entre toda essa gente há um número avultado que espera ainda participar, na qualidade de mercenários, em novas campanhas que se venham a desencadear pela dominação mundial. Essas esperanças são aparentemente alimentadas por certas promessas...

Toda espécie de remanescentes do fascismo encontra-se nessa região. Aí se encontram oustachis de Pavelich e chetniks de Mirraïlovitch; fascistas húngaros de Salaci e mercenários de Anders; traidores vlassovianos, alemães vindos de certos países do sudeste da Europa, slovacos, rumanos, búlgaros, finlandeses, toda sorte de gente que tem razões para não regressar ao seu país.

Segundo as declarações do comandante Bincic, chefe da comissão iugoslava para os negócios dos criminosos de guerra, na Áustria, são numerosos os criminosos de guerra procurados pelas autoridades de Belgrado e que atualmente se encontram nas províncias austríacas.

Todos esses indivíduos, como aliás os criminosos de guerra dos demais países, não permanecem de braços cruzados. São eles que estabelecem a ligação com os grupos fascistas clandestinos existentes em seus respectivos países, se encarregam dos serviços de sabotagem, e fazem a difusão da propaganda. Torna-se, assim, evidente que não se trata de refugiados. Tem-se a impressão de que o remanescente reacionário de quasi toda a Europa veio instalar-se na parte ocidental da Áustria, de que aí se refugiaram todos os adversários dos novos regimes democráticos estabelecidos em consequência do esmagamento dos fascistas no sudeste da Europa. Em presença desses factos, todos concluem com justificada razão:

— A Áustria é, hoje em dia, um asilo para todos os foragidos fascistas de muitos países. Não há talvez outros Estados, exceto a Espanha, Portugal e Grécia, onde esses indivíduos se sintam tão à vontade. Aí os fascistas podem locomover-se livremente, tramando intrigas e *complots*. Essas pessoas "deslocadas" perturbam as relações entre a Áustria e os seus vizinhos, podendo ser a fonte de graves complicações, a menos que sejam imediatamente reprimidas as suas atividades.

É essas conclusões têm todo fundamento. Informações procedentes da Tchecoslováquia e da Iugoslávia fazem ressaltar que a presença de fascistas estrangeiros em território austríaco provoca sérias desconfianças. Nesses países, ninguém acredita num desenvolvimento democrático na Áustria.

Ouvem-se, sobretudo nas regiões ocidentais do país, contínuas queixas a propósito das "pessoas deslocadas". Estas são beneficiadas por favores incompreensíveis, por uma certa complacência e um certo apoio por parte das autoridades de ocupação. A policia austríaca não ousa importunar esses indivíduos. Não realizam qualquer espécie de trabalho, mas alimentam-se melhor do que a população local. Foi geral a estupefação quando se soube, muito recentemente, que lhes eram fornecidas rações dobradas. Agora mesmo, depois de se haver posto fim a esse estado de coisas, esses "refugiados" continuam a gozar de uma situação privilegiada. No Tirol, recebem eles 1.800 calorias, enquanto que a ração de um vienense não é superior, em geral, a 1.200 calorias. Esses

hóspedes devoram o pão de que os austríacos não dispõem em quantidades suficientes. Mais ainda: a população local não pode deixar de ver com indignação os inumeráveis atos de terror, de violência e de provocação cometidos pelas "pessoas deslocadas". Eis aqui alguns exemplos:

Em Salzbourg verificaram-se quinze roubos a mão armada, além de outros pequenos assaltos no espaço de uma semana. Quasi a metade dos indivíduos presos em consequência desses factos eram estrangeiros. Em um mês, a corte marcial de Villach (Caríntia) condenou à pena de morte oito bandidos estrangeiros, principalmente poloneses do exército de Anders. O *Arbeiterzeitung*, jornal de Viena, denunciou, nos começos de agosto, que um bando de saqueadores operava nestes últimos tempos nos arredores de Judenbourg. Recentemente, realizaram eles um golpe de mão, durante a noite, no distrito de Reifling, onde assassinaram Franz Bichler, um camponês de 23 anos de idade, ferindo gravemente seu pai e saqueando a sua casa. De acordo com as informações da gendarmaria, os autores do crime são bandidos fascistas da zona da Alta Stíria. Em Judenbourg cinco estrangeiros assaltaram a casa de um relojoeiro. Ao serem presos três dos assaltantes, seus cúmplices, bem armados, tentaram pô-los em liberdade, atacando o palácio da Justiça onde se encontravam detidos os bandidos. Fizeram vários disparos contra os guardas, mas foram obrigados a fugir.

Por ocasião da colheita, o jornal *Murztaler Volksstimme*, que se publica em Bruck an der Mur, escrevia o seguinte:

"A colheita está em perigo, porque existem bandos organizados que assaltam nossos campos. Os camponeses são obrigados a colher os seus frutos ainda não maduros uma vez que, de outra forma, nada lhes restará. As batatas são arrancadas, o que provoca a perda de uma parte importante da colheita. Os guardas, desprovidos de armas, não podem impedir esses assaltos. Nada poderiam eles conseguir, aliás, uma vez que são apenas dois a fazer o serviço de patrulhamento durante a noite, enquanto que os bandos fascistas que os atacam são constituídos às vezes de 50 homens. Uma nuvem de gafanhotos não produziria tantos estragos."

São cada vez mais clamorosos os protestos da população austríaca contra os atos de terror a que se entregam essas "pessoas deslocadas". Em numerosas reuniões operárias, tivemos ocasião de ouvir manifestações de revolta contra a arbitrariedade fascista. O auditório dava livre curso à sua indignação todas as vezes que os oradores faziam referência à vida fácil que era permitida aos hitleristas e colaboracionistas a quem, por eufemismo, se denomina de "pessoas deslocadas". Os operários e os camponeses exigem a expulsão dessa canalha que constitui verdadeira calamidade para o país.

Os intoleráveis atos dos fascistas estrangeiros constituíram, por mais de uma vez, objeto de interpelações no Parlamento austríaco. Numa das mais recentes interpelações, dirigida ao ministro do Interior, um grupo de deputados socialistas chamava a atenção do ministro para a atividade terrorista não dissimulada das "pessoas deslocadas" na Caríntia. Esses deputados perguntavam ao ministro quais as medidas que tinha a intenção de tomar a fim de restabelecer a segurança na província onde a

situação se havia tornado ameaçadora. Ilustrando sua reclamação, os interpeladores citavam perto de 16 crimes importantes: assassinatos, ataques a mão armada nas cercanias de Klagenfurt e de Villach, etc. Uma ação particularmente abominável foi perpetrada em Villach por Piotr Levkovicz, polonês do exército de Anders. Esse bandido atraiu para a floresta uma menina de quatro anos, Rosemarie Arbesser, a quem violou bestialmente e depois assassinou. Esse caso provocou viva reação por parte dos habitantes da cidade. Ao ser enterrada a vítima, o burgomestre Petchnik, dirigindo-se à multidão, declarou: "Diante deste túmulo ainda aberto, protestamos contra aqueles que abusam de maneira tão vergonhosa da nossa hospitalidade e exigimos que as autoridades competentes corram imediatamente em nossa ajuda. Nossa paciência esta esgotada. Não poderemos permitir por mais tempo que nosso povo continue sem defesa contra semelhantes criminosos." Os habitantes da cidade aprovaram uma resolução, que foi transmitida às autoridades militares inglesas em Klagenfurt, resolução essa em que reclamavam a intervenção da polícia inglesa e a expulsão imediata dos criminosos fascistas. Mas a situação não se modificou de forma alguma: os maiores fascistas continuam a passear livremente, semeando o terror entre a população local.

E não é somente na Caríntia que a população manifesta essa inquietude. A situação é a mesma nas demais províncias, tendo a coisa chegado a tal ponto que as autoridades de ocupação foram obrigadas a lançar uma advertência aos "refugiados". A pena de morte foi introduzida na zona inglesa para os casos de saque e violência. Na zona americana, foi baixada uma ordem em virtude da qual os órgãos austríacos de segurança podem prender qualquer civil, seja qual for sua nacionalidade (exceto militares americanos), desde que sejam violadas as leis austríacas ou as prescrições das autoridades americanas.

Pode-se ver, portanto, com muita clareza, quais são as condições reais de segurança nas zonas ocidentais da Áustria. Mas será que as medidas adotadas prometem resolver esse impasse? Evidentemente, não. Por uma razão, — é que as mesmas não contribuem de forma alguma para a solução do problema das "pessoas deslocadas"; para resolvê-lo, faz-se mister expulsar da Áustria todos os refugiados fascistas.

E' preciso notar que a mais importante organização do país, a União dos sindicatos austríacos, reclama essa medida. E já por várias vezes a imprensa austríaca tem assinalado que as "pessoas deslocadas" produzem grandes prejuízos à Áustria. Os "refugiados" são um fator de desorganização da vida econômica, uma vez que vivem da especulação nas cidades e vilas. São eles os principais responsáveis pelo câmbio negro.

Sob a pressão da população indignada, o Governo austríaco dirigiu-se ultimamente ao Conselho interaliado pedindo-lhe instantaneamente a expulsão dessas "pessoas deslocadas". Esse pedido, entretanto, permanece sem resposta até agora. Em Viena é sabido que a causa disso é a atitude dos anglo-americanos que, sob toda a sorte de pretextos, se recusam a resolver o problema dos "estrangeiros distintos".

E' preciso recordar que, por iniciativa da delegação soviética, essa questão, de cuja solução depende a normalização da vida interior da

Áustria, foi debatida em julho último perante o Conselho dos Ministros de Negócios Estrangeiros, reunido em Paris. Desde então, são decorridos dois meses. Entretanto, muito embora se pronunciasse a favor da integração da Áustria em sua vida normal e pacífica, as autoridades anglo-americanas nada fazem no sentido de eliminar esse rebotinho do fascismo estrangeiro. Mais ainda: nestes últimos tempos, os representantes anglo-americanos têm elaborado planos que não podem deixar de suscitar graves desconfianças. Segundo notícias dos jornais, as autoridades militares americanas, ajudadas pela UNRRA, teriam a intenção de proporcionar trabalho às "pessoas deslocadas" que residem na Áustria. Trata-se, como se vê, de uma tentativa deliberada de promover os meios de instalar, solidamente e por longo tempo, perto de 500.000 fascistas estrangeiros na Áustria.

Os portetores anglo-americanos da Áustria não estão inspirados, segundo tôdas as aparências, em sentimentos "humanitários"; não se trata, no caso, de dar trabalho às "pessoas deslocadas", mas de manobras políticas que visam um ponto muito mais distante. Não teria razão o correspondente do *New York Times* ao escrever, recentemente, que os Estados Unidos consideram cada vez mais a Áustria como sendo "o centro estratégico da Europa oriental"? E' essa, aparentemente, a razão pela qual se procura implantar na Áustria uma "democracia" em que os austríacos são praticamente privados dos seus direitos mais elementares, enquanto que os mercenários fascistas gosam de tôdas as regalias imagináveis.

(*Temps Nouveaux* — N. 18, de 15-9-1946.)

ELES CONFESSAM... — "A economia capitalista, ajudando a desfazer a servidão, já um tanto abalada pela politica do artesamento, destruiu, também, as excelencias desta ultima. Um e outro sistema foram substituidos pelo do trabalho livre.

No entanto, examinando a vida dos primeiros operarios livres, podemos repetir as palavras de Ferdinand Lot: "Singulier homme libre!"

As horas de trabalho dos adultos eram incrivelmente extensas e os salarios extremamente baixos. Para melhorar um pouco as condições de vida, os operarios viam-se coagidos a obrigar os filhos ao trabalho das fabricas.

Para se avaliar até que ponto era rigoroso o trabalho das crianças, são de salientar os seguintes fatos, referidos por Bertrand Russell: "No ano de 1802, Sir Robert Peel (o pai do estadista), redigiu um projeto de lei, que levou ao Parlamento, para "melhorar a saude e a moral dos operarios das fabricas de algodão e similares". Estatuia-se que as crianças não trabalhariam à noite mais de doze horas por dia...

A CIENCIA, NOVO DOGMA

LEONIDAS DE REZENDE.

"Hoje, a União quasi não mais conta iletrados." E' o país que mais despende com a instrução. Por isto, nêle, o aumento do número das pessoas que sabem lêr e escrever foi de 67 % em 1930 a 90 % em 1933.

Os inventores e os sábios são considerados pelo govêrno russo cidadãos de utilidade pública.

A sociedade capitalista começa a voltar-se contra a ciência.

Diz Mólotov:

"Os ataques, por meio da imprensa, do rádio, etc., contra o maquinismo e a técnica aperfeiçoada, tornaram-se usuais nos países capitalistas. Ainda há bem pouco tempo, certo sacerdote inglês não hesitou em afirmar públicamente que era necessário impedir, durante uns dez anos, qualquer invenção ou qualquer desenvolvimento das ciências naturais".

Esta mesma tese é amplamente demonstrada por Varga.

Maior o emprêgo de máquinas, maior a produção, menor o número de braços ocupados, e menor o consumo daquela.

A ciência na Rússia, ao contrário, está ao serviço da produção. Seus institutos científicos e experimentais não cuidam sinão de aumentá-la. E, quanto maior é ela, melhor é a situação de cada qual, justamente o oposto do que ocorre na sociedade capitalista. Melhor a situação de cada qual porque o que nela se faz é para todos e não apenas para alguns.

Antes da revolução de 1917, somente 5 % da população russa podiam nutrir-se e vestir-se à vontade. O necessário faltava a todos os demais. Alí, morria-se não só de fome, também de frio, de sêca, de geada. E hoje, alí, não mais se morre disto.

E' impressionante esta página de Herriot: *"O regime soviético dá à ciência tóda a autoridade que negou à religião. Da ciência fêz novo dogma".*

Hoje, a única religião que êle admite é a ciência. E seu templo essencial é a Academia das Ciências, sediada em Leningrado. Estuda as forças da União, seus recursos em matérias primas. Multiplica os institutos, laboratórios e museus. Tem seus serviços de filosofia com um sábio ilustre como Pávlov. Tem seu centro de sismologia. Prepara considerável trabalho sôbre a flora. Estuda com Kurnakov a análise "físico-química", aplicada ao exame das formações montanhosas, dos depósitos salinos, das ligas metálicas, dos tratamentos térmicos, dos aços inoxidáveis. Estas pesquisas têm todo interêsse para a obra de construção que vem sendo realizada na bacia Ural-Kusnietsk...

A Academia apaixonou-se pela geoquímica, sob a direção do acadêmico A. Fersman.

Herzen cita a êsse respeito os trabalhos verificados nos maciços alcalinos da península de Kola e as investigações sôbre o maciço das Ribinas. Com êsses trabalhos e investigações, teriam sido descobertos

traços de metais pertencentes ao grupo da platina, assim como minerais de cobre.

Na Ásia Central, o Instituto estudou a zona, rica em antimônio e em mercúrio, do Ferghana meridional.

A determinação das matérias primas permite fixar o lugar das usinas gigantes.

Na obra de reconstrução, o Instituto de petrografia está tendo também grande importância.

O laboratório magnético permite ao acadêmico Levinson Lessing imaginar o dispositivo que definirá a quantidade em ferro e magnésio dos diversos minerais.

Estuda-se a gênese das rochas de origem vulcânica por meio do forno elétrico. E estudam-se ainda as pedras da Ucrânia, os minerais do Extremo norte, a estrutura da crosta terrestre.

Por outro lado, a Academia ainda se preocupa com a história, a arqueologia e a linguística.

Também a navegação polar é desbravada.

São conhecidas as peripécias da expedição do *Tcheliuskine*, quebrado pelo gelo, em 1933, nas paragens do estreito de Bhering, e que afinal foi salvo.

Já no ano anterior, Varonine e Schmidt tinham no *Sibiriakov* produzido êste feito magnífico: passaram do mar Branco ao Pacífico numa só navegação, resultado ainda não alcançado, nem mesmo por Amundsen.

Herriot ainda assinala o formidável esforço desenvolvido pelo govêrno soviético para colocar a ciência ao serviço da agricultura, dotando-a igualmente de institutos e laboratórios especiais.

Nesse sentido, afirma:

"A Academia agrícola anima 58 institutos e mais de 400 estações com 300.000 trabalhadores. Há, em Leningrado, uma coleção de 27.000 variedades de trigo, a mais importante do mundo. Estuda-se a adaptação das variedades vegetais a novos climas, os cruzamentos, as seleções. "Os cereais, as leguminosas, os textis, foram objeto de transformações surpreendentes".

E prossegue:

"Citamos a hibridação do trigo e do centeio, a criação das variedades de terra resistindo aos mais rigorosos frios".

Quanto à fecundação artificial, os resultados também são surpreendentes.

E não se procura obter até a chuva? Provocá-la? Não se espera modificar até os climas."

Nesta altura, Herriot transcreve esta passagem de Renoit Rambeud, professor da escola de Grignon:

"A Rússia soviética está destinada a representar papel de primeiro plano na economia do mundo... Os resultados por ela obtidos foram importantes e, sôbre certos aspectos, sensacionais... E' evidente que estamos em atraso em relação à Rússia... Dizemo-lo porque devemos a verdade aos moços".

Divulgação Marxista, n.º 15 — Rio, 10-2-1947

— 95

A União Soviética serve-se da ciência para sua estrutura e sua super-estrutura.

Estuda a natureza, explora a estratosfera, reconhece a região polar, cria a arte e a música, utiliza parte da herança da cultura burguesa necessária a seus progressos e firma sua própria cultura. (Leonidas de Rezende — *Pequena História da Revolução Bolchevique*, págs. 212/215, Edit. Calvino Ltda., 1945.)

POR QUE A GUERRA ? — “Durante os últimos quatro anos, tivemos os acontecimentos da segunda guerra mundial. Sem dúvida alguma a guerra foi o principal acontecimento desse período. Seria um erro pensar que a guerra veio acidentalmente ou foi o resultado de erros de alguns estadistas. Embora esses erros existam, a guerra surgiu, na realidade, como resultado inevitável do desenvolvimento das forças políticas e econômicas do mundo, na base do monopólio capitalista.

Nós, os marxistas, declaramos que o sistema capitalista de economia mundial traz em si elementos de crise e de guerra, que o desenvolvimento do capitalismo não segue um curso firme para a frente, mas prossegue através de crises e catástrofes.

O desenvolvimento desigual dos países capitalistas leva, com o passar do tempo, a fortes antagonismos nas relações de produção e os grupos de países que possuem fronteiras entre si, inadequadamente providos de matérias primas e mercados de exportação, procuram geralmente alterar essa situação, mudar a posição em seu favor, por meio da força armada. Como resultado desses fatores, o mundo capitalista se divide em dois campos hostis e a guerra é o resultado.

Talvez a catástrofe da guerra pudesse ser evitada, se houvesse possibilidade de uma redistribuição periódica das matérias primas e dos mercados entre os países, de acordo com suas necessidades econômicas, por meio de decisões pacíficas e coordenadas. Mas isto é impossível sob o atual desenvolvimento de economia capitalista, assim, como resultado da primeira crise surgida na economia capitalista mundial, veio a primeira grande guerra. A segunda grande guerra foi o resultado da segunda crise.” (Do discurso de Stálin, antes das eleições, 7-2-1946.)

PAÍS PRODIGIOSO — “Pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais (no século XVIII) depois que lá estive e examinei *de visu* os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é, muitas vezes, como nesta e tantas outras circunstâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado”. (Caio Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 8).

Páginas de Stálin

TEORIA DA “ESTABILIDADE” DA PEQUENA ECONOMIA CAMPONESA

“Ninguém ignora as objeções dos economistas burgueses contra a conhecida tese do marxismo acerca das vantagens das grandes sobre as pequenas empresas, tese que, segundo seus impugnadores, só é válida para a indústria, inaplicável à agricultura. Os teóricos social-democratas do tipo de David e Hertz, que defendem esta teoria, procuraram “apoiar-se” no facto de que o pequeno camponês resiste, aguenta, está disposto a enfrentar as privações, contanto que seja para conservar seu punhado de terra, razão pela qual a pequena economia camponesa revela estabilidade na luta contra a grande exploração agrária. Não é difícil compreender que semelhante “estabilidade” é pior do que qualquer instabilidade. Não é difícil compreender que a finalidade desta teoria anti-marxista não é outra senão exaltar e defender a ordem capitalista. Precisamente por isso, porque persegue esta finalidade, é que os marxistas conseguiram destruir tão facilmente essa teoria. Mas o que nos interessa aqui não é isto. O que aqui nos interessa é que nossa experiência prática, nossa realidade, contribui com novos argumentos contra essa teoria e nossos teóricos, inexplicavelmente, não querem ou não sabem utilizar esta nova arma contra os inimigos da classe operária. Refiro-me, ao dizer isto, a experiência prática da destruição da propriedade privada da terra, à experiência prática da nacionalização da terra em nosso país, que emancipou o pequeno camponês do apêgo servil ao seu punhado de terra, facilitando assim a passagem da *pequena* economia camponesa à *grande* economia coletiva.

Com efeito, que é que levava, leva e continuará levando ainda o pequeno camponês da Europa ocidental a sentir esse apêgo por sua pequena economia mercantil? É, sobretudo e fundamentalmente, a existência de um punhado de terra de sua propriedade, a existência da propriedade privada da terra. O pequeno camponês gastava anos e anos reunindo dinheiro para comprar um punhado de terra e, quando conseguia adquiri-lo, era natural que não quisesse perdê-lo, preferisse passar por todas as privações possíveis, preferisse cair no barbarismo antes de perder seu punhado de terra, base de sua economia individual. Pode afirmar-se que este factor continue existindo ainda, sob essa mesma forma, em nosso país, dentro das condições do regime soviético? Não, não se pode afirmar. Não se pode afirmar porque em nosso país não há mais propriedade privada da terra. E precisamente por isso, porque em nosso país não exista mais propriedade privada da terra, nossos camponeses não continuam sentindo esse apêgo servil pela terra que sentem os camponeses dos países

ocidentais. E esta circunstância não pode deixar de facilitar a canalização da pequena economia camponesa pela senda dos kolrózes.

Esta é uma das causas por que à grande exploração agrícola, aos kolrózes, é tão fácil, em nosso país, sob as condições da nacionalização da terra, demonstrar as vantagens sobre a pequena economia camponesa.

Eis onde reside a grande importância revolucionária das leis agrícolas soviéticas, que destruíram a renda absoluta do solo, abolindo a propriedade privada da terra e decretando sua nacionalização.

Isto põe à nossa disposição um novo argumento contra os economistas burgueses que proclamam a estabilidade da pequena economia camponesa, na luta contra a grande economia.

Por que nossos teóricos agrários não utilizam convenientemente este novo argumento em sua luta contra toda espécie de teorias burguesas?

Ao decretar a nacionalização da terra partimos, entre outras coisas, das premissas teóricas contidas no quarto volume de *O Capital*, na conhecida obra de Marx intitulada *Teorias sobre a mais-valia* e nos trabalhos agrários de Lênin, que constituem riquíssimo arsenal de pensamentos teóricos. Em dizendo isto, refiro-me à teoria da renda do solo em geral e à teoria da renda absoluta do solo em particular. Hoje, é evidente para todos que as teses teóricas contidas nestas obras foram brilhantemente confirmadas pela experiência prática de nossa edificação socialista na cidade e no campo.

A única coisa que não se compreende é o porque dessa teoria anti-científica dos economistas "soviéticos" do tipo de Tchaianov circular livremente em nossa imprensa e os geniais trabalhos de Marx, Engels e Lênin sobre a renda do solo e sobre a renda absoluta do solo não se popularizarem e destacarem em primeiro plano, mas permanecerem arquivados.

Talvez vos recordeis do conhecido opúsculo de Engels sobre *O problema camponês*. Recordai-vos, sem dúvida, com que cuidado aborda Engels o problema da passagem dos pequenos camponeses para o caminho da economia cooperativa, o caminho do regime coletivo. Permiti-me que cite a passagem do opúsculo de Engels que se refere ao assunto:

"Estamos decididamente do lado do pequeno camponês; faremos tudo o que nos for possível para que a este seja mais tolerável a existência, para facilitar-lhe a passagem à cooperação, se se resolver a isto. Mas, no caso de não se encontrar em condições de tomar esta decisão, procuraremos conceder-lhe o maior tempo possível" para que possa meditar sobre isso "relativamente ao seu pedaço de terra."

Vedes com que cuidado aborda Engels o problema da canalização da economia camponesa individual pela senda do coletivismo. Como explicar essa cautela de Engels, que, à primeira vista, poderia parecer exagerada? De que premissa parte, ao argumentar assim? E' indubitável que parte do facto da existência da propriedade privada da terra, do facto de que o camponês possui "seu pedaço de terra", do qual lhe é extremamente difícil desprender-se. Assim é o camponês dos países ocidentais. Assim é o camponês dos países capitalistas, nos quais existe a propriedade privada da terra. Compreende-se que, nestes países, é preciso proceder com um cuidado especial. Mas pode-se afirmar que em nosso país,

na URSS, exista a mesma situação? Não, não se pode afirmar. E não se pode afirmar pela simples razão de que, na URSS, não existe propriedade privada da terra, que é o que faz com que o camponês sinta apêgo à sua economia individual. Não se pode afirmar pela simples razão de que, na URSS, existe a nacionalização da terra, que facilita ao camponês individual abraçar o coletivismo.

Esta é uma das causas da facilidade e rapidez relativas com que em nosso país se desenvolve, nestes últimos tempos, o movimento kolroiziano.

E' lamentável que nossos teóricos agrários não tenham tentado ainda pôr em relêvo com a devida clareza esta diferença entre a situação do camponês na URSS e nos países ocidentais. Este trabalho terá formidável importância não só para nós, para os militantes soviéticos, como também para os comunistas de todos os países, pois para a revolução proletária em todos os países capitalistas não é indiferente que se vejam obrigados a construir o socialismo no dia seguinte da tomada do poder pelo proletariado, na base da nacionalização da terra, sem esta base.

Num artigo publicado há pouco na imprensa (*O ano da grande virada*), desenvolvi os conhecidos argumentos sobre as vantagens da grande sobre a pequena exploração agrícola, considerando os soverrózes. E' desnecessário demonstrar que todos esses argumentos são também aplicáveis aos kolrózes, na qualidade de grandes explorações agrícolas. E, ao dizer isto, não me refiro somente aos kolrózes avançados, que possuem base de máquinas e tractores, mas também aos kolrózes de tipo primário, que representam, por assim dizer, o período manufactureiro do regime kolroiziano e trabalham com o gado e os apeiros dos camponeses. Aludo a esses kolrózes de tipo primário, que se criam atualmente nas regiões de coletivização em massa e se baseiam na simples contribuição dos instrumentos de produção dos camponeses. Tomemos, por exemplo, os kolrózes do distrito de Roper, na antiga região do Don. À primeira vista, estes kolrózes em nada parecem diferenciar-se, do ponto de vista da técnica, da pequena economia camponesa (poucas máquinas, poucos tractores). Não obstante, a simples contribuição dos instrumentos camponeses ao fundo comum dos kolrózes produz efeitos com os quais nem sequer sonharam nossos especialistas práticos. Em que se acusam estes efeitos? Em que a passagem dos camponeses aos kolrózes traduziu-se num aumento de 30, 40 e 50 % da superfície de cultura. Como explicar-se estes efeitos "vertiginosos"? Pelo facto de os camponeses, sob o regime do trabalho individual, se terem convertido, ao contribuir com seus instrumentos de trabalho para os kolrózes e agrupar-se nestes em força poderosíssima. Pelo facto de os camponeses, ao abraçar o regime coletivo, terem adquirido a possibilidade de trabalhar as terras que sob o regime de trabalho individual eram dificilmente cultiváveis, as terras baldias e a terra virgem. Pelo facto de os camponeses terem obtido a possibilidade de tomar as terras baldias em suas mãos, a possibilidade de pôr em exploração as terras incultas, os pedaços de terra abandonados, os lindeiros, etc.

O problema do cultivo das terras abandonadas e da terra virgem tem enorme importância para nossa agricultura. Como sabeis, nos tempos idos, o problema agrário era o eixo do movimento revolucionário na

Rússia. E o movimento agrário tinha por uma de suas finalidades acabar com a escassez de terras. Havia, então, muitos que julgavam que a escassez de terras era absoluta, isto é, que, na URSS, já não havia terras livres, aptas para o cultivo. Que demonstrou a realidade? Demonstrou, e hoje é evidente para todos, que na URSS havia e há dezenas de milhões de hectares de terras livres. O que acontecia era que os camponeses de então não tinham, com seus pobres instrumentos de trabalho, a mínima possibilidade de cultivá-las. Precisamente por isso, porque não estavam em condições de cultivar a terra virgem e as terras abandonadas, concentravam-se sobre as "terras fáceis", sobre as terras de propriedade dos latifundiários, que eram as que o camponês podia cultivar com seus apeiros e seu trabalho individual. Nisto é que consistia a base da "escassez de terras". Não é, pois, estranho que nosso "Truste de Cereais" esteja hoje em condições de pôr em exploração vinte milhões de hectares de terras livres, não ocupadas pelos camponeses e que teria sido impossível cultivar sob o regime do trabalho individual e com os apeiros da pequena economia camponesa.

A importância do movimento kolroziiano em tôdas as suas fases — tanto na primária como na mais avançada, na fase em que já está dotada de tractores — fundamenta-se em que, graças a êle, os camponeses podera pôr em exploração as terras abandonadas e a terra virgem. Nisto está o segredo do formidável aumento da superfície de sementeira logo que os camponeses passam ao regime do trabalho coletivo, e nisto reside uma das causas da superioridade do regime kolroziiano sobre a economia camponesa individual.

E' desnecessário acrescentar que esta superioridade dos kolrózes sobre a economia camponesa individual será mais indiscutível quando êstes kolrózes, de tipo primário, que existem nos distritos de coletivização total, contarem com o auxílio de nossas estações e colunas de máquinas e tractores e quando os próprios kolrózes puderem concentrar em suas mãos os tractores e a maquinaria agrícola combinada". (Stálin — Do discurso pronunciado na Conferência dos Técnicos Agrários Marxistas -- "in" *A Questão Agrária*, de Lênin, págs. 239-44 — Edit. Calvino Ltda., 1945).

A VERDADEIRA DEMOCRACIA — ... "a liberdade de igual oportunidade social, sob uma condição social igual, eis a verdadeira democracia. A democracia política pouco vale, se não existe a democracia social, e pouco, também, esta valerá se aquela se extinguir. Mas a primeira, por si só, será sempre a divisão entre explorados e exploradores, numa sociedade cuja suprema divindade pagã se chama lucro. E' preciso lançar por terra o falso deus. O mundo não pode continuar dividido entre os que têm e os que não têm. O dinheiro não pode continuar a ser, como tem sido, a medida de tôdas as coisas, transformado de meio de troca em instrumento de poder." (João Mangabeira).

Para Compreender e Interpretar Marx por Sidney Hook

CAPÍTULO XIX

DITADURA E DEMOCRACIA

Um crítico de Marx observou certa vez que os verdadeiros partidários da democracia não são tão opostos às idéias de Marx quanto as associações emocionais de palavras pelas quais êle as exprimia. Para a exatidão de sua observação, o crítico esqueceu, infelizmente, de considerar a possibilidade das palavras terem podido adquirir essas associações por causa das idéias que exprimiam. Mas há um princípio essencial da filosofia política de Marx, ao qual, até certo ponto, essa observação pode ser aplicada. E' a "ditadura do proletariado".

Ditadura, na linguagem popular, é sinônimo de despotismo, autocracia e absolutismo. E, contudo, há, na história, ditaduras *dirigidas* contra o absolutismo e a autocracia, como as de Cromwell e de Robespierre. Essa concepção popular traz em si a noção de ilegalidade. As constituições das Repúblicas da antiga Roma e da Alemanha moderna reservam, contudo, provimentos "legais" para uma ditadura e até os golpes de Estado de Napoleão o Grande e Napoleão o Pequeno foram confirmados por um plebiscito popular (1). Uma ditadura, dirão, é essencialmente pessoal; a história, contudo, conhece ditaduras de triunviratos, de organizações religiosas e de partidos políticos. Mas nenhuma dessas noções populares pode servir de índice para saber o que Marx quiz exprimir com a noção da "ditadura do proletariado". Ela deve ser considerada como parte integrante de sua filosofia da história e de sua teoria do Estado.

1 — *Que é ditadura do proletariado?*

A chave para compreender a concepção de Marx da "ditadura do proletariado" nos é dada pelo próprio Marx na sua carta a Weydemeyer, de 12 de março de 1852.

(1) Poder-se-ia acrescentar, entretanto, o de Hitler. E' verdade, por outro lado, que um plebiscito, feito em condições de terror e pressão moral, não tem significação alguma e é organizado, quasi unicamente, para servir de propaganda no exterior. (N. do T.)

"Quanto a mim, a honra de ter descoberto a existência de classes na sociedade moderna ou de suas lutas recíprocas não me cabe. Historiadores burgueses mostraram, muito antes de mim, o desenvolvimento dessa luta de classes, e economistas burgueses expuseram a anatomia econômica das classes. O que acrescentei teve por fim provar: 1.º, que a existência de classes está ligada apenas a certas lutas históricas no decorrer do desenvolvimento da produção; 2.º, que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; e 3.º, que essa ditadura mesmo não é mais que uma transição para a abolição definitiva de todas as classes e para uma sociedade sem classes."

Está claro, aqui, que a "ditadura do proletariado" é o domínio não de um indivíduo, de um grupo ou de um partido, mas de uma classe sobre outra. Ela não se opõe à "democracia", mas à "ditadura da burguesia". As formas políticas que impõem uma ditadura são diversas, mas o que todas as ditaduras têm em comum é a posse do poder do Estado, que é empregado em benefício do interesse econômico dominante. A base decisiva da autoridade do Estado é, como vimos, o poder físico; sua função específica: a conservação da ordem econômica. Uma ditadura, então, no sentido marxista do termo, não é reconhecida pelo nome que lhe dão seus juristas, mas pelas manifestações objetivas de repressão na sua vida social e política. Onde quer que encontremos um Estado, encontraremos uma ditadura. Aquêle que é partidário de um Estado proletário é partidário de uma ditadura do proletariado. Eis o pensamento de Marx.

Esse pensamento está em relação exata com os factos da vida política? Não despreza diferenças importantes entre as diversas formas de "ditadura burguesa", por exemplo, as diferenças entre Monarquia e República, sufrágio limitado e sufrágio universal? Marx não nega a existência dessas diferenças nem sua importância para a estratégia política diária do proletariado. Afirma, entretanto, que essas diferenças nada têm a ver com as realidades fundamentais da desigualdade social, que são comuns a todas as formas políticas da ditadura burguesa. Para compreender isso, devemos examinar de mais perto a análise que Marx fez da "ditadura burguesa".

2 — A ditadura da burguesia

Numa sociedade dividida em classes, a igualdade social é impossível; sem igualdade social, apenas a forma política e não a substância da democracia pode existir. Na sociedade burguesa, as questões mais importantes, que tocam a vida das massas laboriosas — as condições sociais nas quais vivem, suas possibilidades de emprego, seus salários — são determinadas, em sua maior parte, por factores extra-políticos. O banco, a usina e o mercado controlam os verdadeiros direitos do trabalhador à vida, porque controlam seus meios de vida. Esse controle não é "mau" nem deliberado, mas é consequência automática das relações de propriedade existentes (2).

(2) Mesmo quando o controle é consciente, o motivo não é pessoal, mas provém do interesse "objetivo" dos negócios. O Sr. Grace, presi-

As instituições políticas "representativas" não podem controlá-los, por sua vez, porque, no quadro do modo de produção capitalista: 1.º, as instituições políticas não podem ser "verdadeiramente" representativas, uma vez que não estabelecem o controle democrático da vida econômica; 2.º, as tendências para a centralização da indústria e para a concentração da riqueza não são consequências do regime político, mas tendências inerentes à ordem econômica e não podem ser detidas; e 3.º, a posse do poder econômico dá domínio quase completo sobre a direção, o programa e a ação dos partidos políticos pelo controle dos fundos destinados às campanhas políticas, dos órgãos de opinião "pública" e do orçamento nacional. O resultado é uma indiferença muito difundida entre os trabalhadores para as questões políticas, exceto nas ocasiões espetaculares, quando lhes dão, de tempos em tempos, a oportunidade de "decidir que membro da classe dominante deve representá-los no Parlamento" (Marx). A política torna-se um anexo dos negócios e os princípios da moralidade pública são deduzidos da prática comercial coroada de sucesso.

As ditaduras burguesas podem exprimir-se por diferentes formas de governo. Essas diferenças são muito importantes para a tática da classe operária. Deve-se orientar em todos os lugares uma luta pelo sufrágio universal, não para modificar a natureza da ditadura do capital, mas para eliminar as questões que vêm da confusão e permitir que a questão da propriedade passe claramente ao primeiro plano. "Em parte alguma, a questão da igualdade social impõe-se mais fortemente do que nos Estados orientais da América do Norte, escreveu Marx em 1847, porque em parte alguma ela está menos oculta pela questão da igualdade política." (*Gesamtausgabe*, I, 6, p. 309.)

Vinte e cinco anos mais tarde, na sua *Crítica ao Programa de Gotha*, repetiu: "...A democracia vulgar que, na República democrática, vê a chegada do milênio e não suspeita que é sob essa última forma estatal da sociedade burguesa que se travará a suprema batalha entre as classes." (Bureau d'Éditions, Paris, p. 34.)

A existência de uma democracia política formal é acompanhada por expressões mais agudas de luta de classes entre o proletariado e a burguesia porque não resta agora sinão uma só pergunta em jogo: o homem deve continuar a servir à propriedade, ou bem a propriedade, pela

dente da Bethlehem Steel Corporation, depondo perante a comissão Lockwood, admitiu que os fabricantes de aço obrigavam os construtores de Nova York e de Filadélfia a aceitar a seguinte condição: "Que poderiam comprar aço somente se utilizassem trabalhadores nas condições de *open shop*" (quer dizer, se se opusessem a todo sindicato na usina ou obra). Declarou que esse era um programa nacional. O Sr. Grace respondeu ao Sr. Untermeyer, que lhe perguntou se uma ordem semelhante por parte de fabricantes não era tirânica, que: "Se os homens de negócios compreenderem que isso é para proteger seus interesses, e na linha do que eles consideravam o justo programa em favor dos seus interesses, não considerarei isso como uma tirania, mas como uma auto-defesa". (*New-York Times*, 15 de dezembro de 1920.)

primeira vez depois do nascimento da civilização tradicional, servirá o homem? No decorrer da luta de classes, a burguesia é obrigada a abandonar suas próprias garantias políticas formais toda a vez que a santidade da propriedade privada e a autoridade do Estado estão em perigo. A ditadura não fica mais oculta, mas, pelo contrário, se descobre. A lei marcial é proclamada, a liberdade de imprensa e de reunião é abolida, as minorias não são protegidas, a menos que aceitem a dominação burguesa e a corda de cânhamo substitui a corrente de ouro como medida de repressão. Na ausência de pressuposições *sociais* objetivas de igualdade, a pressão formal da igualdade *política* — embora deva ser empregada ao máximo — revela-se insuficiente para toda a transformação social fundamental.

A democracia burguesa não é o oposto da ditadura burguesa é uma de suas formas. É a ditadura de uma minoria da população sobre a maioria, minoria que não é definida pelo número de vozes emitidas, mas pelo número dos que possuem os meios de produção. A democracia burguesa pode ser parlamentar, e ser, entretanto, uma ditadura; ela pode ser parlamentar e ser, ao mesmo tempo, como Marx disse da República francesa de Luis Napoleão, “um governo não disfarçado de terrorismo de classe”.

Segundo Marx, a verdadeira democracia somente é possível numa sociedade em que as classes não existam; em que, em virtude da administração coletiva dos meios de produção, uma moral social objetiva harmonize os interesses dos homens e estabeleça os fins do processo social. Por causa disso, a verdadeira democracia não pode ser nem a democracia burguesa (ditadura), nem a democracia proletária (ditadura). Mas, como se pode atingi-la? Únicamente substituindo a ditadura da burguesia, que declara ser a expressão perfeita e eterna da democracia, pela ditadura do proletariado, que se considera passageira e aplaina o caminho para o comunismo.

3 — As tarefas da ditadura do proletariado

Na sua análise crítica do Programa de Gotha, Marx escreveu: “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período da transformação revolucionária da primeira na segunda, à qual corresponde um período de transição política, em que o Estado não saberia ser outra coisa mais do que a *ditadura revolucionária do proletariado*.”

O comunismo não sai já desenvolvido da estrutura da sociedade capitalista, porque esta última cria apenas as premissas do comunismo. O proletariado deve fazer o resto. Quando uma situação revolucionária se apresenta, ele toma o poder com a ajuda dos outros grupos oprimidos da população. Depois de ter conquistado o poder, deve organizar-se para mantê-lo contra os ataques quasi certos que serão desencadeados contra ele do interior e do exterior. Serve-se do poder para realizar as medidas de socialização e de educação cultural que conduzem ao comunismo. Essa organização do poder é conhecida como a “ditadura do proletariado”.

A ditadura do proletariado, como todas as ditaduras, está baseada na força. Mas não é sem lei ou irresponsável. Seus atos são estritamente

determinados pela necessidade revolucionária. Justifica o que faz por princípios que, nesse meio tempo, codifica, como o fazem outros Estados. Aos olhos dos que sofrem por sua aplicação, esses princípios são considerados infames e contra a natureza, — julgamento feito pelos que perderam o poder (3). Mas, em todo caso, os princípios revolucionários fazem um apelo maior à integridade, coragem, energia e inteligência dos que os professam, do que os princípios que foram substituídos.

A primeira tarefa que a ditadura proletária deve cumprir é esmagar todos os movimentos contra-revolucionários existentes ou em estado potencial. Sem o que, não poderá sobreviver e será mergulhada num banho de sangue que, como demonstra a experiência histórica, ultrapassará tudo de que o proletariado será capaz. Marx frisou sempre as lições das jornadas de Paris em junho de 1848, de outubro do mesmo ano em Viena, e as mais sangrentas, as jornadas de maio, depois da queda da Comuna em 1871 (4). O terror revolucionário é a resposta do proletariado ao terrorismo político da contra-revolução. Sua crueldade depende do grau de resistência que encontrar. *Seus atos não são excessos, mas medidas de defesa*. As tragédias bem maiores às quais põe fim são sua justificação histórica. Foi como resultado de seus estudos sobre a revolução vitoriosa de 1793, que jamais teria vencido sem o Terror, e de suas experiências das revoluções sem sucesso de 1848 e do seu epílogo sangrento, que Marx escreveu:

“Os massacres estereis depois das jornadas de junho e outubro, os alegres sacrifícios das vítimas, prolongados depois de fevereiro e março, o canibalismo da contra-revolução, convencerão o povo que não há sino um meio pelo qual a agonia mortal da velha sociedade e as sangrentas dores do nascimento da sociedade nova podem ser abreviadas, simplificadas e concentradas, — um único meio, — o terror revolucionário.” (*Aus dem litterarischen Nachlass von Marx und Engels*, Bd. III, p. 199.)

A supressão da contra-revolução é a primeira das tarefas que devem ser cumpridas pela ditadura do proletariado, mas não é a mais importante. Os problemas da reorganização econômica e da educação são os mais fundamentais. As bases materiais da nova ordem social deverão já estar colocadas no regime capitalista, mas só o marxismo mecânico — avesso da utopia fantástica — pode crer isso significasse que, quando a revolução acontecer, a socialização máxima do processo de produção estará acabada, os mecanismos de distribuição suficientes estarão necessariamente disponíveis, e até os pequenos produtores independentes, camponeses e artesãos terão desaparecido. Se a coisa fôsse assim, não haveria nenhuma necessidade de revolução; o capitalismo ruiria por si mesmo. Mas esse desmoronamento estará bem longe da inauguração do socialis-

(3) “No momento, pareceis saídos completamente do caminho reto da natureza. A propriedade não governa mais a França.” (Edmond Burke — *Letters on the French Revolution, Works*, vol. II, p. 325.)

(4) Poder-se-iam acrescentar também os massacres finlandeses, os de Cantão, as jornadas de fevereiro e outubro de 1934 em Viena e nas Astúrias. (N. do T.)

mo. Porque, antes que o capitalismo tenha podido desenvolver-se a tal ponto, teria, depois de muito tempo, aniquilado todo movimento *ativo* e independente da classe operária. O desmoronamento do capitalismo significará um caos social absoluto.

Tendo tomado o poder com a ajuda da pequena burguesia e do campesinato descontente, a ditadura do proletariado leva as tendências da produção capitalista à sua conclusão lógica, de maneira a assegurar as bases da sociedade socialista. No decorrer do processo de reconstrução, deve prestar bastante atenção para evitar que as tendências políticas de seus aliados — dos quais a posição intermediária na produção gerou uma ideologia que é mais anti-capitalista do que pró-socialista — dêem como resultado um programa exigindo uma pequena produção independente, uma descentralização administrativa completa e outras medidas não socialistas. Deve-se naturalmente fazer concessões a esses grupos, mas apenas temporárias ou, mais exatamente, apenas em relação com um programa de ação social que, neutralizando os efeitos anti-sociais dessas concessões, as torna supérfluas com o tempo. A esse respeito, as exigências da situação específica ligadas aos princípios fundamentais do programa ditam o que pode ser feito e o que não pode.

A força do hábito é mais poderosa e mais insidiosa do que a força das armas. Depois do fim da primeira vaga de entusiasmo revolucionário, os hábitos tradicionais da velha ordem, incorporados ao sub-consciente pelos instrumentos educativos do capitalismo, reaparecem. Com o tempo, o processo de reconstrução social efetuará uma transformação psicológica; nesse meio tempo, as conseqüências dos móveis anti-sociais podem trazer obstáculos sérios à execução do programa.

Por causa disso, deve-se fazer um esforço para vencer o atraso das massas. Deve-se encorajar novos estimulantes de conduta e divulgar novos valores morais. A formação de uma consciência de possibilidades criadoras de uma ordem capitalista deve ser ajudada de todas as maneiras — e o sistema educativo refeito à luz dos novos objetivos sociais.

A dificuldade relativa dessas tarefas variará segundo os diferentes países, mas, se a conjectura de Marx é correta, elas não podem ser executadas em menos de uma geração. A ditadura do proletariado, para sobreviver, deve combater em todas as frentes. Lênin, que estudou não apenas a teoria da ditadura do proletariado mas que a provou também na prática, escreveu:

“A ditadura do proletariado é uma luta feroz, persistente, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças e as tradições da velha sociedade. A força do hábito em milhões e dezenas de milhões de homens é a força mais terrível. (*A doença infantil do comunismo*, Edit. Soc. Intern., Paris, pág. 33.)

4 — Os órgãos da ditadura do proletariado

A ditadura do proletariado não quer dizer despotismo. Exprime-se por instituições representativas das quais o modelo fundamental foi esbo-

çado pela primeira vez na organização política da Comuna de Paris. Marx dizia da constituição da Comuna de Paris:

“É essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta da classe dos produtores contra as classes dos açambarcadores, a forma política finalmente descoberta com a ajuda da qual se pôde realizar a emancipação econômica do trabalho.” (*A guerra civil na França*, Bureau d'Éditions, Paris, p. 80.)

As instituições representativas projetadas pela Comuna — que anunciaram os Soviets russos de 1905 e de 1917 — diferiam das instituições representativas da democracia burguesa em muitos pontos. Em primeiro lugar, uma vez que os meios de produção, a terra e o capital deveriam ser socializados, o governo deveria ser um governo de *produtores*. Todas as funções administrativas deveriam, então, ser remuneradas com salários iguais aos dos operários. Em segundo lugar, todos os eleitos para os corpos representativos, poderiam ser interpelados a qualquer momento pelos que os elegeram. Em terceiro lugar, a Comuna deveria ser, segundo as palavras de Marx, “uma instituição de trabalho e não parlamentar, executiva e legislativa ao mesmo tempo”. Isso tornava os funcionários mais sensíveis às necessidades dos seus representados e mais capazes de verificar e de coordenar suas funções administrativas com o processo de produção. Em quarto lugar, a fonte do poder deveria ser “a nação armada” e não um exército especial.

A lógica desse esquema foi completada no sistema soviético de 1917, no qual a unidade representativa passou de uma base territorial para uma base de ocupação profissional — idéia já expressa na América, em 1904, por Daniel de Leon.

Apesar disso tudo, a Comuna ou o Soviet são sempre um Estado, quer dizer, uma ditadura. Exercem seu poder repressivo contra os elementos da população que opõem resistência à transformação da sociedade numa comunidade socialista cooperativa. Ainda não são, portanto, uma verdadeira democracia. Aproximam-se, contudo, mais da verdadeira democracia do que toda democracia política anterior, no sentido de que são uma ditadura de produtores sobre os não-produtores e, por causa disso, de uma maioria sobre uma minoria. Os princípios da verdadeira democracia prevalecem nas fileiras dos produtores; além disso, suas atividades têm por fim tornar supérfluas suas próprias funções repressivas. Esta é a justificação do seu emprego.

Mas, numa sociedade sem classes, haverá conflitos entre a maioria e a minoria da população? Como serão solucionados? Pela força? Mas, por definição, o Estado — órgão de repressão — não existe mais. Pacificamente? Então, por que os conflitos entre maioria e minoria não podem ser resolvidos sem atos de repressão antes mesmo do desaparecimento do Estado? Estas perguntas despresam novamente o caráter distintivo das oposições de classe. O Estado proletário não se apresenta como uma verdadeira democracia. Ele declara francamente que nenhuma verdadeira democracia é possível onde uma maioria *reprime* a minoria. Numa verdadeira democracia — devida à homogeneidade de interesses produzida pela ausência de divisões de classes econômicas — a minoria, depois de discussão e decisão, subordina-se *voluntariamente* à maioria. Numa demo-

cracia dividida em classes — burguesa ou proletária — as premissas de homogeneidade social faltam e a sociedade é dividida em dois campos hostis sem possibilidade de arbitragem. Uma vez que não se possa acreditar que a classe subordinada se submeta voluntariamente, o poder do Estado é necessário. Se algum dia, numa democracia dividida em classes, o grupo controlando o Estado o empregar na defesa dos interesses da classe que suas instituições econômicas oprimem, ou se, algum dia, numa verdadeira democracia, se apresentar uma situação em que uma minoria recorra à força para combater a decisão da maioria, se isso acontecer, a teoria marxista deverá ser revista.

Outra pergunta. Que garantia haverá de que, depois da eliminação do inimigo de classe da cena social, desaparecerá a ditadura proletária ou que ela não dará lugar a uma nova espécie de ditadura — a ditadura de dirigentes sobre seus dirigidos? Uma forma de opressão não será substituída por outra? Robert Michels desenvolveu esse ponto num sistema inteiro de sociologia. “A natureza de toda organização — principalmente das organizações políticas — é tal que elas não podem funcionar sem dirigentes. Com o tempo, oposições, análogas às de entre as classes, aparecem entre os chefes e seus dirigidos. O poder dos dirigentes, que decorre do controle da máquina do partido, permite-lhes constituírem-se numa verdadeira oligarquia que se perpetua. Onde prevalecem as formas democráticas, os dirigentes, por causa do seu controle sobre as posições estratégicas na burocracia política, podem fazer-se eleger de novo “legalmente” para o poder. Se são derrubados por levantes de massa organizados, os dirigentes dos levantes — os que reuniram as massas — tomarão então seus lugares. Uma nova burocracia nasce e o processo continua sempre.” (*Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*, Leipzig, 1925.)

Michels chama isso “a lei de bronze da oligarquia” e sustenta que ela é válida para todas as sociedades. Conclui, então, que “os socialistas podem ser vitoriosos, mas o socialismo (a verdadeira democracia) jamais”. A história será a passagem de um grupo de políticos a outro.

E’ inegável que serão sempre possíveis abusos pessoais de poder. Mas o que Michels esquece são as premissas sociais e econômicas das tendências oligárquicas dos governos do passado. A direção política nas sociedades divididas em classes significa poder econômico. A educação e a tradição encorajam em certas classes as tendências para uma autoafirmação cubigosa e procuram ao mesmo tempo matar nas massas todo interesse pela política. Numa sociedade socialista, em que a direção política não é sinão função administrativa, que não traz consigo um poder econômico, no qual o processo de educação se esforça por dirigir as tendências psicológicas de autoafirmação para “equivalentes morais e sociais” da ambição oligárquica, na qual o monopólio da educação por parte de uma classe foi abolido e a divisão do trabalho entre trabalhadores manuais e intelectuais é eliminada progressivamente, o perigo de que a “lei da oligarquia” de Michels se exprima em sua forma tradicional desaparece. Ademais, a organização das comunas ou dos Soviets exige que todos os produtores sejam, no decorrer do seu trabalho, levados a uma “ação de planificação social” da sociedade. Necessariamente, devem,

assim, tornar-se politicamente conscientes. Onde a consciência política é amplamente difundida e os meios de produção possuídos em comum, a burocracia não pode florescer. Durante períodos limitados, especialmente no período imediatamente posterior à revolução, podem aparecer defeitos, mas é impossível predizer a forma específica de que se revestirão.

Essa possibilidade simples e abstrata é, entretanto, base demasiadamente frágil para a pesada construção social que Michels quiz erigir.

5 — Comunismo e democracia

Críticos hostis ao marxismo chamaram-no freqüentemente o último sistema do socialismo utópico. O marxismo, disseram, encara a ordem social do futuro como uma ordem na qual não haverá privações materiais nem constrangimento político, na qual os seres humanos serão impelidos apenas por objetivos altruísticos. E’ um sonho milenar. Por outro lado, outros críticos afirmaram que o marxismo é a última expressão teórica do capitalismo, que ele retoma os mesmos valores e os mesmos objetivos de conduta humana e não dá nenhuma indicação de critérios de uma sociedade desejável. Os mesmos males, lembram eles, podem ser produzidos por causas diferentes. A menos que a humanidade seja guiada por uma série de valores sociais mais perfeitos do que os ilustrados hoje pela luta de classes, a avareza, a crueldade e a vulgaridade da cultura contemporânea reaparecerão sob uma forma diferente na cultura de amanhã.

As duas críticas — que se anulam reciprocamente — não são fundamentadas porque partem de duas premissas teóricas que são inteiramente estranhas ao marxismo. Ambas supõem que existem valores éticos e são providos de sentido independentemente do contexto social e histórico concreto. Os críticos da primeira escola, baseados na falsidade e inaplicabilidade numa sociedade dividida em classes de todos os velhos esquemas de moral “universal” e “verdadeiramente humana”, sustentam que jamais será possível qualquer sistema objetivo de moral social (5). A segunda escola deseja estabelecer, desde já e em todos os seus detalhes, um sistema de moral que não pode ser realizado e cumprido sinão após a transformação das condições sociais. Ademais, as duas escolas pressupõem o advento do comunismo imediatamente após a revolução e esquecem os efeitos graduais da influência recíproca entre os ideais humanos e a existência social resultante da ação de socialização. Não encaram a expe-

(5) Esta é uma forma generalizada e ilícita da crítica específica feita por Marx de toda moral “sem classe” numa sociedade dividida em classes. Marx escreveu, sobre o humanitário Heinzen: “O Sr. Heinzen declara não se ocupar da burguesia ou do proletariado alemão. Seu partido é o “partido da humanidade”, quer dizer, de entusiastas nobres e generosos que sustentam os interesses da “classe média” mascarados em ideais “humanos”, sem jamais compreender a relação entre a frase idealista e seu núcleo real”. (*Gesamttausgabe*, I, 6, p. 321.)

riência social como um processo educativo e transformativo, no decorrer do qual os próprios móveis e ideais humanos são modificados sob o contrôlo das instituições sociais.

Segundo a filosofia marxista, a substância — a verdadeira significação dos ideais morais — é função de uma situação concreta no decorrer do processo do desenvolvimento histórico. Os ideais devem ser determinados de novo, de tempos em tempos, em relação ao que se tornou possível pelas forças de produção e ao que os homens *querem* como desejável. Marx, portanto, jamais invoca uma teoria ética baseada em direitos naturais. A única invariável ética formal que reconheceu foi o desejo de “melhoria” por parte do homem. Nas sociedades divididas em classes encontra-se apenas morais de classe, porque, justamente como “o bom” de uma classe é “o mau” de outra classe, “o melhor” da primeira é o “pior” da segunda. Isto é verdadeiro de uma maneira evidente, principalmente para critérios políticos tais como liberdade, igualdade e democracia. Desde que damos um conteúdo concreto a esses termos, verificamos que o que a liberdade é para uma classe significa escravidão de salário para uma outra; que o que a democracia é para uma classe não é mais do que a máscara formal da ditadura para uma outra.

Depois da revolução socialista, a moral social só gradualmente perderá seu caráter antinômico, porque as classes não serão abolidas imediatamente. Mas as divisões de classe não tocarão a quasi totalidade da população, uma vez que esta será formada por produtores. A consideração principal que determinará, portanto, os princípios de justiça, na base dos quais a riqueza social será distribuída, será o nível que a *produção* socialista tiver atingido. Mesmo no regime comunista, princípios abstratos de justiça não serão suficientes por si mesmos para resolver os problemas específicos da distribuição.

O Marx melhor e mais realista é encontrado na sua discussão dos princípios que devem guiar a distribuição da produção social no regime comunista. Ele evita a moralidade abstrata dos utópicos e ultrapassa a moral do *statu quo*. Esta questão está ligada ao problema da democracia. Uma vez que não pode haver igualdade sem uma “justa distribuição” e uma vez que, sem igualdade social, a democracia política não é, segundo a crítica de Marx, mais do que uma forma vazia, sua análise da “justa distribuição” faz parte de sua análise da democracia. Encontra-se essa discussão na sua *Crítica do Programa de Gotha*.

O “direito ao produto integral do trabalho” foi sempre uma reivindicação dos socialistas utópicos. Por causa da influência do pensamento de Lasalle, uma variante dessa reivindicação introduziu-se na plataforma do partido social-democrata alemão. Essa variante exigia um sistema social em que “os produtos do trabalho (*Arbeitsertag*) pertencessem integralmente e por direitos iguais a todos os membros da sociedade”. A condição primária do seu pedido é que a revolução social já tenha sido realizada.

Marx revidou por ser evidentemente impossível numa tal época recompensar “todos os membros da sociedade”, *inclusive os que não trabalham* e, ao mesmo tempo, dar aos que trabalham o produto integral do seu trabalho. Se se quer dizer que apenas os que trabalham devem

receber o produto integral do seu trabalho, enquanto que os que não trabalham podem morrer de fome, deve-se, então, abandonar toda a fraseologia desses dois grupos referente aos “direitos iguais”. Por outro lado, não há senso nenhum em pedir que os que trabalham recebam o produto integral do seu trabalho, porque: a) o produto é *social* e cooperativo e não privado e individual; b) deve-se dedicar parte do produto social à substituição dos meios de produção gastos, ao crescimento da produção, etc.; c) deve-se dedicar parte às despesas administrativas e educativas, e à higiene pública; e d) deve-se retirar parte para a manutenção dos que são *incapazes* de trabalhar.

Levando-se em conta essas retiradas, o princípio de distribuição no primeiro período da sociedade comunista — sociedade que, como disse Marx, não se desenvolveu sobre “suas próprias bases, mas veio, pelo contrário, de *sair* da sociedade capitalista” — consiste nisto: *Cada indivíduo deve ser recompensado proporcionalmente ao que produziu*. O que produziu é medido pela duração do seu trabalho.

“O produtor recebe, portanto, individualmente — uma vez feitas as retiradas — o equivalente exato do que deu à sociedade... Recebe da sociedade um vale declarando que ele forneceu um tanto de trabalho... e, com esse vale, retira dos estoques sociais uma quantidade de objetos de consumo correspondente ao valor do trabalho. A mesma quantidade de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a sob uma outra.” (*Crítica do Programa de Gotha*, Bureau d'Éditions, Paris, p. 23.)

Marx acrescenta que isso ainda não é a verdadeira democracia ou justiça social. É, entretanto, o máximo que se pode atingir numa “sociedade que, sob todos os aspectos: econômico, moral e cultural, tem ainda os estigmas da velha sociedade, dos flancos da qual saiu”. Não é a verdadeira justiça porque torna possível a desigualdade de salários. A... , que possui uma grande força natural, pode produzir, no mesmo lapso de tempo, com menos esforço, o dobro do que B... Se recebe um salário duas vezes maior do que o de B... , este é prejudicado por causa de sua debilidade natural, pela qual é tão responsável quanto A... da sua força. Ou, então, A... e B... podem produzir a mesma quantidade e receber a mesma recompensa, e, assim mesmo, pode haver desigualdade porque B... é chefe de família e A... não o é.

A... e B... são iguais perante a lei da nova sociedade porque, juntos, com seus camaradas produtores, possuem e controlam os meios de produção. Há, nisso, um progresso bem definido sobre o capitalismo. Mas não é ainda comunismo. Em relação à *distribuição*, uma pessoa pode ser mais rica do que outra e certos grupos podem gozar de um nível de vida mais alto. Isso não constitui um perigo para a ordem social, porque a propriedade dos meios de produção será comum. Mas os estimulantes e os objetivos da velha ordem terão sobrevivido até essa época. A possibilidade de desordem será real. Certos vestígios do aparelho do Estado serão, portanto, necessários para proteger a paz. Dever-se-á ainda empregar alguma coação. O princípio de que cada um tem um direito igual ao que produziu (e não ao que tem necessidade) só é então justo nas condições sociais nas quais as forças produtoras ainda não foram desenvolvidas até um ponto, onde, por um trabalho puramente voluntário, as necessidades

fundamentais de cada um podem ser satisfeitas. Mas, embora "justo" em semelhantes circunstâncias, o princípio do direito igual ainda é um vestígio do capitalismo.

"O direito igual é, então, pelo menos aqui, em princípio, o direito capitalista... o direito igual fica sempre confinado nos limites capitalistas..."

Mas um indivíduo supera física ou intelectualmente um outro, fornece, portanto, no mesmo espaço de tempo, mais trabalho, ou pode trabalhar mais tempo, e o trabalho, para servir de medida, deve ter sua duração ou sua intenção determinadas, sinão cessará de ser unidade.

O direito igual é um direito desigual para um trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque todo homem não é mais do que um trabalhador como outro; mas reconhece tácitamente a desigualdade dos dons individuais e, por conseguinte, capacidades produtivas como privilégios naturais. É, portanto, em sua substância, um direito fundado na desigualdade, como todo direito. Por sua natureza, o direito só pode consistir no emprêgo de uma mesma unidade; mas os indivíduos desiguais (e estes não seriam diferentes se não fôsem desiguais) só são mensuráveis segundo uma unidade comum na medida em que se os considera de um mesmo ponto de vista, em que se os apreende sob um aspecto determinado, por exemplo, no caso presente, em que se os considera como trabalhadores, nada mais e independentemente de todo o resto. Outra coisa: um operário é casado, outro não o é; um tem mais filhos do que o outro, etc., etc. Para a igualdade de trabalho, e, por consequência, para a igualdade de participação no fundo social de consumo, um recebe então, efetivamente, mais do que o outro, etc. Para evitar tôdas essas dificuldades, o direito deverá ser não igual, mas desigual.

"Mas essas são dificuldades inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, uma vez que ela saiu da sociedade capitalista após longa e dolorosa gestação. O direito jamais pode estar num nível mais elevado do que o estado econômico e do que o grau de civilização social que lhe corresponde." (*Crítica do Programa de Gotha*, Bureau d'Éditions, Paris, pág. 24.)

Nesse ponto, Marx não dá uma descrição específica e contenta-se em indicar o ideal comunista de distribuição social: *Produção segundo as capacidades de cada um e distribuição segundo as necessidades de cada um*. Não diz nem quando nem como isso será realizado e não afirma mesmo que isso será um dia atingido. Além do que, é um ideal. Mas fornece as condições para sua realização e indicações sobre as fases intermediárias no progresso para o comunismo completo.

"Necessidade" é um termo ambíguo; "recompensa segundo as necessidades" mais ambíguo ainda. As necessidades de um homem podem representar luxo para um outro homem. Salvo, certamente, num paraíso, os homens jamais poderão ser recompensados segundo as necessidades de sua "imaginação". Durante a primeira fase da sociedade comunista, todos os que trabalham receberão com que satisfazer suas necessidades fundamentais — alimento, vestuário, habitação, educação, etc. Mas, por causa da desigualdade de salários, alguns poderão satisfazer necessidades que não são fundamentais. Mais tarde, quando a igualdade de salários fôr

estabelecida, será possível definir novamente: "Necessidades fundamentais" — outro conceito elástico — de tal maneira que incluirá a necessidade daquilo que foi antes considerado um luxo, material ou cultural. Com o aumento da produção aumenta o salário mínimo igual. Mas a igualdade de salário num mundo em que os seres humanos são desiguais implica, como o mostra Marx, na desigualdade. O verdadeiro ideal de igualdade social deve respeitar essas diferenças humanas e tratar de dar a cada indivíduo a oportunidade de se desenvolver segundo seu próprio ideal moral. Isso pressupõe uma tecnologia suficientemente desenvolvida e o processo de educação da nova sociedade suficientemente esclarecida e eficaz a fim de que as bases materiais necessárias para permitir a todos uma escolha de carreira livre sejam produzidas por um trabalho voluntário. Se esse não é o caso, será preciso substituir o princípio da necessidade pelo do mérito, quer dizer, a recompensa particular para o esforço individual.

Marx jamais se ocupou da fase superior do comunismo. A obra e o pensamento de toda sua vida tiveram principalmente por fim a luta contra a mais alta fase do capitalismo. Mas permite-nos vislumbrar um clarão do ideal social que dá mais significação não somente a suas lutas heróicas mas também à luta do movimento internacional da classe trabalhadora, ao qual pertenceu. É um ideal em que o poder diretor é mais importante do que a realização completa:

"Numa fase superior da sociedade comunista, quando a avassaladora subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho tiver desaparecido e, com ela, o antagonismo entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, quando o trabalho se tiver tornado não apenas um meio de viver, mas até a primeira necessidade da vida; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os sentidos, as forças produtivas forem crescendo, e tôdas as fontes da riqueza coletiva jorrarem com abundância, somente então o estreito horizonte do direito burguês poderá ser completamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!" (*Crítica do Programa de Gotha*, Bureau d'Éditions, Paris, p. 24.)

... EM POLÍTICA, para não se errar, é preciso ser-se revolucionário e não reformista. (Stálin — *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, pág. 272.)

"ASINUS, ASINUM FRICAT" — "O conteúdo ideológico e político do oportunismo e do social-chovinismo é o mesmo: ambos substituem a luta de classes pela colaboração de classes; ambos repudiam os meios de luta revolucionária e apoiam os "seus" governos nos momentos difíceis, em lugar de tirar partido dessas dificuldades no interesse da revolução." (*Os princípios do socialismo e a guerra de 1914-15* — Lênin — in *La Guerra y la Humanidad*, pág. 34).

De Tudo, um Pouco...

"O capitalismo transformou-se num sistema universal de opressão colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta, por um grupo de países "avançados". (Lénin — Prólogo à edição francesa de *O imperialismo, etapa superior do capitalismo.*)

"O camponês — diz Lénin — como trabalhador, inclina-se para o socialismo, preferindo a ditadura dos operários à ditadura da burguesia. Mas, como vendedor de seu trigo, o camponês inclina-se para a burguesia, para o comércio livre, ou, seja, volta os olhos para trás, para o capitalismo "habitual", para o velho capitalismo tradicional." (Lénin, tomo XXIV, pág. 314 — *Uma saudação aos operários húngaros.*)

A RELIGIÃO NA URSS — Na União Soviética, existe a mais completa liberdade religiosa. As igrejas estão abertas e não existe a menor intervenção do Estado nos assuntos religiosos. A Constituição garante esta liberdade. Entretanto, quando alguns sacerdotes, fugindo à sua missão religiosa, se intrometem pela política, então eles são tratados politicamente, pois terão deixado de agir como religiosos. O Estado soviético considera que a utilização da religião para servir aos interesses reacionários estrangeiros e imperialistas tira à religião o seu caráter próprio de culto para transformá-la em política. Para esta espécie de "religião", não há liberdade na URSS. (Da entrevista de Otávio Brandão a *Dirretrizes*, em 4-11-1946).

QUE RESULTA DA CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL? — Quanto mais concentrado o capital, mais "alta composição orgânica" ele adquire, de onde menos trabalho terá o proletariado, e, pois, mais miséria dos povos. Diminuindo o consumo *per capita* e aumentando a produção, novas e mais graves crises terá que enfrentar o capitalismo. "Os cartéis e os trusts, unificando a produção, reforçarão, ao mesmo tempo, à vista de todos, a anarquia da produção, a insegurança do proletariado e a opressão do capital, aguçando, deste modo, num grau nunca visto, todavia, as contradições das classes. Que o capitalismo marcha para a bancarrota — tanto no sentido das crises políticas e econômicas isoladas, como no sentido do naufrágio de todo o regime capitalista — vieram demonstrar precisamente, de modo especialmente palpável e em proporções particularmente extensas, os modernos e gigantescos trusts." (Lénin — *Marxismo e Revisionismo.*)

O Que Dizem Nossos Parlamentares

A HORA É DE AÇÃO...

Não somos nós, comunistas, que provocamos, neste momento, em nossa Pátria, num momento tão difícil, tão delicado, em que é necessário, sem dúvida, resolver os mais graves problemas de nosso povo; não somos nós, comunistas, que provocamos discussões, nem divisões ideológicas e filosóficas. Pelo contrário. Dizemos que somos brasileiros, que estamos fazendo política do Brasil; nada temos a ver com a Rússia ou com a União Soviética. São os provocadores que nos obrigam às discussões ideológicas ou filosóficas. Hoje, no Brasil, é necessário resolver os problemas do momento, que aí estão, seríssimos, e que interessam ao progresso, ao bem estar e ao futuro de nossa Pátria. Estes problemas não podem ser resolvidos nem por um homem genial, sózinho, nem por um partido político, ou por uma classe social. São problemas que exigem a união de todos os brasileiros patriotas. E ninguém mais insuspeito do que nós para falar assim, porque nós, marxistas, consideramos a sociedade dividida em classes. As classes não foram inventadas por Marx. E havendo classes sociais, elas se distinguem pela posse dos meios de produção: uma que tem esses meios e outra que os não possui. Isso, forçosamente, leva à luta de classe, inevitável na sociedade capitalista. Não somos nós que criamos isso, mas os que estão a serviço do capitalismo. Desejamos o socialismo, certos, seguros, porque é convicção profunda, porque é verdade científica de que o capitalismo leva inexoravelmente ao socialismo. Nós, comunistas, não lutamos hoje pelo socialismo no Brasil.

Não é esse nosso programa. Não é essa nossa posição.

Nós, comunistas, do Brasil, lutamos para liquidar todo o atraso do nosso povo.

Em documento que escrevi, ainda na prisão, e foi publicado, disse que nosso povo, nosso proletariado sofre muito mais do atraso neste país, por esta situação de miséria, por esta indústria miserável, ridícula que temos, por esta situação de penúria em que vivem as massas do campo, exploradas, ainda, pelos vestígios feudais, evidentes nas redondezas das cidades...

Portanto, lutamos pela liquidação desses restos feudais, dêsse atraso, pela solução do problema da terra.

Temos 20 milhões de brasileiros que constituem factor nulo em nossa vida econômica: nada produzem e nada consomem do que é produzido, porque só podemos plantar exclusivamente o necessário para comer. Cumpre-nos trazer esses 20 milhões de indivíduos para a nossa sociedade, para ampliar, para criar nosso mercado interno, para fazer nossa indús-

tria crescer. Porque não devemos formar planos de industrialização se não temos mercado onde colocar os produtos. A indústria de tecidos que aí temos, esta miserável indústria, em 1939, em que situação estava? De super-produção, trabalhando três dias por semana, porque não tinha para quem vender, e, no entanto, o país estava e está nú e a miséria do campo é conhecida.

Necessário é que o brasileiro patriota, seja operário ou patrão, camponês ou fazendeiro, católico, protestante, espírita, ou ateu, tenha a ideologia ou a crença que tiver, resolva este problema sem demora.

Mas, resolver como? Não fazendo revoluções socialistas. Mas rompendo com estes restos do feudalismo. Sou socialista, mas estou convencido de que é através do desenvolvimento rápido, decisivo, do capitalismo no Brasil, que mais depressa chegaremos ao socialismo.

Já não se trata agora da Rússia, do socialismo, mas de solucionar o problema brasileiro, elevar o padrão de vida do nosso povo, dar terra aos camponeses, criar a indústria pesada, desenvolver toda a indústria do país. Isto é que é imprescindível e para isso não é mister ser comunista. Todos os patriotas devem unir-se, porquanto têm obrigação de se darem as mãos e marchar juntos.

Não fomos nós que criamos questões religiosas, ideológicas e de classes. Queremos caminhar com todos; estamos dispostos a isso. Respeitamos as idéias alheias, as crenças de todos e só pedimos que respeitem as nossas, que nos permitam sejamos homens livres, quer dizer, não nos obriguem a silenciar a respeito daquilo que pensamos, mas que nos seja lícito afirmar com coragem e convicção, como homens dignos, aquilo que pensamos seja certo e justo. Os homens podem ganhar-se uns aos outros pela discussão, pela argumentação, não pela força ou pela violência. As idéias não se arrancam pela força. (Carlos Prestes — *Diário da Assembléia*, 26-4-946.)

OPORTUNISMO — “Na dialética da história, a vitória do marxismo no domínio da teoria obriga aos seus inimigos a se *disfarçarem* em marxistas. O liberalismo, podre em seu interior, tenta reviver sob a forma do *oportunismo* socialista. Passa a interpretar o período da preparação para as grandes batalhas, no sentido da renúncia a estas batalhas. Interpreta o melhoramento da condição dos escravos, em relação à luta contra a escravidão assalariada, como se os escravos vendessem por cinco vintens os seus direitos à liberdade. Prêga-se covardemente a “paz social” (isto é, a paz com a escravidão), a renúncia à luta de classe e assim por diante. Os oportunistas tiveram muitos partidários entre os parlamentares socialistas, os diversos funcionários do movimento operário e os intelectuais “simpatizantes”. (Lénin — *Os destinos históricos da doutrina de Karl Marx*, in *Marx, Engels e Marxismo*, pág. 197 — Edit. Calvino Ltda., 1945).

Que Dizem Nossos Jornais

A DESTRUIÇÃO DE MÚ

A civilização de Mú, conforme Churchward, teria atingido o seu apogeu 70.000 anos antes de Cristo, embora tal data aterrorize alguns sábios. Numa época desconhecida, houve erupções vulcânicas, terremotos e inundações marítimas, que devastaram todo o Sul do país. As lavas amontoadas constituem, ao que pensam, a parte superficial de algumas ilhas da Polinésia e da Micronésia. Passadas as manifestações vulcânicas, o Império de Mú teria voltado à sua primitiva prosperidade. A sua destruição ter-se-ia verificado 12.000 a 12.500 anos antes de Cristo.

“A terra tremeu como uma folha de árvore na tempestade. Templos e palácios aluíram sobre o solo e as cidades transformaram-se em montões de ruínas.”

O sol ter-se-ia posto avermelhado entre nuvens de fumo. Durante a noite, Mú desapareceria no abismo com seus 64 milhões de habitantes... Duas grandes ondas teriam rolado sobre as planícies de Mú, encontrando-se no centro, fazendo assim desaparecer, ao que pretende Churchward, a primeira civilização.

A descrição da destruição de Mú encontrada por um neto de Shillemann, sábio de fama mundial, num velho templo budista de Lassa, é a seguinte:

“Quando a estrela de Bal caiu sobre o lugar onde hoje nada mais há, além do mar e do céu, as sete cidades com suas portas douradas e seus templos transparentes tremeram... e eis que uma onda de fogo e fumo rebentou dos palácios. Os gritos de agonia encheram o ar. A multidão pensou encontrar refúgio nos templos e cidadelas e o sábio Mu, o hierático Ra Mu, levantou-se e lhes disse: Não vos tinha eu predito tudo isto? E os homens e mulheres vestidos de roupas brilhantes e cobertos de pedras preciosas pediam: Mu! Salva-nos! E Mu respondeu: Morrereis juntos com vossos servos e vossas riquezas, e de vossas cinzas novos homens nascerão. Se eles esquecerem que são superiores não pelo que acumulam sobre si, mas sobre o que rejeitam, a mesma coisa lhes acontecerá! As chamas e a fumaça extrangulavam as palavras de Mu e os habitantes foram arrastados e mergulharam nas profundidades.”

Assim, diz a lenda, teria desaparecido o Império Mú, a Terra Mater, a Primeira Terra do Homem. (*Correio da Manhã* — 29-12-946.)

NÃO HÁ HISTÓRIA INDOLOR...

“A economia dirigida visa a harmonia de interesses antagônicos, a fim de que a classe que vive do lucro continue a viver do lucro; está vinculada ao Estado burguês. A planificação, ao contrário, busca o equi-

líbrio entre a produção e o consumo, libertando o homem, gradual e geralmente, da luta material pela existência; é inerente ao Estado socialista. E só.

O Estado burguês, em face do agravamento das contradições internas, da sua estrutura, desde muito intervém na produção e no comércio; desde muito, sobrepondo-se ao indivíduo ou ao agrupamento, *para bem de todos*, dirige a economia. A burguesia, julgando escolher o mal menor, resignou-se e o Sr. Humberto Bastos o testemunha. "O princípio da intervenção do Estado no sistema econômico se encontra universalmente aceito. Dirige, portanto. Dirige às cegas, mas dirige. Não poderia, porém, planificar. O *nervus rerum* dessa economia é ainda, e será até o fim, a concorrência"; ora, está por nascer o mago que consiga unificar a concorrência e a planificação. Porque, digamos com Trotski, "a abolição da propriedade privada dos meios de produção é o primeiro requisito, o requisito antecipado, para a instauração da economia planificada".

Entre nós também, por conseguinte, o Estado, que é o Estado burguês, não somente corresponderá ao desejo e ao apelo da burguesia; mais que isso, há muito entrou por esse bom caminho. Seria preciso mostrar-lhe o caráter classista, caráter inerente ao próprio Estado, caráter tão evidente como o caráter estelar do sol?

Não; bastaria, para tanto, um olhar à sua política fiscal. "Os países de economia incipiente necessitam principalmente de investidores", lemos na *Receita Pública, separata* do Relatório da Comissão de Orçamento, de 1942: "cumpre-lhes incrementar a formação e acumulação de capitais". Isto dispensa comentários e esclarecimentos; mas não esgota o assunto. Antepondo o imposto indireto, que grava os pobres, ao imposto progressivo, que grava os ricos, diz o nosso sábio e justo Estado burguês: "Um imposto fortemente progressivo, que drenasse para o Tesouro público parcelas consideráveis da renda nacional, por certo retardaria ou mesmo impediria a acumulação de recursos financeiros em mãos de empreendedores particulares". Depois, orientando-se pela doutrina de Lef-fingwell, que considera "impositiva para os países de fraca densidade econômica", acrescenta sem corar: "Por absurdo que pareça e anti-social que seja, aos países pobres cumpre poupar os habitantes prósperos e dirigir o grosso de seus tributos contra as classes menos aquinhoadas, a fim de permitir e estimular a acumulação de capitais". E, numa fôca canina de clareza, o nosso justo e sábio Estado burguês repiça: "Por outras palavras, devem obter a maior parte dos recursos financeiros necessários aos seus governos por meio de tributação indireta, a qual recai, em cheio, nas classes médias e pobres, universalmente muito mais numerosas do que as classes abastadas". Não trepida em confessar porque o imposto progressivo deve ficar à margem: o imposto progressivo deve ficar à margem, porque "o imposto progressivo é inimigo natural da acumulação de capitais". Isto é, porque limita o superenriquecimento dos ricos. O sistema tributário, pois, deve repousar no imposto indireto. E, mais: "Mesmo no caso de prejudicar fundamentalmente o desenvolvimento econômico da comunidade afetada, ou no de constituir fonte de iniquidade social, tal sistema poderá ser adequado uma vez que produza renda suficiente". Para que prosseguir?

Aí está, implícita e transparente, a marca de classe do Estado; na espécie, o Estado burguês. Não espanta, assim, que, nos seus limites sangrentos, onde nem a *iniquidade* importa, as classes se defrontam e se combatem. E' a grande luta; a velha luta de classes. Mas, essa luta, frisemos, não é, como crê o Sr. Humberto Bastos, uma realidade episódica que "pode ser evitada com medidas dignas". Não; é a própria maneira de ser do desenvolvimento social histórico. A sua base, a sua força motriz. Começou quando terminou a primitiva propriedade comum da terra, nas lonjuras temporais e brumosas da prehistória, e terminara quando começou a socialização dos meios de produção, nas sociedades igualitárias do futuro. Terminará no socialismo.

Dirá o Sr. Humberto Bastos que o momento não comporta debates nem delongas; que "se acha em jôgo o próprio futuro do Brasil", futuro que "não se resolve com essas teorias copiadas do estrangeiro". E', des-tarte, um defensor a mais da tradição nativa e da intolerância nativa. Muito bem.

Mas, que temos, aqui, assim tão nosso?

O idioma veiu de Lisboa. A religião, nós o sabemos, é romana; aliás, judaica. Os palitos mesmo nos chegam de Portugal, como o figurino da França e o petróleo da América. As idéias também começam fora e cá nem sempre se naturalizam. A República, não fomos nós que a inventamos: o próprio letreiro da bandeira tomamo-lo a Comte, que não nasceu na Bahia. Atacado pelo jacobinismo de Wallace, Trotski lembrou que os Estados Unidos deviam os logaritmos e os direitos do homem e do cidadão ao pensamento estrangeiro.

Disto, segue-se que a diferença, para nós, entre o catolicismo romano e o socialismo marxista repousa num critério de primazia: um foi importado antes do outro. Basta? Suponhamos que usamos sempre pregos de pau; os chineses, porém, nos fizeram saber que existem pregos de ferro, bem melhores. Devemos, por amor à tradição, hesitar? Pois esse raciocínio, com a devida conclusão, pode estender-se dos pregos ao espírito e ao espiritual!

A verdade é esta: como, outrora, o feudalismo atingiu o termo da sua evolução e morreu, assim também agora o capitalismo, atingido o termo da sua evolução, morrerá. Através do livro do Sr. Humberto Bastos ressoa e entreluz essa agonia: é a agonia da maior classe que o mundo viu pelos séculos afora. As desigualdades e os desajustamentos, os choques de interesses e de aspirações, as disparidades das conveniências e das necessidades, como dos meios e modos de satisfazê-las: tudo, aí, revela e desnuda uma estrutura grandiosa, mas condenada. Condenada à desapareição. Estamos vendo-o, *claramente* visto, e a nós também nos toma o espanto dêsse salto mortal que há de dar o nosso tempo. Um envólucro, cada vez menor e mais frágil, insiste em abarcar e comprimir um conteúdo cada vez maior e mais forte. Estalará.

E' claro: entrará em cena a força que pode. E nada lhe resistirá, nada lhe resistirá indefinidamente. Pois o processo é sempre êsse: êste é que é sempre o processo da história. E, por assim ser, é que não há história indolor. (Monte Brito — Trechos de *Não há história indolor* — O Jornal, de 15-12-46.)

QUEM SÃO OS TRAIADORES ?

Falando, na União dos Cidadãos Progressistas dos Estados Unidos, Henry Wallace, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, disse:

"Nenhum norte-americano deve ter fidelidade para com quem quer que seja fora de seu país, salvo a fidelidade suprema a um mundo de paz. Jamais estaremos contra algo simplesmente porque a Rússia está a favor desse algo. Jamais estaremos, por outro lado, a favor desse algo somente porque a Rússia está contra esse algo. Se acreditar em paz é uma traição, então somos traidores. Se acreditar que deve existir prosperidade para todos é comunismo, então somos comunistas."

Por fim, o Sr. Wallace frisou que "nós, aqui, somos mais norte-americanos que aqueles que nos atacam". (*Diário de Notícias* — 31-12-46.)

● ●

PARA A CONQUISTA DA CULTURA — "Anteriormente, todo o espírito humano, todo seu gênio criava apenas para dar a uns todos os bens da técnica e privar a outros do indispensável, — da instrução, do desenvolvimento intelectual. Agora, tôdas as maravilhas da técnica, tôdas as conquistas da cultura tornar-se-ão o bem de todo o povo, e de agora em diante jamais o espírito nem o gênio humano serão transformados em meios de violência, em meios de exploração. Nós sabemos disto: em nome dessa imensa tarefa histórica, não vale a pena trabalharmos, não vale a pena empregarmos tôdas as nossas forças? Os trabalhadores realizarão essa tarefa histórica de titãs, porque eles trazem em si as grandes forças latentes da revolução, do renascimento, da renovação." (Lénin, *Discurso ao II Congresso Pan-Russo dos Soviets*, em 31 de janeiro de 1918).

●

... "transportar cegamente, por simples imitação, sem discernimento, uma experiência a outras condições, a outras conjunturas, é o maior dos erros." (Lénin.)

●

Lénin escreveu que a lei da unidade e da luta é a essência, o núcleo contrário, fundamental do método dialético.

A bipartição do uno e o conhecimento de suas partes contraditórias... é a "essência" ... da dialética. (Lénin — *Cadernos filosóficos*, pág. 325.)

●

"Somente" a soma infinita dos conceitos gerais, das leis gerais, etc., dá o concreto em toda sua plenitude." (Lénin.)

120 —

Divulgação Marxista, n.º 15 — Rio, 10-2-1947

NEGOCIOS INTERNOS E EXTERNOS

O Sr. Metcalfe, correspondente em Washington do jornal *New York Herald Tribune*, foi informado nas rodas do Departamento de Estado de que, no momento atual, está sendo ali elaborado um plano de larga envergadura destinado a combater "a crescente ameaça do comunismo no hemisfério ocidental". Essa novidade política, que visa extirpar o comunismo dos países da América Latina, abrange, a dar-se crédito à informação de Metcalfe, uma larga atividade militar, cultural e econômica.

Essa informação revela um novo traço característico da atual política exterior dos Estados Unidos. Nestes últimos tempos, os meios políticos de Washington estão levando cada vez menos em consideração o facto de que o mundo é composto de Estados soberanos e independentes que dirigem perfeitamente bem seus negócios interiores, sem necessidade de qualquer intromissão estrangeira. Basta-nos recordar certas atitudes da diplomacia americana, como, por exemplo, seu *ultimatum* à Iugoslávia, suas tentativas de intromissão nos negócios interiores da Polônia, bem como sua intervenção (que não faz honra à sua inteligência) nas negociações comerciais entre a URSS e a Suécia. E' de acreditar-se que, em Washington, já não se faz diferença entre uma nota diplomática e uma ordem administrativa. A novidade a que faz referência Metcalfe está mostrando claramente a maneira pela qual, pouco a pouco, desaparece a demarcação que devia existir entre o Departamento de Estado e o da Polícia.

Não são de hoje as tentativas para extirpar, por meio de medidas policiais, as idéias comunistas, não somente em casa própria como também nos Estados estrangeiros soberanos. Estão elas muito frescas na memória de nossos contemporâneos, para que haja necessidade de lembrá-las. A bandeira esfarrapada do anti-comunismo militante serviu sempre para encobrir uma verdadeira cruzada contra todos os elementos realmente democráticos, para disfarçar a política imperialista de conquista que, finalmente, terminou em vergonhosa catástrofe.

Metcalfe comunica-nos também que certos meios da América Latina acolheram favoravelmente a notícia da nova campanha preparada em Washington e destinada a extirpar o comunismo do hemisfério ocidental. Mas que meios serão esses? Podemos identificá-los facilmente, desde que tomemos conhecimento de uma reportagem de Monica Millward, correspondente do jornal inglês *News Chronicle*, a qual está atualmente percorrendo os países da América Latina. Referindo-se ao que viu, assinala ela o grave perigo que representa a difusão do neo-fascismo na América do Sul. Políticos aventureiros e reacionários fazem a mais descarada demagogia com o objetivo de iludir as massas, dando a idéia de "pequenos gangsters" a quem interessa, acima de tudo, a luta pelo poder". Esses indivíduos estão sempre prontos a vender por preço vil os interesses, a liberdade e a independência de seus povos aos monopólios estrangeiros, ávidos de apossar-se das imensas riquezas potenciais desses países.

"Se considerarmos que o fascismo — escreve Monica Millward — representa o último refúgio do capital monopolizador na sua luta contra

Divulgação Marxista, n.º 15 — Rio, 10-2-1947

— 121

as reivindicações do povo, que reclama melhores condições de vida, estaremos muito mais perto da verdade do que muitas pessoas imaginam quando afirmamos que constitui um perigo real a difusão do neo-fascismo na América Latina.”

Fica perfeitamente claro que esses meios neo-fascistas são os mais íntimos colaboradores da diplomacia americana em sua campanha contra as idéias comunistas. E, na verdade, não podemos felicitar seja quem fôr pelo facto de contarem com semelhantes aliados!

(*Temps Nouveaux* — n. 18, de 15-8-946.)

ESTADO E DIREITO — “Cumpra sempre afirmar que o Estado não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio, uma organização social, e, por isto mesmo, submetido ao Direito. Há exemplo de sociedade rudimentar sem o Estado. Os esquimãos não o conhecem. Malinóvski prova-nos em *Crime and Custom in Savage Society* — que as mais importantes regras jurídicas são, na sociedade primitiva, aplicadas sem intervenção de nenhum tribunal. Pode imaginar-se, no futuro, o desaparecimento do Estado, numa época em que “o govêrno das pessoas seja substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção”. Mas, ainda aí, extinto será o Estado. Não desaparecerá o Direito. *Ubi societas, ibi jus*. O Estado, como fim, leva ao fascismo, na ordem interna, e, na externa, à falsa noção da soberania, incompatível com o Direito Internacional. Porque, se há regras jurídicas às quais o Estado tem de submeter-se sob coação, em caso tal, a soberania deixou de existir, porque não se concebe uma soberania dominada. No caso contrário, se a regra só existe e só tem aplicação quando o Estado voluntariamente a respeita e perde toda a sua eficácia quando este a ela não se submete, então a norma jurídica desaparece, e com ela o Direito Internacional, para subsistir apenas o império da força. Será o domínio das potências mais fortes, o que significará negação do direito, e guerra. Em suma: soberania de Estado, como tem sido entendida desde que o absolutismo a inventou, e Direito Internacional, como a civilização jurídica o compreende, são princípios que se excluem e que os artificios da política não conseguiram até hoje harmonizar. A soberania do Estado deve, pois, ceder à soberania do Direito”. (João Mangabeira — *Oração de Parati* — in *Revista da Fac. de Direito da Bahia*, vol. XX, 1945).

O FIADO E' ANTIGO... — “O comercio fiado era um habito paulista do seculo XVIII. Não havendo moeda suficiente, negociavam os paulistas a credito. Interessante, nesse sentido, a carta de D. Luís Antonio de Souza ao Conde de Oeiras (Marquês de Pombal), em 24 de dezembro de 1766: “O comercio desta capitania me parece ser insubsistente pelo demasiado abuso de vender fiado; eu entendo... etc.”. (*Documentos Interessantes*). “O fiado é outra perdição dos negócios”, etc. (Carta de 4-2-1768 — *Documentos Interessantes*.)

BIOLOGIA E MARXISMO

por Marcel Prenant

CAPÍTULO QUARTO

RELAÇÕES ATUAIS ENTRE O HOMEM E O MUNDO VIVO

Agindo sobre a natureza, fora dêle, o homem modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

K. Marx, *O Capital*, t. II, p. 4, ed. Costes.

Acabamos de vêr a sociedade, em seus primórdios humanos, destacar-se, pouco a pouco, da animalidade pelos aperfeiçoamentos da técnica. No momento atual, este processo não está terminado, mas adiantado. O homem e a sociedade humana de 1935 ainda conservam muitos caracteres animais e, no entanto, conquistaram na natureza um lugar soberano. Têm sobre o mundo ação forte e, em parte, realizam seus fins conscientemente. Daí resulta, para eles, certo grau de liberdade, que consiste, não em agir arbitrariamente, mas em orientar em proveito as leis da matéria. Na medida em que essas leis são conhecidas e utilizadas, nessa medida exatamente, o homem e a sociedade humana são livres. Quanto ao resto, têm de abandonar-se ao acaso, isto é, permanecem submetidos à cega necessidade.

Tal é a tese marxista, ainda precisada pela afirmação de que a história na natureza e a história dos homens são inseparáveis: “Desde que existem homens, a história da natureza e a história dos homens se determinam mutuamente” (1).

Para compreender os homens atuais e sua sociedade, cumpre, pois, colocá-los no seu quadro natural, contar com as aquisições técnicas realizadas e com as modificações que elas impõem ao mundo e vêr quais são os obstáculos atuais a novas aquisições, a novas modificações conforme aos fins humanos. Aqui, só podemos esboçar as grandes linhas deste balanço, limitando-nos às relações da sociedade humana e do mundo vivo.

Desde a época histórica e ao longo da era quaternária, muitas espécies animais e vegetais têm desaparecido, exterminadas, na maior parte das vezes, por uma caça ou por uma derrubada de florestas, inconsiderados, ou, ainda, pela introdução, voluntária ou não, de animais destruidores. Esses fenômenos têm-se acelerado, à medida que a técnica se aperfeiçoa: em particular, nos últimos séculos de grande navegação e de tráfico comercial capitalista.

O aspecto do mundo vivo está revirado. Em nossas terras, nos albos ainda dos tempos históricos, florestas impenetráveis ou inhóspitas ao

(1) *Deutsche Ideologie*, p. 10 (Texto alemão).

homem cobriam quasi todo o solo. Seus raros vestígios atuais acham-se quasi todos demarcados. Largamente desbastada, a floresta foi transformada em prados, em culturas, ou ocupada por aglomerações humanas. As charneças, os matos tornaram a crescer, em geral, em antigos locais desbastados. Muitos bosques mesmo não são mais a continuação direta das florestas antigas.

Em países quentes, a derrubada das florestas era prática indígena, mas a colonização a desenvolveu e estabilizou. A floresta virgem de outrora é furada por estradas e semeada de plantações. Em parte alguma flora e fauna mudaram mais depressa do que nos países que são para nós de descoberta recente. Na Nova Zelândia, por exemplo, mais de mil espécies têm sido importadas de outros países, voluntariamente ou não, há um século, e as espécies indígenas cedem-lhe o lugar. Pelo tráfico humano, as populações vivas do globo tendem à uniformização.

A luta biológica pela vida quasi desapareceu para o homem moderno. As grandes feras foram eliminadas nas nossas terras ou não são mais do que raridades quasi inofensivas. Nos países exóticos só subsistem, muitas vezes, toleradas e protegidas. Os animais venenosos são, pouco a pouco, excluídos dos lugares habitados.

A cultura e a criação podem assegurar, largamente, a subsistência. A exploração intensiva do solo, o emprêgo racional dos adubos, a criação de novas raridades domésticas melhor adaptadas às necessidades, sua implantação em terras favoráveis permitem colheitas abundantes. O trato da terra e a irrigação tornam férteis regiões outrora inhabitáveis. O comércio a grande distância pode compensar os efeitos das secas locais ou de outras intempéries e até os das estações. A indústria alimentar pode constituir, nos períodos de abundância, para os de fome, estoques de gêneros antigamente perecíveis.

A fisiologia, higiene, anatomia e cirurgia fizeram enormes progressos. Poucas doenças continuam a ser incuráveis. Algumas são prevenidas pela vacinação e, nos países de técnica adiantada, as epidemias são raras e relativamente benignas. A asepsia, o emprêgo dos anestésicos, o rádio, os raios X e mais outras descobertas físicas forneceram meios poderosos de cura. Transformaram-se em auxiliares seres vivos nocivos: não se têm combatido, nestes últimos tempos, certos casos de sífilis inoculando a malária? Não se têm limpado feridas infeccionadas colocando nelas larvas de moscas, criadas asepticamente?

A estes progressos, rapidamente delineados, correspondem outros, pelo menos equivalentes, no domínio do mundo físico. O homem de 1935 vive num meio profundamente transformado e sofre-lhe a influência, inconscientemente, desde a mais tenra idade. Sem falar mesmo da educação, há aqui com que explicar profundas diferenças entre sua mentalidade e a do primitivo.

Muitas vezes inconsciente, a modificação da natureza pode atestar, então, apenas o poder material da técnica humana. Que sementes, por exemplo, sejam transportadas para longe e disseminadas pelo velo dos animais, ou pelos navios e pelas estradas de ferro, os factos só diferem pela amplitude respectiva.

Atos como a derrubada de uma árvore ou a morte de uma fera impicam alguma consciência humana. Mas se, com o tempo, chegam ao desflorestamento ou à supressão dos animais ferozes é, principalmente, ao acaso, porque se repetem, ditados por necessidades imediatas idênticas. O resultado de conjunto pode ser desastroso, como no desflorestamento exagerado das montanhas.

Para atingir grau superior da influência humana é mister, primeiramente, um conhecimento mais completo das leis biológicas e é mister também que esse conhecimento se traduza em decisões sociais, mais ou menos extensas e coordenadas: trabalhos coletivos de irrigação, de reflorestamento, de saneamento, de organização das pesquisas e de assistência médicas, destruição regulamentada das feras, das cobras, de insetos e de plantas nocivas, proteção das florestas, das aves, da caça e da pesca, repovoamento das águas, etc..

Eis o ponto em que estamos. Mas, se grandes progressos podem ser ainda realizados pelo desenvolvimento da biologia, é evidente, no entanto, que a aplicação social se acha, atualmente, muito atrasada em relação ao conhecimento científico. Se se desfloresta inconsideradamente nas colônias, se o alcoolismo nelas se estende e contribui para nelas exterminar populações inteiras, se existem ainda casebres sem ar nem luz, se mulheres grávidas trabalham até o parto, não é que se ignore a nocividade dessas práticas, é que interesses privados as impõem. Se milhões de homens passam fome, neste momento, não é por penúria de alimentos, como no tempo das fomes passadas: é, pelo contrário, porque, no regime atual, a miséria nasce da superprodução. Se, em suma, na sociedade de hoje, os resultados científicos não têm tôdas as suas conseqüências práticas, é que a estrutura social a tanto se opõe; é que interesses privados, mais ou menos respeitáveis, se entrechocam ao acaso; é que a humanidade ainda carrega parte da herança dos seus antepassados animais. Este não é porém, o efeito de uma maldição original e inelutável. Pelo menos, assim nos afirma Engels, num texto que cumpre citar (2):

Com o homem, entramos na história. Os animais têm também uma história: a de sua descendência e de seu lento desenvolvimento até o estado atual. Mas essa história lhes é imposta e, na medida em que nela tomam parte, é sem fim consciente, sem saber e sem vontade. Pelo contrário, quanto mais os homens se afastam dos animais, no sentido estrito da palavra, tanto mais fazem sua história. Eles próprios e conscientemente. Mais fraca se torna então, sobre essa história e influência de factos imprevisos, de forças descontroladas e tanto mais o efeito histórico corresponde, exatamente, ao fim que se propuseram. Ora, se aplicarmos esse princípio à história humana, mesmo para os povos atualmente os mais desenvolvidos, encontraremos desproporção colossal entre os fins propostos e os resultados conseguidos: os efeitos imprevisos dominam e as forças sem controle são muito mais poderosas do que as que se põem em movimento de acôrdo com um plano. Não pode deixar de ser assim, enquanto a atividade histórica essencial dos homens, aquela que os levou da animalidade à humanidade, aquela que lhes suporta, material-

(2) *Dialetik und Natur*, p. 251.

mente, tôdas as outras atividades, enquanto a produção dos seus meios de existência (atualmente, a produção social) fôr, inteiramente, submetida aos efeitos imprevisíveis de forças descontroladas, enquanto só excepcionalmente ela realizar o fim almejado e muito mais amiúde resultar no seu contrário exato. Nos países industriais adiantados, subjugamos as forças naturais; pusemo-las a serviço do homem, multiplicamos, assim, a produção infinitamente, de tal modo que uma criança produz, agora, mais do que cem adultos, antigamente. A consequência? Excesso de trabalho crescente, miséria crescente das massas e, de dez em dez anos, um grande crack! Darwin não sabia que amarga sátira escrevia contra os homens e, principalmente, contra os seus compatriotas, quando mostra, no estado normal do reino animal, a livre concorrência e a luta pela vida, que os economistas celebram como a mais alta aquisição da história. Só uma organização consciente da produção social, com produção e repartição planificadas, poderá libertar os homens, do ponto de vista social, dos restos da animalidade e, como a própria produção os libertou, do ponto de vista específico. Dia a dia, a evolução histórica torna essa organização mais indispensável, mas também possível. Dessa organização há-de datar nova época da história, em que os homens — e com eles todos os ramos da sua atividade (a ciência da natureza, em particular) — tomarão tal impulso, que tudo quanto houver precedido será mergulhado em sombra espessa.

Esta predição realiza-se aos nossos olhos. O absurdo atual do regime capitalista é cada vez mais evidente. Mas, na União Soviética, os homens afirmam seu domínio não só sobre a natureza, mas sobre as forças sociais. Não estão tentando fazer os povos nórdicos atrasados, que permanecem na forma social do clan, atravessarem, de chofre, toda a distância que os separa do socialismo, saltando, digamos assim, por cima das etapas feudal e capitalista? Se essa tentativa audaciosa já tem dado resultado parcial, aparentemente, contra as leis naturais do desenvolvimento social, é que a ciência marxista, apoiada em investigações etnográficamente precisas, se assenhoreou dessas leis em grau suficiente.

Com mais razão ela ousa e sabe dominar tôdas as leis conhecidas da natureza bruta e viva, para dela tirar mais bem-estar humano. No momento em que, em países capitalistas, se fala de renunciar ao progresso técnico e científico que nêles cria a miséria, êsse mesmo progresso é ricamente dotado pela URSS porque colabora para a edificação do socialismo de modo plenamente útil.

Em nossos países, por exemplo, as plantas cultivadas novas são investigadas e estudadas graças a iniciativas privadas e limitadas. O governo soviético, pelo contrário, tem enviado missões numerosas, dirigidas por Vavilof (3), para pesquisar no mundo inteiro as variedades e espécies de plantas cultiváveis. Juntaram-se, assim, nuns poucos anos, mais de 100.000, isto é, muito mais do que os homens jamais conheceram. Essa coleção, que ainda se está enriquecendo e os especialistas do mundo inteiro admiram, é estudada pelo Instituto de Cultura das Plantas. O

(3) Vêr o artigo de Vavilof em *Science at the cross road*, Kniga, 1932.

Instituto já possui, como interessantes por diversos títulos, cerca de 500 novas espécies de trigo-candial, 250 de cevada, 15 de aveia e de trigo mourisco, 45 de cânhamo e inúmeras leguminosas. Híbridos preciosos também têm sido criados; assim, os algodoeiros de Visotski, que unem a uma maturidade rápida e a uma grande resistência ao frio forte rendimento e fibra de excelente qualidade.

Certas variedades exóticas não se podiam aclimatar na URSS porque o seu período vegetativo era demasiado longo. Lyssenko conseguiu, contudo, encurtá-lo, submetendo as sementes, antes da sementeira, a temperaturas apropriadas. Mitchurin logrou produzir muito numerosas raças de árvores frutíferas meridionais, suportando a estação invernal nas regiões centrais da URSS; assim, a videira, que se começa a cultivar nos arredores de Moscou. Conseguiu-se não só melhorar a qualidade e o rendimento das culturas, mas também estender estas a regiões desérticas e geladas, até então reputadas impróprias a qualquer cultura: o centeio de inverno, o gergelim bastardo e a cevada crescem nas proximidades do Círculo Polar; o trigo candial e o centeio de verão, até a 65º de latitude.

Êsses êxitos fornecem base à libertação econômica e ao progresso social dos povos do Norte; e, desde já, permitiram o estabelecimento de um centro industrial em Kibinogorsk, na península de Kola.

Na criação, na arte veterinária, na cirurgia, na medicina, na higiene, foram também obtidos resultados que caracterizam, sobretudo no momento, sua ampla eficácia e a consciência social que dirige os estudos em proveito da coletividade. Quando as necessidades imediatas da edificação socialista fôrem menos prementes, a sociedade sem classes, com toda sua pujança, poderá aplicar o mesmo método a problemas novos.

O reinado da liberdade, disse Marx (4), começa onde acaba o trabalho determinado pela necessidade e pelos fins exteriores: pela natureza mesma das coisas, está fora da esfera da produção material. O civilizado, como o selvagem, tem de lutar contra a natureza para satisfazer suas necessidades; tem de fazê-lo em tôdas as formas de sociedades e em todos os modos possíveis de produção. Com seu desenvolvimento, ampliam-se, ao mesmo tempo, êsse reinado da necessidade natural e as necessidades, mas as forças produtivas, que satisfazem essas necessidades, se ampliam, igualmente. A liberdade, nesse domínio, só pode consistir nisto: o homem em sociedade, os produtores associados regulam, racionalmente, essa troca material com a natureza, submetendo-a a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ela como por cego poder; realizam-no com os esforços mais reduzidos possíveis, nas condições mais dignas da sua natureza humana e mais adequadas a essa natureza. Mas um reinado da necessidade sempre subsiste. E' além dêsse reinado que começa o desenvolvimento das forças do homem, que é, em si mesmo, seu próprio fim, que é o verdadeiro reinado da liberdade, mas que só se pode expandir apoiando-se nesse reinado da necessidade. A redução do dia de trabalho e a condição fundamental.

(4) K. Marx, *O Capital*, tomo XIV, p. 114-115, ed. Costes.

De Tudo, um Pouco...

Marx caracterizou com muita felicidade a atividade da classe exploradora, dirigida no sentido da submissão total do trabalhador aos interesses de seus patrões. "Todos os órgãos do Estado — dizia êle — tornam-se o ouvido, os olhos, os braços e as pernas, por meio dos quais os interesses dos proprietários florestais ouvem, espreitam, apreciam, probem, agarram e exploram" (Marx e Engels — *Obras*, tomo I, pág. 242).

O SOCIALISMO VENCEU — A excelência do socialismo (representada pela URSS) e sua superioridade como força realizadora sobre o capitalismo, teve sua comprovação experimental com a vitória no teste a que foi obrigado a submeter-se (apesar de sua curta existência, mas de luta com as sobrevivências burguesas e feudais do antigo Império Russo, revela salienta-se), quando teve que reagir contra a agressão da mais poderosa força militar econômica burguesa de todos os tempos — a Alemanha de Hitler.

DIALÉTICA — Dialética é a ciência das leis gerais do movimento processado tanto no mundo exterior como no pensamento humano.

O método dialético exige que os fenômenos sejam examinados não só do ponto de vista de suas relações mútuas e de seu condicionamento, como também do ponto de vista do seu movimento, de suas mudanças e de seu desenvolvimento, desde seu nascimento até sua morte.

O que interessa, sobretudo, ao método dialético não é o que, em dado momento, pareça estável mas que começa já a morrer, sinão o que nasce e se desenvolve, se bem que, em dado momento, pareça pouco estável, por que o único que é insuperável, segundo êle, método dialético, é aquêle que se acha em estado de nascimento, ou, melhor, nascendo, e já se desenvolvendo.

NÃO É MAIS POSSÍVEL A EXPLORAÇÃO — Quanto à indústria — evidentemente a tendência moderna sendo para a coletivização da riqueza ou, pelo menos, para que se dê à empresa um fim social útil, por maior que seja o seu poder de expansão, — devem ser limitados os seus lucros, devendo reverter, em grande parte, em benefícios sociais, diretos ou indiretos. Não mais se permitirá aquela concepção de indústrias ou daquelas atividades exploradas com o único e exclusivo intuito de vantagem individual. (Gabriel Passos — *Diário da Assembléia*, de 19-6-1946).

ÚLTIMAS EDIÇÕES

- HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS**, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLITICA**, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00
- LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA**, por D. S. Mirski Cr\$25,00
- CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA**, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) .. Cr\$25,00
- A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTÃOS SOCIAIS**, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00
- TRES PRINCÍPIOS DO POVO**, por Sun Yat Sen Cr\$25,00
- A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") Cr\$25,00
- ANTI-DUHRING**, por Frederico Engels Cr\$30,00
- CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA**, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00
- URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO**, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA**, pelo Dr. Lelio Zeno .. Cr\$25,00
- O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00
- DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ**, por Edvard Benes .. Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE**, por Jean Freville Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA**, seleção de J. Duret Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLITICA**, seleção de P. V. Nizan Cr\$25,00
- O PODER SOVIÉTICO**, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00
- PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL**, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00
- O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA**, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00
- MISSÃO EM MOSCOU**, por Joseph E. Davies Cr\$25,00
- MISSÃO EM TÓQUIO**, por Joseph C. Crew Cr\$30,00
- DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO**, por John Reed Cr\$25,00
- SANTA RUSSIA**, por Maurício Hindus Cr\$30,00
- O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA**, por Maurício Hindus .. Cr\$25,00
- A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO**, por Maurício Hindus Cr\$25,00
- A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA**, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00
- A CHINA LUTA PELA LIBERDADE**, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00
- RIO SELVAGEM** (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00
- ENTRE DOIS MUNDOS**, memórias de Anna Louise Strong Cr\$30,00
- ASIA SOVIÉTICA**, por Davies & Stelger Cr\$25,00
- A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA**, pelo Patriarca Sergio e outros Cr\$25,00
- STALIN**, por Emil Ludwig .. Cr\$25,00
- PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA**, pela Dra. Ester Conus .. Cr\$25,00
- A QUESTÃO AGRÁRIA**, por V. I. Lenin Cr\$25,00
- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO**, por F. Engels, A. Talheimer, H. Harari e L. Ségal Cr\$30,00
- MARX, ENGELS E MARXISMO**, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLITICA**, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume Cr\$25,00
- A DEFESA ACUSA...** — de Marcel Willard Cr\$25,00
- MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO**, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

AVISO AOS NOSSOS LEITORES

Em face do aumento vertiginoso e incessante dos preços das utilidades, não pudemos fugir, desta vez, à contingência de têmos de aumentar o preço de venda e assinatura desta revista. Com a subida dos preços tipográficos, o encarecimento do papel, a majoração dos salários, dos impostos, etc., não nos restou outra saída sinão aumentar também os preços de *Divulgação Marxista* para Cr\$ 7,00 o número da quinzena; Cr\$ 10,00 os números atrasados; Cr\$ 35,00, Cr\$ 70,00 e Cr\$ 140,00, respectivamente, as assinaturas trimestral, semestral e anual. Os amigos não devem perder de vista, outrossim, o facto de que D.M. não publica matéria paga de qualquer espécie, vivendo exclusivamente do favor dos leitores, através da venda avulsa e das assinaturas. Assim sendo, todos compreenderão facilmente as razões determinantes de nossa deliberação, uma vez que sempre lutamos em prol do maior e melhor texto pelo menor preço.

LIVROS DE GRANDE ATUALIDADE

A QUESTÃO AGRÁRIA, de V. I. Lênin — Este volume consta de 3 partes: a primeira, contém um estudo de Lênin sobre os problemas da organização da exploração agrícola, desde a mais simples, pequena e precária, até as grandes empresas capitalistas. Realiza, então, um estudo comparativo completo, baseado na história do desenvolvimento da agricultura no ocidente e em copioso material estatístico; na segunda, encontra-se uma série de artigos e informes de Lênin sobre a melhor forma de promover a revolução agrária na Rússia; na terceira, aparecem informes de Stálin, até 1938, sobre os resultados das idéias de Lênin levadas ao terreno da prática. Livro de valor prático inestimável para todos nós, que estamos empenhados na procura da melhor solução para o problema dos nossos campos. Preço do exemplar, Cr\$ 25,00

O GENIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M.E.L., de Moscou — Esta biografia de Lênin é a mais autorizada de quantas têm sido publicadas no mundo, por autores diversos. Artífice da vitória da Revolução de Outubro, Lênin é também seu consolidador e gênio, prescrevendo as rotas a seguir no futuro, para que a libertação do trabalhador não seja uma conquista simplesmente russa, mas se estenda por todo o mundo, para a felicidade dos povos.

Nas Livrarias ou pelo Reembólso Postal Cr\$ 25,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

Editorial Calvino Limitada — Av. 28 de Setembro, 174 — Rio